

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

GIORDANA RODRIGUES CHAVES

**O ENSINO SUPERIOR NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA
ANÁLISE DOS PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Bagé, RS

2025

GIORDANA RODRIGUES CHAVES

**O ENSINO SUPERIOR NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA
ANÁLISE DOS PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientador: Yáscara Michele Neves Koga

Coorientador: Evandro Ricardo Guindani

Bagé, RS

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C512e Chaves, Giordana Rodrigues
O Ensino Superior na Prevenção da Violência de Gênero: Uma
análise dos projetos de ensino, pesquisa e extensão da
Universidade Federal do Pampa / Giordana Rodrigues Chaves.
154 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ENSINO, 2026.
"Orientação: Yáscara Michele Neves Koga".

1. Violência de gênero. 2. Educação Superior. 3.
Universidade. 4. Prevenção da Violência. I. Título.

Giordana Rodrigues Chaves

**O ENSINO SUPERIOR NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA
ANÁLISE DOS PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 18 de fevereiro de 2026.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Yáscara Michele Neves Koga
Orientadora
(Unipampa)

Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani
Coorientador
(Unipampa)

Prof.^a Dr.^a Neiva Furlin
(UNOESC)

Prof.^a Dr.^a Suzana Cavalheiro de Jesus
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **YASCARA MICHELE NEVES KOGA**,
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 20/02/2026, às
15:52, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas
legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SUZANA CAVALHEIRO DE JESUS**,
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 20/02/2026, às
22:09, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas
legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Neiva Furlin, Usuário Externo**, em
25/02/2026, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com
as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o
código verificador **1965918** e o código CRC **4F71FD12**.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que resistem e lutam contra qualquer tipo de opressão.

Que este seja mais um passo na construção de uma universidade e uma sociedade mais diversa, segura, justa e igualitária.

“A educação como prática da liberdade é um ato de coragem e amor.”

Bell Hooks

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado está vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Produção Curricular e Demandas Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ensino, do campus Bagé, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Tendo como problema de pesquisa: Como os projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, no período compreendido entre 2020 a 2024, têm contribuído para a prevenção da violência de gênero?”. Constitui-se como objetivo geral: Compreender como os projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, no período compreendido entre 2020 a 2024, têm contribuído para a prevenção da violência de gênero. Os objetivos específicos são: a) Mapear as ações realizadas pela comunidade acadêmica da Unipampa no âmbito dos projetos de ensino, pesquisa e extensão entre os anos de 2020 e 2024, no que tange às questões de gênero e violência de gênero. b) Verificar as características, particularidades e diferenças na execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão acerca das questões de gênero e violência de gênero nas 11 unidades, 10 campi e reitoria, da Unipampa. c) Analisar as ações realizadas pela comunidade acadêmica da Unipampa no que tange às questões de gênero e violência de gênero, no âmbito dos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um estudo de abordagem quali-quantitativo, do tipo documental. A instituição pesquisada foi a Unipampa, uma universidade pública federal, com 10 campi, localizados na mesoregião sul do Rio Grande do Sul. A coleta de dados ocorreu no Módulo de Projetos Acadêmicos, do Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI), da referida instituição, sendo aplicada a análise de conteúdo para tratamento dos dados obtidos. A fundamentação teórica conta com autores e autoras como: Benevides (2023), bell hooks (2017), Butler (2018, 2019), Foucault (2018), Freire (2024), Jesus (2013), Louro (2022), Minayo (2009, 2014), Saffioti (2015), Scott (1988), entre outros. Dentre os principais resultados desta pesquisa estão: o mapeamento localizou 126 projetos realizados nas 11 unidades no referido período, o que pode ser considerado um número relativamente pequeno de ações, considerada a grande abrangência temporal e territorial; a distribuição desigual do quantitativo de ações realizadas por cada unidade; a invisibilização dos debates acerca da população LGBTQIAPN+; a concentração dos esforços para trabalhar a temática em um número pequeno de servidores; a contribuição das ações para a prevenção da violência de gênero dentro e fora da instituição, sejam elas abordando diretamente a questão da violência de gênero, ou mesmo de forma indireta, tratando das desigualdades de gênero ou de outras temáticas relativas a direitos humanos, entre outras contribuições. Com este estudo pretende-se amplificar o debate sobre

violência de gênero no ensino superior, incentivando o desenvolvimento de políticas e ações que visem o enfrentamento de tal problemática no ambiente acadêmico, de forma a coibir a violência no âmbito da Unipampa.

Palavras-Chave: violência de gênero; ensino, pesquisa e extensão; ensino superior, prevenção da violência.

ABSTRACT

This Master's Dissertation is linked to the Research Line Educational Policies, Curriculum Production and Social Demands, of the Postgraduate Program in Education, at the Bagé campus, of the Federal University of Pampa (Unipampa). The research problem is: "How have the teaching, research, and outreach projects of the Federal University of Pampa - Unipampa, between 2020 and 2024, contributed to the prevention of gender-based violence?". The general objective is: To understand how the teaching, research, and outreach projects of the Federal University of Pampa - Unipampa, between 2020 and 2024, have contributed to the prevention of gender-based violence. The specific objectives are: a) To map the actions carried out by the Unipampa academic community within the scope of teaching, research, and outreach projects between 2020 and 2024, regarding gender issues and gender-based violence. b) To verify the characteristics, particularities, and differences in the execution of teaching, research, and outreach projects concerning gender issues and gender-based violence in the 11 units, 10 campuses, and the rectorate of Unipampa. c) To analyze the actions carried out by the Unipampa academic community regarding gender issues and violence. This study examines gender issues within the context of teaching, research, and outreach projects. It is a qualitative-quantitative, documentary-type study. The institution studied was Unipampa, a federal public university with 10 campuses located in the southern mesoregion of Rio Grande do Sul. Data collection took place in the Academic Projects Module of the Unified Institutional Resource Management System (GURI) of the aforementioned institution, and content analysis was applied to process the data obtained. The theoretical framework includes authors such as: Benevides (2023), bell hooks (2017), Butler (2018, 2019), Foucault (2018), Freire (2024), Jesus (2013), Louro (2022), Minayo (2009, 2014), Saffioti (2015), Scott (1988), among others. Among the main results of this research are: the mapping identified 126 projects carried out in the... 11 units in the aforementioned period, which can be considered a relatively small number of actions, considering the large temporal and territorial scope; the unequal distribution of the number of actions carried out by each unit; the invisibility of debates about the LGBTQIAPN+ population; the concentration of efforts to work on the theme in a small number of employees; the contribution of actions to the prevention of gender violence inside and outside the institution, whether they directly address the issue of gender violence, or even indirectly, dealing with gender inequalities or other issues related to human rights, among other contributions. This study aims to amplify the debate on gender violence in higher education,

encouraging the development of policies and actions aimed at confronting this problem in the academic environment, in order to curb violence within Unipampa.

Keywords: gender violence; teaching, research and extension; higher education, violence prevention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tabela com os resultados da primeira fase de análise do artigo	59
Figura 2 - Tabela com os resultados da segunda fase de análise do artigo	59
Figura 3 - Módulo SAP/GURI/UNIPAMPA.....	63
Figura 4 - Localização geográfica dos campi da Unipampa	69
Figura 5 - Gráfico com as porcentagens de projetos executados por unidade	95
Figura 6 - Gráfico com o número de projetos diretamente relacionados, por unidade de execução	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Situações que afetam o desempenho acadêmico.....	19
Quadro 2 - Instituições Públicas de Ensino Superior no Rio Grande do Sul em 2024	49
Quadro 3 - Diretrizes de pesquisa dos projetos no GURI	64
Quadro 4 - Quantitativo de cursos, servidores e discentes por unidade 2025	70
Quadro 5 - Cursos da Unipampa por Campus	71
Quadro 6 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria da Unipampa em 2023	75
Quadro 7 - Reitores(as) e Vice-Reitores(as) da Unipampa	76
Quadro 8 - Pró-Reitores(as) da Unipampa em junho de 2025	77
Quadro 9 - Resultados iniciais da coleta e organização dos dados	82
Quadro 10 - Elementos para análise	84
Quadro 11 - Ano de realização dos projetos.....	86
Quadro 12 - Coordenação dos projetos	86
Quadro 13 - População abordada pelos projetos	88
Quadro 14 - População atendida pelos projetos	90
Quadro 15 - Projetos por tipo	92
Quadro 16 - Número de projetos por unidade	95
Quadro 17 - Quantitativo de cursos, servidores, alunos e projetos por unidade	102
Quadro 18 - Categorias analíticas relativas ao tema dos projetos	104
Quadro 19 - Número de projetos por tema abordado	105
Quadro 20 - Projetos diretamente relacionados à violência de gênero.....	107
Quadro 21 - Projetos relacionados - desigualdades de gênero	114
Quadro 22 - Projetos indiretamente relacionados - cultura de paz.....	119
Quadro 23 - Projetos indiretamente relacionados - gênero e sexualidade.....	120
Quadro 24 - Projetos indiretamente relacionados - mulheres nas STEM.....	124
Quadro 25 - Projetos indiretamente relacionados - protagonismo feminino.....	126
Quadro 26 - Projetos indiretamente relacionados - saúde das mulheres	128
Quadro 27 - Projetos indiretamente relacionados - violência global.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS

art. - artigo

p. - página

f. - folha

cap. - capítulo

v. - volume

org. - organizador

coord. - coordenador

col. - colaborador

nº - número

LISTA DE SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

ANDIFES - Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAT-MC - Comitê de Apoio Técnico Mulheres na Ciência

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CEPRIR-GEN - Núcleo de Gênero do Centro de Estudos em Política, Relações Internacionais e Religião

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CNV - Comunicação Não Violenta

COVID-19 - Coronavirus disease 2019

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Financiamento Estudantil

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

GEFEM - Grupo de Estudos Feministas

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFFar - Instituto Federal Farroupilha

IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

IFSul - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Pesquisa Econômica Aplicada

GURI - Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e mais

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e mais

ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PET - Programa de Educação Tutorial

PIBID - Programa Institucional de Iniciação à Docência

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PROCADI - Pró-Reitoria de Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PUC - Pontifícia Universidade Católica

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RS - Rio Grande do Sul

SAP - Módulo de Projetos Acadêmicos

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU - Sistema de Seleção Unificada

STEM - Science, Technology, Engineering and Mathematics

TAE - Técnico Administrativo em Educação

TCC - Trabalho de conclusão de curso

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UCPel - Universidade Católica de Pelotas

UCS - Universidade de Caxias do Sul

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

ULBRA - Universidade Luterana do Brasil

UNB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta

Unipampa - Universidade Federal do Pampa

UNISC - Universidade de Santa Cruz

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UPF - Universidade de Passo Fundo

URCAMP - Universidade Regional da Campanha

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA.....	27
2.1 Gênero	28
2.2 Violência de Gênero	36
2.3 O Ensino Superior no Brasil: Um olhar sobre os processos de inclusão e exclusão	41
2.3.1 Um Breve Histórico do Ensino Superior no Rio Grande do Sul	46
2.4 Ensino, Pesquisa e Extensão e o Papel Social da Universidade	50
2.5 Ações e Políticas de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Universidades.....	58
3 METODOLOGIA.....	61
3.1 Abordagens e instrumentos de pesquisa.....	61
3.2 Coleta e análise de dados	63
3.3 Contexto e Instituição Pesquisada.....	65
3.3.1 As características regionais	65
3.3.2 Unipampa: do surgimento aos dias atuais	67
3.3.3 O compromisso social da Unipampa	73
3.3.4 Unipampa e equidade de gênero.....	76
3.4 Cuidados Éticos na Pesquisa.....	78
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	82
4.1 Mapeamento dos projetos executados	85
4.2 Características e particularidades de cada unidade da Unipampa na execução dos projetos	94
4.3 Contribuições dos projetos de ensino, pesquisa e extensão da Unipampa na prevenção à violência de gênero.....	103
4.3.1 Violência de gênero	106
4.3.2 Desigualdades de gênero	114
4.3.3 Demais temas relacionados	117
4.3.3.1 <i>Cultura de Paz</i>	118
4.3.3.2 <i>Gênero e Sexualidade</i>	120
4.3.3.3 <i>Mulheres nas STEM</i>	123
4.3.3.4 <i>Protagonismo feminino</i>	125
4.3.3.5 <i>Saúde das mulheres</i>	128

4.3.3.6 <i>Violência geral</i>	132
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
APÊNDICES	152
APÊNDICE A - Termo de Autorização Institucional	152

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero é uma problemática da sociedade há séculos. Muito tem-se avançado nas últimas décadas, mas é preciso dar mais foco para esta questão e priorizar a criação e desenvolvimento de políticas públicas para o seu enfrentamento, visto os inúmeros prejuízos que este tipo de violação ainda causa nos dias de hoje. É um termo ainda em construção, não havendo consenso internacional sobre a sua definição. Em suma, pode ser considerada violência de gênero toda ação ou omissão que cause qualquer tipo de dano, seja ele físico, sexual, psicológico, moral, econômico ou qualquer outro, tomada com base na identidade de gênero, expressão de gênero, orientação sexual ou outras normas sociais associadas a gênero. Pode se manifestar de variadas formas, tais como: violência institucional, violência doméstica, estupro, assédio, importunação sexual, ameaças, discriminação, humilhação, silenciamento, menosprezo, entre muitas outras. Tais agressões são direcionadas à mulheres e, também, a outras minorias, como é o caso da população LGBTQIAPN+.

Apesar de não haver um consenso estabelecido, a violência de gênero pode ser definida como qualquer ação ou omissão que seja baseada em características de gênero e sexualidade, que cause qualquer tipo de dano a um sujeito ou grupo, sejam eles mulheres ou pessoas LGBTQIAPN+ (Pisani *et al.*, 2023).

Ela está presente na maioria dos espaços sociais, ocorrendo em diferentes locais, regiões, classes sociais, etnias, etc, podendo se agravar ainda mais a depender do cenário. Surgindo nas relações interpessoais, relações familiares, relacionamentos amorosos e/ou sexuais, em locais públicos, no trabalho, na escola e em muitos outros ambientes, e como não seria diferente, também na universidade, e é sobre este contexto que se abordará esta pesquisa.

Esta pesquisa tem como temática central as ações institucionais de enfrentamento à violência de gênero na universidade. Este estudo foi realizado na Universidade Federal do Pampa - Unipampa, localizada na mesorregião sul do estado do Rio Grande do Sul, denominada região da campanha gaúcha. É uma universidade multicampi, tendo 10 campi alocados em uma grande extensão territorial, e possui atualmente mais de 9 mil alunos de graduação e pós-graduação (Universidade Federal do Pampa, [202-]d). O objetivo geral do estudo é compreender como os projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, no período compreendido entre 2020 a 2024, têm contribuído para a prevenção da violência de gênero.

Os objetivos específicos são:

- Mapear as ações realizadas pela comunidade acadêmica da Unipampa no âmbito dos projetos de ensino, pesquisa e extensão entre os anos de 2020 e 2024, no que tange às questões de gênero e violência de gênero.
- Verificar as características, particularidades e diferenças na execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão acerca das questões de gênero e violência de gênero nas 11 unidades, 10 campi e reitoria, da Unipampa.
- Analisar as ações realizadas pela comunidade acadêmica da Unipampa no que tange às questões de gênero e violência de gênero, no âmbito dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A violência de gênero tem sido perpetrada no Brasil desde a chegada dos colonizadores e ainda é um problema social que afeta grande parte da população, em especial mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. O Atlas da Violência 2023 aponta que somente em 2021 foram registrados 3.858 assassinatos de mulheres no Brasil, um índice alarmante e que se intensificou nos últimos anos (Cerqueira e Bueno, 2023). O país está no topo do ranking mundial de países que mais matam pessoas LGBTQIAPN+. Segundo dados do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, em 2022, foram registradas 273 mortes violentas nesta população. Arte e Política LGBTI+, Associação Nacional de Travestis e Transexuais e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (2023, p. 27) afirmam que esta pesquisa *“demonstrou que violência física e psicológica contra LGBTI+ no Brasil atinge todas as raças/etnias, idades, classes sociais e profissões, ainda que de maneira diversa e, em alguns casos, desigual.”*

A violência de gênero vai muito além das taxas de feminicídio e homicídio demonstradas acima, este é apenas o topo do iceberg da violência. É preciso considerar toda a gama de agressões vivenciadas por esta população, para além das fatais, como a violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e muitas outras violações presentes no cotidiano, que transpassam pelas diversas camadas socioeconômicas e espaços sociais, chegando também ao ambiente acadêmico.

A pesquisa realizada em 2018 pela Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), incluiu uma pergunta sobre gênero aos estudantes, sendo que 0,2% deles se declararam trans, o que representa 3379 pessoas. Além disso, 11,6% declararam não se identificar como cisgênero. É importante destacar, também, que 54,6% das respondentes se

declararam como do sexo feminino, evidenciando a prevalência das mulheres entre os discentes do ensino superior (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Esta mesma pesquisa levantou dados sobre situações que impactam no desempenho acadêmico: 0,7% referentes a situação de violência sexual, 0,8% referentes à situação de violência física, 3,7% referentes à situação de violência psicológica ou assédio moral e 4,6 % referentes à discriminações e preconceitos. Assim, tem-se quase 10% dos estudantes relatando dificuldades acadêmicas em decorrência de terem sofrido algum tipo de violência, como demonstrado no Quadro 1. Tais números podem ser ainda mais alarmantes caso fossem consideradas pormenorizadamente outras situações também citadas pela pesquisa e que também tangenciam a temática de gênero, tais como: conflito de valores ou religiosos, relação professor(a) - estudante, relacionamento social ou interpessoal, problemas emocionais, entre outros (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Quadro 1 - Situações que afetam o desempenho acadêmico

Situação que afeta o desempenho acadêmico	Porcentagem de estudantes
Situação de violência sexual	0,7%
Situação de violência física	0,8%
Situação de violência psicológica	3,7%
Discriminações e preconceitos	4,6 %

Fonte: Adaptado de Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (2019).

Em virtude dos dados apresentados pela Andifes, considera-se extremamente pertinente e urgente realizar este levantamento de dados no âmbito da Unipampa. A universidade é um espaço promotor de conhecimento e, por consequência, de mudança social, devendo buscar colaborar para o desenvolvimento de pesquisas, políticas e ações que visem o bem estar social e o enfrentamento de todos os tipos de violência, incluindo a violência de gênero. A Unipampa, em especial, tem desde sua fundação o compromisso com o desenvolvimento humano e da região em que se estabeleceu. O próprio Regimento Geral a define:

como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, é bem público que se constitui como lugar de exercício da consciência crítica, no qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e sua organização política, social e econômica (Universidade Federal do Pampa, 2010, p. 04).

A professora feminista negra norte-americana, bell hooks¹ (2017, p. 85) afirma que “a teoria pode ser um lugar de cura”. Fala isso baseado em sua história pessoal, onde o estudo, a reflexão e a análise críticos lhe proporcionaram uma espécie de refúgio mental diante da dura realidade que viveu na infância. Segundo a autora, a teorização pode se ligar a processos de auto recuperação e libertação coletiva quando é direcionado intencionalmente para isso.

De acordo com bell hooks (2017), por vezes nota-se uma cisão entre o conhecimento produzido na academia e pelo cunhado através da prática dos movimentos sociais. De um lado alguns estudiosos acadêmicos creem que o seu saber é superior e, até mesmo, o único válido e produzido cientificamente. Por outro lado, certas vertentes feministas, especialmente às ligadas ao neoliberalismo, rejeitam a teoria, justificando que elas não têm aplicabilidade prática e pregam anti-intelectualismo, como temos vivenciado em nossa sociedade, em especial nos últimos anos. Tal disputa ocasiona a perda de foco, dificulta a luta coletiva e a resistência contra a opressão, trabalhando a serviço do patriarcado.

Teoria e prática devem caminhar juntas para a transformação social, somente um desses polos não terá eficácia em cumprir com esse objetivo. A teoria não pode se colocar apenas no mundo das ideias, no papel da dominação e pertencer a um seletivo grupo. Assim como a prática não deve ocorrer sem reflexão e pensamento crítico. É preciso produzir teorias capazes de integrar o pensamento crítico e a prática, que possam ter alcance na população em geral, mulheres, homens, crianças e todas as pessoas, a fim de produzir um cotidiano diverso e inclusivo, a transformação social e, quiçá, o fim do patriarcado. “Temos de trabalhar ativamente para chamar a atenção para a importância de criar uma teoria capaz de promover movimentos renovados” (bell hooks, 2017, p. 90).

A cientista social brasileira branca, Neiva Furlin, e a pedagoga brasileira branca, Ana Cristina Coll Delgado, realizaram uma pesquisa sobre as políticas institucionais de prevenção, acolhimento e enfrentamento das violências de gênero nas universidades federais brasileiras, que apontou que tais mecanismos ainda são incipientes e em número reduzido, especialmente relativas às denúncias e responsabilização dos autores de assédio e violência sexual. As autoras ressaltam a necessidade de criação e efetivação de estratégias institucionais transversais para a prevenção, enfrentamento e responsabilização da violência de gênero no meio acadêmico (Furlin; Delgado, 2024). Tais resultados são semelhantes aos encontrados pela autora desta dissertação em uma revisão sistemática de literatura acerca das ações e políticas institucionais

¹ A primeira citação de cada autora e autor trará uma pequena descrição dos mesmos, de acordo com as informações que estiverem disponíveis. Esta é uma decisão que visa promover a visibilidade e valorização de populações vulnerabilizadas abordadas por esta pesquisa. Tal decisão será melhor descrita na seção de metodologia.

de enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras, que apontou o baixo número de iniciativas institucionais e de produção acerca da temática, conforme será melhor detalhado em uma seção posterior deste trabalho (Chaves; Koga; Guindani, 2025). Sendo assim, é de fundamental importância que a instituição esteja atenta a tais questões e busque por um ambiente acadêmico de respeito, segurança e diversidade, que promova a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero.

O impacto social esperado com esta pesquisa refere-se à preparação de profissionais mais qualificados a reconhecer e a trabalhar com as demandas referentes à violência de gênero; à formação de cidadãos mais informados, conscientes e críticos sobre diversidade e equidade de gênero; e à construção de uma universidade, e também uma sociedade, mais segura, justa, saudável e acolhedora para todas as pessoas. Com isso, também é possível vislumbrar efeitos positivos em termos de promoção de Direitos Humanos, Saúde Mental e bem-estar social.

É importante considerar, também, as características que permeiam esta pesquisa a partir de alguns dados sobre a autora do mesmo. Sou² uma mulher branca, cisgênero, heterossexual, psicóloga e servidora pública. Servidora da Universidade Federal do Pampa desde 2018, tendo passado a maior parte deste tempo atuando na assistência estudantil, onde ouvi diversos relatos e acompanhei vários casos de violências dos mais variados tipos. Essa experiência me possibilitou perceber que a violência de gênero é uma das mais frequentes, se não a mais frequente, e a que causa maiores prejuízos para toda a comunidade acadêmica, em especial para estudantes, que, em geral, estão em uma posição de maior vulnerabilidade. Entre estes prejuízos notados podem ser citados: sofrimento intenso, dificuldades acadêmicas, evasão e abandono escolar, adoecimento psicológico, entre muitos outros. É nítida a importância de criação de espaços de escuta e acolhimento das pessoas envolvidas em situação de violência, mas é ainda mais premente a necessidade de criação de políticas institucionais de prevenção, combate e enfrentamento à violência.

Ao tomar consciência desta problemática, enquanto servidora pública, é inevitável retomar o próprio Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, estabelecido pelo Decreto nº 1171/1994, que entre os deveres fundamentais desta categoria determina:

ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho

² Este texto é redigido conforme as normas acadêmicas e linguagem científica, sendo escrito de forma impessoal, na terceira pessoa do singular, porém, neste trecho, optou-se pela escrita na primeira pessoa do singular para retratar de maneira mais representativa a perspectiva e a experiência da autora desta pesquisa.

político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral (Brasil, 1994).

Além deste, um outro dever fundamental é o de “participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum” (Brasil, 1994). Com isso, também, fica visível a relevância desta pesquisa para a instituição e para garantia de prestação de um serviço público cada vez mais eficaz, qualificado e ético.

Outro ponto importante de ser citado é o cargo exercido enquanto servidora pública estatutária, o de Psicólogo. Exerço esta profissão, com compromisso e responsabilidade, há quase quinze anos, tendo atuado em diversas políticas públicas, tais como: educação, assistência social e saúde. Uma das linhas de trabalho e pesquisa mais evidentes nestes anos de jornada foi a de enfrentamento à violência, a qual me dedico desde minha formação acadêmica, desde meu primeiro emprego em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), até a atualidade na Unipampa, onde pude atuar na Comissão Permanente de Promoção da Cultura de Paz (CCPAZ) desde a sua criação em 2019, onde pude atuar diretamente no enfrentamento à violência e à discriminação na universidade, tal como será descrito mais a frente, quando será apresentada a Política de Promoção da Cultura de Paz na Unipampa.

Enquanto psicóloga, a proposição desta pesquisa também se justifica através do embasamento teórico e de atuação profissional e acadêmica, das orientações dos diversos órgãos ligados à psicologia, e das determinações éticas estabelecidas pelos conselhos da classe. Pode-se considerar como ponto de partida para esta questão, que os dois primeiros princípios fundamentais que baseiam a atuação da psicologia, parte inicial do Código de Ética do Profissional Psicólogo, estabelecem diretamente o compromisso no enfrentamento à violência e na promoção de Direitos Humanos:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7).

Este Código ainda determina, em seu Art. 2º, que é vedado ao profissional da psicologia “Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 9).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem diversas publicações acerca da temática de gênero, citam-se aqui três: Resolução nº 1/2018, Resolução nº 8/2020 e Resolução nº 8/2022.

Tais documentos tratam sobre este tema e estabelecem critérios e normas para a atuação de psicólogos nesta demanda e com pessoas transexuais, travestis, bissexuais e com expressões não binárias de gênero e demais orientações não monossexuais. Entre as determinações estão: o compromisso ético profissional para a eliminação de todas as formas de violência, preconceito, estigmatização e discriminação; o dever de não ser conivente ou omitir-se diante destas situações; a adoção práticas e procedimentos para minimizar: processos de medicalização, patologização e estigmatização; métodos que criem, mantenham e acentuem estereótipos; culturas institucionais discriminatórias, assediadoras e violentas; legitimação de preconceitos; revitimizações; e desrespeito à autonomia do sujeito; entre outras.

Além disso, é de suma importância, ao se falar da atuação em uma universidade, mencionar a Resolução nº 23/2022, do CFP (2022) que define a Psicologia Escolar e Educacional “como área de atuação profissional da Psicologia referente à educação e ao processo de ensino-aprendizagem em todas as modalidades do sistema educacional e processos formativos em espaços de educação não formal”. Entre outras atribuições próprias da especialidade, o profissional

[...] atua nas ações e projetos de enfrentamento dos preconceitos e da violência na escola, orientando as equipes educacionais na promoção de ações que auxiliem na integração família, educando, escola e nas ações necessárias à superação de estigmas que comprometam o desempenho escolar dos educandos (Conselho Federal de Psicologia, 2022).

Com isso, é possível perceber o compromisso da psicologia com o enfrentamento à violência de gênero e com a promoção de uma sociedade mais justa, equânime e saudável, corroborando com os ideais deste estudo.

Neste ponto considero importante pontuar sobre as definições que esta pesquisa foi tomando até se tornar o presente trabalho. Ao ingressar no mestrado, diante das inúmeras inquietações motivadas pelas vivências relatadas e da imensa vontade de contribuir com uma universidade mais acolhedora e livre de violência, a questão de pesquisa apresentada foi: “Como as universidades federais brasileiras estão atuando internamente no enfrentamento e combate à violência contra as mulheres?”, questão esta de extrema relevância, mas de grande abrangência, e que precisou ser adequada à realidade apresentada.

O primeiro ajuste realizado foi focar especificamente na Unipampa, instituição onde atuo profissionalmente, onde realizei o Mestrado Acadêmico em Ensino, que deu origem a esta dissertação e onde a pesquisa foi efetivada. Ainda nas primeiras semanas de estudo, ao realizar uma primeira experiência de busca de dados, percebi que havia uma grande disparidade no que diz respeito à quantidade de ações realizadas visando dialogar sobre as desigualdades e

violências sofridas por mulheres, das que focavam nas sofridas pelas pessoas LGBTQIAPN+. Havia um número muito maior de ações enfocando no primeiro grupo e pouquíssimas no segundo, conforme será apresentado ao longo desta dissertação.

Com isso, pensou-se em abordar a violência de gênero de uma forma ampla, falando de ambas as populações, de forma a expor e dialogar, também, sobre a invisibilização das questões relacionadas às pessoas gêneros e sexualidades dissidentes. Inicialmente houve alguma insegurança em adotar esta perspectiva, já que os três pesquisadores envolvidos nesta jornada (mestranda, orientadora e co-orientador) são pessoas brancas, heterossexuais e cisgênero, perfil de grupo hegemônico, que em geral é o perpetrador de exclusão e desigualdade. A decisão foi mantida com base no dever ético de promover equidade e combater à violência e discriminação e na convicção de que este é um assunto urgente e que deve ser amplamente discutido junto à comunidade acadêmica da Unipampa, assim como de todas as universidades do país.

Além disso, tal decisão, considera o conceito de lugar de fala, de Djamila Ribeiro, filósofa e ativista negra brasileira, que aborda a importância de se pensar o lugar de onde se fala, considerando o lugar de privilégio ou subalternização do sujeito do discurso, de maneira a questionar a historiografia tradicional e as hierarquias sociais.

A autora salienta que todos têm lugar de fala, mas que é preciso reflexão crítica e consciência por parte das pessoas que são pertencentes aos grupos hegemônicos e privilegiados pela hierarquização social tradicional, de forma a perceber e discutir como suas perspectivas são atravessadas e impactadas por estes sistemas de poder (Ribeiro, 2017).

Ao longo da construção do projeto, se fez necessário definir e especificar ainda mais o foco de pesquisa, de forma que ela se tornasse exequível dentro das condições, especialmente no que se refere ao tempo de realização do mestrado, de apenas dois anos. Com isso, optou-se por concentrar-se, no que tornou-se o escopo definitivo deste trabalho, apenas na análise dos projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados pela comunidade acadêmica da Unipampa, no período de 2020 à 2024, em relação às questões de gênero e violência de gênero. Com isso, o foco passou para a prevenção da violência, não mais o enfrentamento, que é um processo maior, mais complexo e multifacetado.

Tal explanação é importante para que se compreenda como foi estruturada esta pesquisa e se saiba a razão por ela não se dedicar a aspectos tão importantes do combate a violência, como são, por exemplo, às questões relacionadas ao acolhimento das vítimas, a responsabilização dos agressores, a rede de proteção, entre outras.

O combate à violência é um processo amplo, complexo e gradual, que, em geral, é composto por diferentes eixos estruturantes, tais como os apresentados pela Política de

Promoção da Cultura de Paz na Unipampa: enfrentamento, conscientização, prevenção e responsabilização (Universidade Federal do Pampa, 2019). Sendo assim podemos definir como fundamentais:

- Prevenção - ações realizadas com intuito de informar, conscientizar e prevenir a ocorrência da violência. Podem ocorrer por meio de divulgação de materiais informativos, campanhas, projetos, cursos, oficinas, seminários, palestras, rodas de conversa, grupos, entre muitas outras estratégias. Abordando a definição das violências, direitos humanos, onde buscar ajuda, rede de proteção, direitos e garantias legais, entre muitos outros temas.

- Atendimento e acompanhamento - são as ações realizadas por equipes multiprofissionais às pessoas envolvidas em situação de violência, sejam elas as vítimas, familiares, agressores ou outros envolvidos. Visando garantir os direitos dos indivíduos, seu bem-estar e sua recuperação diante do ocorrido, buscando minimizar as consequências e prejuízos causados, evitando a revitimização.

- Responsabilização - ações administrativas, jurídicas e legais relativas à averiguação e possível responsabilização dos agressores, com a aplicação das devidas sanções.

Além destes eixos, é imprescindível que exista uma rede de proteção estruturada, com de equipamentos de proteção contra a violência, materializados por meio de instituições e equipes profissionais especializadas, buscando prevenir as violações, atender pessoas em situação de violência, responsabilizar agentes ou quaisquer outras atividades relacionadas ao enfrentamento da violência. Para que tudo isso ocorra de forma efetiva, é necessário que sejam criadas e desenvolvidas políticas públicas sobre a temática, que sejam intersetoriais, que realizem o monitoramento dos dados, que promovam pesquisas, que destinem recursos e demais operações que sejam necessárias para sua profícua execução.

Em suma, desejo registrar que considero fundamentais todas as ações de enfrentamento à violência de gênero na universidade, incluindo as de prevenção, acolhimento, acompanhamento, responsabilização, estabelecimento de redes de proteção e de outras medidas institucionais pertinentes. Por motivos operacionais e acadêmicos, esta pesquisa se dedica especificamente sobre a prevenção realizada pelos dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, gostaria de destacar que pretendo construir e fazer uso desta dissertação como um produto para a universidade onde trabalho e onde luto por um ambiente livre de preconceitos, discriminação e violência. Aspiro que este texto seja de fácil entendimento e compreensão para a comunidade acadêmica, evitando erudição demasiada, visto que o objetivo é poder publicizar os resultados obtidos e debatê-los junto a servidores, estudantes e a quem mais possa ser válido. Os resultados e discussões podem, por vezes, parecer um tanto

repetitivos, mas tentei trazê-los da forma mais visual e didática possível, de forma que diferentes pessoas possam se concentrar nos tópicos que mais tenham interesse e aproximação. Planejo realizar reuniões focais com as unidades acadêmicas para apresentar tais dados e debater sobre as dificuldades e potencialidades de cada uma, pensando no desenvolvimento de ações e políticas de diversidade e equidade.

A presente dissertação está organizada em cinco seções e suas respectivas subseções. A seguir serão apresentados os conceitos gerais e revisão de literatura, onde inicialmente se exibirá dados referentes ao termo gênero, suas construções e desconstruções, atravessamentos e contextos sociais. Na subseção seguinte serão debatidas a desigualdade e a violência de gênero, apresentando dados sobre a sua ocorrência e consequências, em especial no ambiente acadêmico. Então, será realizado um breve histórico do ensino superior no Brasil, pontuando sobre os processos de inclusão e exclusão de mulheres e população LGBTQIAPN+, trazendo, também, algumas considerações sobre o ensino superior no Rio Grande do Sul, estado em que ocorre esta pesquisa. Em seguida, se discorrerá sobre os processos de ensino, pesquisa e extensão, sobre a sua indissociabilidade e sobre o papel social da universidade no desenvolvimento da sociedade em que está inserida. Para encerrar esta seção, serão trazidos dados de uma revisão sistemática da literatura efetuada por esta autora, já publicada em revista científica, acerca das políticas e ações institucionais de enfrentamento à violência nas universidades públicas brasileiras.

A terceira seção traz a metodologia da pesquisa, com definições metodológicas, instrumentos e métodos de coleta e análise de dados, assim como sobre os cuidados éticos adotados. Além disso, será efetuada uma descrição da instituição pesquisada, a Unipampa, o contexto regional, as características institucionais e os entrecruzamentos e políticas locais acerca das questões de gênero.

Em seguida, é realizada a apresentação da pesquisa e a análise dos resultados. A seção é dividida de acordo com as categorias de análise, primeiramente são apresentados os dados e discussões acerca das características de execução dos projetos, tal como coordenação, população abordada e atendida, tipo e unidade executora. As próximas subseções apresentam as discussões com relação à temática dos projetos, como: violência de gênero, desigualdade de gênero, cultura de paz, protagonismo feminino, saúde das mulheres, entre outros.

A quinta, e última, seção apresenta as considerações finais da pesquisa, resgatando os principais pontos discutidos, analisando a consecução dos objetivos propostos, apontando as limitações dos estudos, reafirmando o compromisso ético e o impacto social esperado, entre outras informações pertinentes.

2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

Com o objetivo de qualificar as reflexões propostas para este trabalho, nesta fundamentação teórica serão abordados mais detalhadamente os três conceitos principais da pesquisa: gênero; violência de gênero; ensino superior brasileiro, com foco nos processos de exclusão e inclusão; e o tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, e a função social da universidade.

Inicialmente, aborda-se o termo gênero, seu surgimento através do movimento feminista, o processo de consolidação e adequação do termo, especialmente com a inclusão das demais minorias, população LGBTQIAPN+, até o que se compreende nos dias atuais. Reflete-se sobre as desigualdades de gênero e as relações de poder incutidas, principalmente na sociedade ocidental, marcada pelo machismo e patriarcado. Apontando para as questões de gênero relacionadas à educação.

Então, discute-se sobre a violência de gênero. Fala-se sobre a difícil conceituação do termo. Expõe-se dados sobre esse fenômeno no país, em especial os produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e pela Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Traz-se o debate acerca da importância da educação para prevenção das desigualdades e violações. Reforça-se a importância da criação e desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento a esta problemática.

A próxima seção faz um resgate histórico sobre o ensino superior no Brasil, como se deu sua fundação, seu processo de desenvolvimento, os entraves, as dificuldades e os avanços conquistados. Dá-se especial destaque no que tange a expansão, acesso, inclusão e diversidade no ensino superior, abordando os processos de expansão e interiorização da educação e debatendo sobre o acesso de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ ao meio acadêmico. Também é feita uma breve exposição sobre o ensino superior no Rio Grande do Sul, estado onde está a instituição pesquisada.

Para concluir o referencial teórico trata-se da chamada tríade do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão, evidenciando compromisso da universidade com a sociedade em que está inserida e com o desenvolvimento de estratégias para solucionar os problemas sociais existentes.

2.1 Gênero

Os debates e os regramentos sobre os modos de ser e de agir esperados das pessoas, de acordo com sua raça, classe social, sexo biológico, entre outras características, acompanham a história da humanidade, mudando ao longo do tempo e de acordo com a região. O uso do termo “gênero” se expandiu apenas no último século.

Segundo o filósofo e historiador francês, branco, homossexual, Michel Foucault (2018), no século XIX iniciou-se um processo de multiplicação dos discursos sobre sexo e sexualidade, estando espalhados pela sociedade e provindos de diversas instituições sociais. Com isso ele nega ideia até então hegemônica da hipótese puramente repressiva, que diz que a sexualidade é unicamente interdita e negada, e propõe a hipótese produtiva, já que se tem produzido diversos discursos, por várias áreas do conhecimento e esferas sociais, visando regular e normatizar a sexualidade.

De acordo com Joan Scott (1995), historiadora norte-americana branca, o termo gênero começou a ser usado para se referir às organizações e determinações sociais existentes sobre os sexos. Inicialmente considerando apenas a oposição entre masculino e feminino, que era, e ainda é o entendimento hegemônico sobre sexualidade, sendo que a cultura dominante e até algumas línguas sequer considerariam mais do que estas duas opções, mesmo que ao longo da história se tenha tido muitas sociedades com um entendimento completamente diferente, mais diversos de complexo.

O termo foi mais amplamente difundido a partir da década de 1970, pelas feministas norte-americanas que queriam dar ênfase às distinções sociais baseadas no sexo. Seu uso se dava para se opor ao determinismo biológico binário. Sendo uma palavra que busca salientar os aspectos relacionais do fenômeno. Considerando que a compreensão de homem e mulher em uma sociedade não pode ser dada de forma isolada, mas que necessita de uma análise das suas interrelações, aproximações e distanciamentos, para que se possa vislumbrar os movimentos de opressão e sujeição existentes. Seu uso busca evidenciar a diferença, muitas vezes ignorada, no uso de palavras como: sexo biológico, prática sexual, papel sexual, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero, entre outras (Scott, 1995).

O termo “gênero” foi inicialmente postulado para marcar sua distinção do termo “sexo”, já que esta palavra provinda da biologia era considerada natural e imutável, regida pelo padrão binário de macho e fêmea, ainda que tal hipótese da naturalidade e binarismo biológicos há muito foi contestada, já que mesmo em termos de biologia e genética existem muitas outras possibilidades para além dos dois sexos considerados exclusivos. O gênero é social e

culturalmente construído através das relações existentes em determinado contexto (Butler, 2018). Para Foucault (2018) não se pode falar da sexualidade, de sua construção histórica ao longo dos séculos e nas diversas regiões do mundo, como se fosse uma só. Ao fazer isso, estar-se-á reduzindo-a e excluindo as inúmeras possibilidades existentes. É preciso manter em mente a ideia de sexualidades, no plural, diversas e mutáveis.

O estabelecimento da terminologia não se deu sem um longo processo de lutas sociais e no meio acadêmico. bell hooks³ (2017), professora, feminista e ativista negra norte-americana, destaca que, historicamente, muitas teóricas sobre o tema enfrentaram inúmeras dificuldades em seus trabalhos e não foram devidamente reconhecidas e citadas por não pertencerem a determinado grupo que detém maior status, geralmente as pessoas brancas. Alguns dos estudos que conseguiram maior destaque, na verdade se utilizaram de conceitos de pesquisadoras menos conhecidas por pertencerem a grupos minoritários, como no caso das mulheres não brancas, negras, latinas, entre outras. A autora afirma que na academia há um sistema de hierarquização de classes intelectuais que age categorizando alguns trabalhos como de menor qualidade ou como “menos científicos”, apontando, em geral, para os trabalhos produzidos pelas minorias, visando a manutenção do status quo.

Foi somente no final do século XX que o gênero se tornou de fato uma categoria analítica, ficando de fora das considerações realizadas pelas principais abordagens da teoria social que surgiram a partir do século XVIII. Foi através destas ponderações que as feministas começaram a conquistar mais espaço político e acadêmico (Scott, 1995). As produções de feministas negras, assim como das de sexualidades dissidentes, como no caso das lésbicas, ajudou a compreender a formação de feminilidades a partir de outros fatores que não apenas o sexo. Esse processo não se deu sem dificuldades e oposições dos grupos dominantes (bell hooks, 2017).

Joan Scott (1995) afirma que o gênero é uma forma de dar significado às relações de poder vistas em uma sociedade, não a única, mas uma das que se demonstrou mais potente, especialmente nas culturas de origem judaico-cristãs e islâmicas. É uma forma de analisar e compreender as complexas relações humanas. O que vai ao encontro do dito por Foucault (2018), que afirma que a cultura ocidental, europeia e cristã dominou o discurso sobre a sexualidade, fazendo uso da medicina e psiquiatria, por exemplo, como forma de regulá-la, parametrizando o que era considerado “normal” ou “patológico”.

³ bell hooks é pseudônimo de Gloria Jean Watkins. A autora optou por utilizar a grafia desta forma por motivos políticos e intelectuais. Esta dissertação respeitará as opções dos(as) autores(as) citados, conforme será melhor descrito na seção de metodologia.

Desde a década de 1970, muitas das estudiosas, em especial aquelas com maior engajamento político, salientaram que as análises sobre o gênero não poderiam ocorrer de forma isolada, sem considerar outros aspectos da vida social, sendo assim evidenciaram a conexão entre três categorias que consideravam centrais: classe, de raça e de gênero. Considera-se que grande parte das desigualdades vislumbradas nas sociedades ocidentais nos últimos séculos ocorrem de forma interligada entre estes três eixos (Scott, 1995).

Por volta da década de 1980 o termo “gênero” começou a ser utilizado como sinônimo de “mulheres”, muitas vezes visando o estabelecimento de prestígio político e/ou acadêmico, já que está mais diretamente ligado à terminologia utilizada nas ciências sociais.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada (Butler, 2018, p. 15).

Porém, esta compreensão e utilização indiscriminada pode ser considerada problemática por algumas questões. Em primeiro lugar, pode contribuir para o silenciamento e invisibilização das mulheres, já que não as nomeia. Também é preciso lembrar que o termo gênero rejeita o determinismo binário biológico e a atribuição de características naturais para homens e mulheres, ao contrário, fala sobre as interrelações entre os sexos (Scott, 1995). É problemático pensar que o termo “mulher”, mesmo que empregado no plural “mulheres”, consiga denotar a ampla gama de identidades possíveis, de maneiras de ser e de se relacionar consigo, com os outros e com o mundo. Qualquer generalização, mesmo quando concebida com objetivos positivos e emancipatórios, tende a ser opressiva, atuando de forma coercitiva e excludente (Butler, 2018).

Além disso, esse entendimento é errôneo ao deixar de fora dos estudos de gênero toda uma população que também sofre historicamente com diversas formas de violência, opressão e desigualdade, a população LGBTQIAPN+. Nos últimos anos tem surgido um maior número de estudos sobre e com esta população, ainda em proporção muito menor do que a necessária para conter o preconceito e a discriminação sofridas por esta população. Ainda hoje se verifica a existência de muitos estudos que abordam o gênero como sinônimo de mulheres, e esta é uma realidade que precisa ser mudada.

Foi preciso muita luta para desconstruir o conceito de “mulher”, algo que ainda está em processo, e estabelecer o conceito de gênero, mais amplo, complexo e abrangente. Reforçando as diferenciações entre sexo, gênero, sexualidade, identidade, entre outras categorias (bell hooks, 2017, p. 105).

Levando em consideração a invisibilização histórica das sexualidades dissidentes, que são aquelas diferentes do padrão heteronormativo, torna-se importante explicitar os significados da sigla LGBTQIAPN+ e apresentar, ainda que brevemente, as discussões e lutas em torno da mesma. Ela é marcada por disputas e busca por representatividade, evoluindo ao longo do tempo, por meio do movimento social que a cunhou e a mantém. Nela estão contidos termos que se referem à identidade de gênero, que se relaciona com a forma como a pessoa se percebe ou se identifica, e à sexualidade, que se refere a atração afetiva e/ou sexual que um indivíduo sente por outro (Carvalho; Barreto, 2021).

Resumidamente, cada uma das letras da sigla LGBTQIAPN+ buscar a representatividade de pessoas: L – lésbicas, orientação sexual que diz respeito a mulheres que se sentem atraídas afetiva e sexualmente por outras mulheres; G – gays, orientação sexual que diz respeito a homens que se sentem atraídos afetiva e sexualmente por outros homens; B – bissexuais, orientação sexual que diz respeito a pessoas que se sentem atraídas afetiva e sexualmente tanto por pessoas do mesmo gênero quanto do gênero oposto; T – transexuais, transgênero e travestis, conceitos sobre identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento; Q – queer, termo usado para qualquer pessoa que não se identifica com o padrão binário de gênero, e que não se sente contemplada por outra letra da sigla referente, pois compreendem que os rótulos restringem a vivência; I – intersexo, pessoas que nasceram com padrão genético diferente de XX ou XY e/ou sistema reprodutivo do padrão binário; A – assexual, pessoas que não se sentem atraídas por qualquer gênero; P – pansexual, orientação sexual que diz respeito a pessoas que se sentem atraídas afetiva e sexualmente por outras pessoas independentemente de sua identidade de gênero; N - pessoas que se designam como não-binárias; e + - tenta simbolizar todas as demais orientações sexuais e identidades de gênero, tais como: agêneros, polisssexuais, entre outros (Jesus, 2012).

Não há consenso sobre a maneira correta ou oficial sobre sua grafia, a sigla “é resultado dos debates ocorridos pelo próprio movimento, sendo sua forma atual um lugar de disputa tanto na militância como na academia, dividindo a opinião de pesquisadores, autores e militantes/ativistas” (Carvalho; Barreto, 2021, p. 4060). Suas atualizações e modificações são estabelecidas por movimentos sociais e políticos, que visam prioritariamente dar visibilidade às pessoas que se identificam com cada uma das letras. A ONU - Organização das Nações Unidas - costuma utilizar LGBTIQ+, o Governo Federal, nos últimos dois anos, tem grafado LGBTQIA+ em suas políticas, o Conselho Federal de Psicologia também adota oficialmente a forma LGBTQIA+, muitos veículos de informação se utilizam da forma reduzida LGBT+. Este trabalho optou por utilizar a grafia LGBTQIAPN+, opção forma mais extensa e completa da

sigla, sendo bastante difundida no Brasil, visando promover a visibilidade de grupos que ainda estão em meio às referidas disputas em torno do termo.

Guacira Louro (2022), historiadora e professora brasileira, branca, salienta que as identidades de gênero e sexualidades não são construções individuais, mas que são apreendidas pelos sujeitos em um local e momento histórico específicos, que deixam suas marcas políticas e sociais impressas. A identidade, assim como a sexualidade, é construída socialmente, a partir das vivências dos sujeitos e das suas interações. É necessário superar a visão binária, tradicionalmente sustentada pela biologia ou pela religiosidade, para compreender que existem inúmeras formas de se relacionar com o próprio corpo, assim como com o outro. As identidades de gênero são formadas de acordo com a sociedade na qual o indivíduo está inserido, moldadas a partir da cultura e das relações de poder ali encontradas.

Construção social que é, a identidade de gênero não é determinada pelo sexo biológico, como erroneamente ainda se supõe, assim como também não delimita a sexualidade e as práticas sexuais do indivíduo. O binarismo que já é questionável biologicamente, já que mesmo em termos genéticos e fenotípicos existem diversas outras opções possíveis, torna-se ainda mais problemático ao se pensar em gênero e sexualidade, tais expressões e práticas são complexas, diversas, fluidas e não quantificáveis, portanto, muito além das concepções de homem e mulher, macho e fêmea ou feminino e masculino. Porém, é preciso considerar que estas identidades são influenciadas e circunscritas pelo discurso cultural hegemônico baseado em concepções binárias ditas universais e naturais (Butler, 2018).

Para compreender os modos com que uma pessoa se relaciona consigo e com o mundo é preciso atentar para as relações e jogos de poder que estão presentes naquela realidade, as desigualdades, as opressões e as possíveis formas de resistências (Scott, 1995). Foucault (2018) elaborou o conceito de dispositivo de sexualidade, que são vários mecanismos, discursos e estruturas de conhecimento que estão a serviço da manutenção das relações de poder dentro de uma sociedade em relação às questões de sexualidade. Os dispositivos de poder estão presentes em todos os contextos da sociedade e se apresentam das mais variadas formas, através de leis, normas, relações, comportamentos, métodos e discursos. O autor salienta que nem sempre eles são explícitos, o não dito pode ser tão excludente e violento, ou até mais, como o que é visível e verbalizado. Os discursos dominantes objetificam aqueles que são considerados desviantes, oprimindo e excluindo-os.

Cada sociedade estabelece padrões e normas sociais do que é considerado normal ou não das expressões humanas, dentre elas as relacionadas a gênero e sexualidade. Essa normatização perpassa por diversas esferas da vida dos indivíduos, tal como comportamentos,

gestos, roupas, adornos, cuidados físicos, profissões, formas de se relacionar e de se expressar, entre muitas outras diretrizes, que devem ser seguidos por homens e outras tantas, ainda mais, pelas mulheres (Louro, 2022).

A cultura hegemônica de padrão binário cisheteronormativo compulsório pressupõe um determinismo de sexo biológico, identidade de gênero e sexualidade. “Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo” (Butler, 2018, p. 41). Porém, o humano, em sua complexidade, não está necessariamente atrelado a estas categorias, sendo assim, sexo, sexualidade e gênero estão relacionados, mas não são determinados um pelo outro, possibilitando uma ampla gama de expressões e práticas, que, em geral desconhecidas pela cultura dominante, acabam sendo alvo de preconceito e violência.

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo”, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (Louro, 2022, p. 18).

A sociedade se esforça para fixar essas identidades “normais” com conceitos bem delimitados do que é ser homem e do que é ser mulher, e apresenta a heterossexualidade como única opção de sexualidade. A homossexualidade, assim como a bissexualidade e todas as outras sexualidades possíveis, é silenciada, segregada, marginalizada e discriminada, como, por exemplo, pode-se notar através da LGBTfobia (Louro, 2022).

Em outras palavras, a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e resignificação (Butler, 2018, p. 53).

Judith Butler (2018), filósofa norte-americana branca, homossexual, cunhou o conceito de performatividade de gênero que rejeita a ideia de determinismo biológico e argumenta que os comportamentos, expressões, identidades de gênero são performances construídas e aprendidas pelos sujeitos dentro de uma determinada cultura, em um determinado local e momento histórico, de acordo com as regras e discursos sobre os papéis sociais definidos. “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (Butler, 2018, p. 54).

A maior visibilidade que as pessoas e os movimentos LGBTQIAPN+ tem conquistado nos últimos anos, não sem muita luta, acabou por incentivar o surgimento e fortalecimento de muitos grupos reacionários que pregam pelo reestabelecimento dos padrões binários clássicos de homem e mulher, agindo de forma hipermasculinizada, propagando o preconceito e o ódio e reacendendo ideias conservadoras (Louro, 2022).

A política de identidade nasce da luta de grupos oprimidos ou explorados para assumir uma posição a partir da qual possam criticar as estruturas dominantes, uma posição que dê objetivo e significado à luta. As pedagogias críticas da libertação atendem a essas preocupações e necessariamente abraçam a experiência, as confissões e os testemunhos como modos de conhecimento válidos como dimensões importantes e vitais de qualquer processo de aprendizado (bell hooks, 2017, p. 120).

As dissidências existem e resistem há muito tempo, sofrendo a opressão e as violências perpetradas por uma sociedade com uma cultura hegemônica cisheteronormativa.

Segundo Joan Scott (1995, p. 89) “política constrói o gênero e o gênero constrói a política”, ainda que de maneira não explícita, através da inclusão de certas pautas, ou pelo seu silenciamento. Através do poder político se dá a manutenção das estruturas que perpetuam as desigualdades. Como argumento para manutenção dos privilégios masculinos e das estruturas sociais de dominação, muitas vezes, são utilizados os chamados “atributos naturais” dos homens e das mulheres. Por isso que a desconstrução da ideia binária dos sexos parece tão assustadora para o status quo, pois ao alterar esta organização social, alteram-se todas as relações, ameaçando os privilégios que há muito são mantidos. Ao passo que movimentos sociais e acadêmicos têm, ao longo das últimas décadas, pressionado pela mudança e pelo fim das desigualdades de gênero, novas organizações de caráter conservador surgem e se reforçam pela manutenção das estruturas de poder vigentes e pela continuidade dos privilégios. Para que este jogo político não tenha resultados desastrosos, é preciso que a compreensão sobre gênero, assim como sobre homem e mulher, masculino e feminino, binário e não binário, seja ampliada e fuja do reducionismo que há séculos favorece a opressão.

Ao mesmo tempo, essencial para tantos movimentos políticos é a reivindicação de integridade corporal e a autodeterminação. É importante afirmar que nossos corpos são, em certo sentido, nossos, e que temos o direito de reivindicar direitos de autonomia sobre eles. Essa afirmação é tão verdadeira para as reivindicações de direitos de lésbicas e gays à liberdade sexual quanto para as reivindicações do direito de pessoas trans à autodeterminação, assim como para as reivindicações de pessoas intersexuais de estarem livres de intervenções médicas e psiquiátricas coercivas. Ela continua sendo verdadeira para que todas as reivindicações sejam livres de ataques racistas, físicos e verbais, assim como a reivindicação do feminismo à liberdade reprodutiva, e também para aqueles cujos corpos trabalham sob coação, econômica e política, sob condições de colonização e ocupação. É difícil, se não impossível, fazer essas reivindicações sem recorrer à autonomia. (Butler, 2019, p. 45-46).

Segundo Foucault (2018, p. 104-105) “os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida certos tipos de comportamento.”. As relações de poder e as resistências estão conectadas e são necessárias uma à outra.

A entrada das minorias na academia, como visto nas últimas décadas, criou um sentimento de esperança na mudança desses padrões opressores. O que despertou insegurança em alguns docentes, pelo medo de exposição da limitação de seus conhecimentos e pela possível perda de sua autoridade. A diversidade cultural em sala de aula gera antagonismos com os quais muitos não sabem lidar, já que isso requer muito mais do que o conhecimento técnico do professor. Tal sentimento de insegurança também colaborou com o avanço conservador, sob o argumento de que quem apoia a diversidade cultural busca substituir uma dominação por outra (bell hooks, 2017).

a escola nega e ignora formas não heterossexuais de sexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, dessa forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância (Louro, 2022, p. 38).

Além da educação, muitas outras instâncias sociais, como a igreja, a família e a justiça, se utilizam desta pedagogia da sexualidade para disciplinar os corpos, legitimando certas práticas, enquanto ignoram, reprimem e desqualificam outras tantas. A identidade hegemônica se sustenta e se impõe através da marginalização das consideradas dissidentes, afirma sua heterossexualidade através da contraposição e discriminação das características das demais sexualidades. As identidades LGBTQIAPN+ assumem e evidenciam a fluidez da sexualidade humana, o que parece demasiadamente subversivo e ameaçador para os valores conservadores tradicionais (Louro, 2022).

bell hooks (2017) aponta a necessidade de reconciliação e de união entre os movimentos feministas negros e os brancos, pela construção de um conhecimento teórico e prático integrativo e abrangente, que englobe a complexidade da temática e valorize as diferenças existentes na sociedade. Além disso, pode-se dizer que essa necessidade é ainda maior, os debates sobre gênero devem envolver e integrar os movimentos feministas e os de grupos minoritários, como o caso das dissidências de gênero e sexualidade, em prol da construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa.

2.2 Violência de Gênero

A violência de gênero afeta a dignidade humana, a saúde mental e a qualidade de vida das suas vítimas diretas, testemunhas, demais envolvidos e, também, grupos, instituições e a sociedade como um todo. Ela está presente nas mais variadas esferas da vida pública e privada dos indivíduos, tal como na escola, no trabalho, na família, no transporte público e na rua. Assim, a universidade não está imune a esta problemática e, também, é um espaço que reproduz este tipo de violência. É preciso, assim como em outras instituições, que a academia reflita sobre esses padrões opressivos e violentos e busque criar políticas e ações para o seu enfrentamento.

Ainda hoje não há um consenso internacional sobre a definição de violência de gênero, provavelmente em razão do histórico uso da palavra gênero como sinônimo de sexo biológico. Muitas vezes o termo é utilizado para se referir apenas à violência contra as mulheres. Este entendimento também pode estar baseado no fato de que a ONU em muitos pronunciamentos estende a definição de violência contra as mulheres para sua utilização mais ampla sobre as questões de gênero. Para essa ampliação de entendimento é utilizado o artigo 1º da Resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993, a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, da ONU define

a expressão ‘violência contra as mulheres’ significa qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada (Organização das Nações Unidas, 1993, p. 02, tradução nossa).

Sendo assim, pode-se definir a violência de gênero como qualquer ato, que por ação ou omissão, baseado no gênero ou sexualidade, cause algum tipo de sofrimento ou prejuízo à vítima. Tal violência pode se manifestar de diversas formas, tais como: física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, simbólica, institucional, entre muitos outros tipos. São vítimas as mulheres, população LGBTQIAPN+ e demais minorias sexuais e de gênero (Pisani *et al.*, 2023).

A socióloga brasileira branca, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti define: “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (Saffioti, 2015, p. 18).

A violência é um fenômeno horrível, um problema da humanidade. Através dela uma pessoa se vê completamente vulnerável à vontade e ao comportamento do outro, perdendo o controle e a determinação sobre si mesmo. O autor da violência se dá o direito de atuar sobre o

corpo do outro. Tal vulnerabilidade é aumentada de acordo com algumas características do indivíduo e da sociedade em que está inserido. Certas populações são alvo frequente de diversas violações, como é o caso de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, por exemplo, mas também de muitos outros grupos minoritários (Butler, 2019).

Daniel Cerqueira, economista brasileiro, e Samira Bueno, cientista social brasileira, apontam o aumento da violência contra as mulheres nos últimos anos. Somente em 2021 foram assassinadas 3.858 mulheres. Entre 2020 e 2021, enquanto a taxa geral de homicídios diminuiu cerca de 4,8% no país, houve crescimento de 0,3% dos feminicídios. No período de 2011 a 2021, foram registrados mais de 49 mil assassinatos de mulheres no Brasil (Cerqueira e Bueno, 2023). Os números são alarmantes, e é preciso considerar que estes são apenas os dados referentes aos assassinatos, mas existem inúmeras outras formas de violência contra as mulheres. Ela é tão presente no cotidiano que muitas vezes passa despercebida. bell hooks (2017, p. 104) declara: “Não há ninguém entre nós que não sentiu a dor do sexismo e da opressão sexista, a angústia que a dominação masculina pode criar na vida cotidiana, a infelicidade e o sofrimento profundos e inesgotáveis”.

Bruna Benevides, brasileira, ativista pelos direitos humanos, mulher trans, apresenta no Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), dados alarmantes sobre as violências contra esta população. O estudo aponta que entre 2017 e 2023, foram mapeados um total de 1057 assassinatos de pessoas trans, travestis e pessoas não binários no Brasil. O dossiê denuncia a dificuldade no levantamento e a constante falta de dados governamentais sobre a temática, o que indica a invisibilização desta questão pelo poder público. Entre 2022 e 2023 houve um aumento de 10,7% no número de assassinatos contra pessoas trans, chegando ao número de 145 mortes em 2023. Sendo que neste mesmo período observou-se a diminuição de 5,7% nos assassinatos gerais da população (Benevides, 2024).

Neste ponto é fundamental introduzir o conceito de interseccionalidade e em como ela afeta os indivíduos pertencentes a diferentes grupos historicamente vulnerabilizados. O termo foi criado pela professora, defensora dos direitos civis, negra, estadunidense, Kimberlé Williams Crenshaw e propõe a análise das consequências causadas pelos sistemas de opressão que se sobrepõem e inter cruzam baseados em categorias como gênero, raça, classe, entre outras. Abordando a “forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p. 177). Tais marcadores sociais

frequentemente se somam e são responsáveis pelo silenciamento, apagamento, dominação e violência a indivíduos e grupos minoritários.

É importante destacar que o surgimento deste termo se dá justamente diante de um contexto de silenciamento, já que foi cunhado pelos feminismos negros, que era invisibilizado tanto pelo movimento feminista da época, focado nas pautas de mulheres brancas, quanto pelo movimento antirracista, que focava nos homens negros. Na resistência contra tais opressões emergiu a reflexão sobre as diferentes formas de subordinação que subjagam as pessoas de diferentes grupos marginalizados. “A proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo estão localizados no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico” (Akotirene, 2019, p. 31).

bell hooks (2017) afirma que na época da sua graduação ainda predominava a ausência de estudos sobre as diferenças de gênero nas pessoas negras, afirmando que quando se falava em mulheres referia-se sempre às brancas e quando se falava em negros tratava-se apenas sobre homens, reforçando a invisibilização das mulheres negras. Apesar da resistência inicial, aos poucos as mulheres não brancas foram conseguindo inserir nos estudos feministas as análises das condições acerca de raça e classe social. Obras críticas literárias negras também catalisaram esse processo, pois inicialmente tiveram maior aceitação do que a produção acadêmica. “Quando o movimento feminista contemporâneo começou, os textos e estudos feministas de autoria de mulheres negras eram pioneiros” (bell hooks, 2017, p. 163).

Carla Akotirene, assistente social, feminista, militante negra brasileira, também dá destaque em seus estudos para outras categorias do sistema de opressão ligadas ao gênero e sexualidade, falando de marcadores relacionados à população LGBTQIAPN+, tal como travestis, lésbicas e transgênero, por exemplo, que se entrecruzam aos marcadores de raça e classe, gerando silenciamentos e opressões intensas e particulares. “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p. 14).

Cada um dos marcadores sociais carrega uma carga de preconceitos e opressões que vão impactar na vida do indivíduo que os possui. Machismo, racismo, etarismo, capacitismo, elitismo, LGTB+fobia, xenofobia, gordofobia, psicofobia, intolerância religiosa e muitas outras estruturas de subalternização se sobrepõe de forma específica sobre os sujeitos. Portanto é necessário considerar e compreender as diversas formas de segregação que se dão para com uma mulher transgênero, negra e periférica, criando estratégias de empoderamento e visibilização diferentes das que serão direcionadas à uma mulher, branca e idosa, por exemplo. “É fascinante ver como o mascaramento do corpo se liga ao mascaramento das diferenças de

classe e, mais importante, ao mascaramento do papel do ambiente universitário como o local de reprodução de uma classe privilegiada de valores, do elitismo” (bell hooks, 2017, p. 188).

Historicamente as dissidências sexuais se tornaram alvo de estudo e normatização, como o que ocorreu na área da medicina e da psiquiatria, que dedicaram-se a pesquisar, descrever e examinar o que era considerado patológico ou não, o que deveria ser curado ou não, medicalizado ou não. Tais análises partiam e estavam baseadas em preceitos morais, que a partir de então se tornaram norma médica. O aval da cientificidade foi usado para reforçar o discurso moralista dominante da época (Foucault, 2018). Tal discurso tem se perpetuado até os dias atuais, causando preconceito, desigualdade e violência.

Jaqueline Gomes de Jesus, psicóloga brasileira, ativista, negra, mulher trans, discute o conceito de heterocentrismo “que sujeita as orientações sexuais e, eventualmente, as identidades de gênero à primazia de uma heterossexualidade compulsória” (Jesus, 2013, p. 364). É um conjunto de ideias e crenças, de aspecto moralizante, de que a heterossexualidade é a única o “normal”, a “única opção possível”, excluindo homossexuais, bissexuais, transexuais e toda diversidade de gênero e sexualidade. Esta visão gera atitudes e pensamentos homofóbicos e heterossexistas, que acabam por ocasionar preconceito, discriminação e violência.

A Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior incluiu em 2018, pela primeira vez, uma pergunta sobre gênero e sexualidade. Assim, 11,6% afirmam não se identificarem como cisgênero, 0,2% dos graduandos declararam ser transgênero, o que corresponde a 3379 pessoas. Além disso, pode-se constatar, quanto a identidade de gênero: 48,1% mulheres cis, 40,1% homens cis, 0,6% não binários, 0,1% mulheres trans, 0,1% homens trans, 4,5% preferiram não responder e 3,7% preferiram não se classificar. Quanto à orientação sexual: 78,1% hétero, 16,4% LGBTQ, 0,3% assexual, 2,9% preferiram não se classificar e 1,9% preferiram não responder. Quanto ao sexo biológico: 54,6% feminino, 45,1% masculino e 0,3% sem declaração. Tal diversidade tem potencializado os debates na universidade pública acerca da cis-heteronormatividade do ambiente acadêmico (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Ao longo dos anos tem-se visto o agravamento dos problemas psicológicos como fator dificultador do sucesso acadêmico. Em 2014 o percentual foi de 79,8%, já em 2018 este percentual aumentou para 83,5% dos entrevistados que afirmaram vivenciar alguma dificuldade emocional que interfere na sua vida acadêmica. Como mencionado anteriormente, quase 10% dos estudantes relatam ter dificuldades acadêmicas em decorrência de terem sofrido algum tipo de violência, seja física, moral, psicológica ou sexual. Além disso, a pesquisa salienta que o maior número de vítimas é de mulheres (62%), de pessoas trans (41%) e de não-binárias (26%)

(Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019). É preciso aprofundar essas investigações, compreender e desenvolver estratégias para tornar o ambiente acadêmico mais saudável e seguro.

Maria Cecília de Souza Minayo, socióloga brasileira branca, afirma que as instituições educacionais podem, também, gerar violação através de suas práticas. Entre outros fatores, aponta comportamentos disfuncionais e antissociais por parte tanto dos profissionais, quanto dos estudantes. Além disso, destaca que o ambiente competitivo e não cooperativo, também resulta em violência (Minayo, 2013).

No emprego, na educação e em outras esferas, há mulheres sujeitas a discriminações e outras opressões, especificamente por não serem homens e por não serem membros dos grupos étnicos e raciais dominantes na sociedade. Sem dúvida, isto se trata de discriminação composta (Crenshaw, 2002, p. 179).

A autora enfatiza que muitas mulheres perdem oportunidades educacionais simplesmente pelo fato de não serem homens, brancos, de elite, pois estes marcadores sociais carregam privilégios e proporcionam uma gama maior de escolha.

Proponho considerar uma dimensão da vida política que tem a ver com a nossa exposição à violência e nossa cumplicidade para com ela, com nossa vulnerabilidade à perda e ao trabalho de luto que se segue, e com a busca de uma base para a comunidade em tais condições (Butler, 2019, p. 39).

Butler (2019) questiona e faz refletir sobre quais vidas humanas são consideradas importantes, que são fruto de diálogo e alvo de políticas públicas, e quais existências não são consideradas, são excluídas, violentadas e silenciadas. Afirma que as mulheres e as minorias sexuais estão expostas à violência em diversas culturas. A desumanização dos corpos não hegemônicos que é vista no discurso e nas estruturas de poder também reverbera como violência concreta, não apenas simbólica.

Com relação aos alunos e alunas que afirmam ter sofrido assédio por parte de docentes, somente 8,3% formalizou a denúncia. As principais causas apontadas pelos que optaram pela não formalização estão a falta de expectativa de solução (54,5%), o medo (20,0%) e falta de informação sobre os canais de denúncia (17,1%). Tais justificativas apontam a fragilidade das políticas e ações institucionais para a garantia de direitos no ensino superior, que acabam por perpetuar a impunidade e a insegurança. A falta de mecanismos efetivos de acompanhamento e responsabilização é um problema recorrente (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Não existe uma política educacional que garanta a permanência e o sucesso de estudantes trans dentro de todas as unidades de ensino em todos os ciclos. É urgente

a existência de uma segurança pública antitransfobia, que gere não apenas dados, mas pense medidas preventivas para enfrentar essa violência, mas também de reparação, de responsabilização, tendo em vista que muitos casos ficam impunes (Benevides, 2024, p. 25).

Os alunos desprivilegiados muitas vezes têm que aderir aos costumes e padrões da classe hegemônica como forma de serem aceitos no ambiente universitário. Ocorre que muitos estudantes acabam abandonando o ambiente acadêmico por não se adequarem aos padrões esperados (bell hooks, 2017).

É fundamental a promoção de políticas públicas que garantam o acesso, a inclusão, a dignidade e a qualidade de vida de pessoas LGBTQIAPN+, com a destinação de recursos humanos, materiais e financeiros para sua efetivação. Entre as estratégias adotadas deve estar a formação continuada de servidores públicos acerca das questões de gênero e diversidade (Benevides, 2024).

Furlin e Delgado (2024) apontam que historicamente as universidades se produziram como redutos masculinos que reiteraram a exclusão de mulheres, situação que começou a mudar apenas a partir do movimento feminista, mas que ainda precisa de muito para atingir a equidade. Apesar da expansão universitária, não houve grande preocupação com a criação de políticas sobre gênero que garantissem a permanência, segurança e sucesso de mulheres e população LGBTQIANPN+ no ensino superior, especialmente as que os resguardassem da violência, preconceito e discriminação.

Frente a estas discussões sobre o papel da educação na diminuição das desigualdades de gênero, a próxima seção fará um breve resgate histórico sobre o ensino superior no Brasil, com foco nos processos de inclusão e exclusão de gênero.

2.3 O Ensino Superior no Brasil: Um olhar sobre os processos de inclusão e exclusão

Oficialmente o início da educação no Brasil se deu ainda em meados do século XVI, através da igreja católica, com a fundação da Missões Jesuíticas, que tinham por objetivo catequizar os povos originários.

Luiz Antônio Cunha, sociólogo brasileiro branco, afirma que durante muito tempo o ensino superior foi exclusivo das elites, enquanto o ensino profissional formava a mão de obra necessária para o país (Cunha, 2009).

Maria de Lourdes Fávero, filósofa brasileira branca, afirma que o Brasil foi um dos últimos países a sediar uma universidade nas Américas. Isso ocorreu pela negativa da coroa portuguesa, que preferia que as formações dos brasileiros mais abastados ocorressem na

Europa. Foi somente no início do século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil que o ensino superior foi permitido na colônia (Fávero, 2006). As áreas da saúde, direito e engenharia foram as primeiras a estabelecer cursos, de forma a responder às necessidades da elite dominante (Bonow, 2020).

A primeira Constituição Brasileira, em 1824, trazia alguns pontos relacionados à educação, incluindo o ensino superior, mas mesmo assim não houve grande desenvolvimento (Fávero, 2006).

Até este ponto, a educação de nível superior era exclusiva para os homens. Foi nos Estados Unidos, em 1837, que surgiu a primeira universidade para mulheres. Já no Brasil, foi apenas em 1879, que as mulheres conquistaram essa possibilidade. Também foi a partir daqui que a iniciativa privada também pode criar cursos superiores, que até então eram de responsabilidade exclusiva do governo imperial (Brasil, 1879).

Somente em 1887 que uma mulher brasileira concluiu sua graduação no país. Assim como ela, outras pioneiras no ensino superior brasileiro tiveram que enfrentar enormes resistências, preconceitos e discriminações, precisando superar muitas barreiras para concluírem suas graduações e obterem sucesso profissional. Mas apesar das dificuldades elas resistiram e perseveraram, abrindo caminho para a educação superior feminina no Brasil (Ribeiro; Vieira, 2023). Através da Constituição Federal de 1891 o ensino superior foi descentralizado, o que ocasionou a expansão da educação no país, em especial por parte da iniciativa privada (Gentil, 2017).

A pedagoga brasileira branca, servidora da Unipampa, Viviane Kanitz Gentil, aponta que as novas instituições que foram surgindo, novamente focaram-se na formação das elites dominantes. Desta forma, pode-se afirmar que este processo de expansão não proporcionou a democratização da educação no país (Gentil, 2017). A Universidade do Rio de Janeiro foi oficialmente a primeira universidade criada pelo Governo Federal do Brasil, em 1920 (Fávero, 2006). Foi apenas em 1929 que a primeira mulher se tornou professora em uma universidade pública brasileira, na Universidade Federal do Paraná (Ribeiro e Vieira, 2023).

Em 1931 foi criado o Estatuto das Universidades Brasileiras, e foi através destas reformas “que finalmente se firmaram as políticas iniciais em torno do que seriam as universidades no Brasil” (Bonow, 2020, p. 24). Naquela década houve um aumento no número de estudantes de nível superior e em 1938 ocorreu a criação da UNE - União Nacional dos Estudantes, conhecida pelas lutas em prol da expansão e democratização da educação (Bonow, 2020).

Nas décadas de 1940 e 1950 houve um grande processo de expansão das universidades, já que entre 1945 e 1964 foram criadas 32 instituições (Gentil, 2017). Em 1961 foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Apesar da visível expansão, o acesso ao ensino superior não era inclusivo, diverso e equitativo. Dados apontam que, em 1960, as mulheres representavam apenas 14% dos estudantes de nível superior (Ribeiro; Vieira, 2023). Nesta década já haviam diversos movimentos sociais em prol dos homossexuais na sociedade, mas eles não conseguiam adentrar os muros da educação superior, que se mantinha alheia a estas discussões (Souza, 2015).

Após o Golpe Militar, em 1964, as universidades foram alvo de profundas mudanças e controle por parte da Ditadura Militar. A UNE foi importantíssima pela garantia da educação pública e de qualidade, mas muitas vezes sendo acusada de movimento subversivo (Fávero, 2006). Em 1968 ocorreu a Reforma Universitária, que propôs muitos dos padrões das instituições de hoje (Gentil, 2017).

Na década de 1960 houve um aumento no número de professoras mulheres no ensino superior brasileiro, sendo que em 1960 elas correspondiam a 18% e, em 1970, elas já eram 29% do total de docentes. Com relação às mulheres estudantes, em 1970 elas eram cerca de 42% e em 1980 elas já eram quase metade dos discentes, pouco mais de 49% do total (Ribeiro; Vieira, 2023).

Nilson Dinis, psicólogo brasileiro, indica que foi mais ou menos neste período que finalmente os debates acerca das questões de gênero e sexualidade foram incluídos no ensino superior. Isso ocorreu através de movimentos feministas e homossexuais (Dinis, 2008).

Após o fim da Ditadura Militar, foi criado em 1985, o Programa Nova Universidade, que trouxe indicações sobre a importância do ensino superior se aproximar da sociedade e buscar soluções para os problemas vivenciados nela. Foi através deste programa que se criou o conceito de “universidade comunitária”, que acabou sendo uma forma de destinar recursos públicos para instituições de caráter religioso (Cunha, 2009). E em 1988 foi instituída a Constituição Federal que segue vigente até a atualidade, sendo a educação uma de suas garantias fundamentais e estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Bonow, 2020).

No Brasil, foi somente a partir da década de 1990 que se deram maiores avanços nas discussões sobre gênero na educação. Em outros países, como os Estados Unidos, esses debates já vinham ocorrendo nas décadas anteriores, mas aqui, foi principalmente a partir das produções da professora feminista Guacira Lopes Louro, que o tema começou a ser mais trabalhado (Dinis, 2008).

Foi a partir desta década, também, que começaram a acontecer muitas mudanças na educação superior, ocasionando mais uma onda de expansão. Em 1996 foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB/96), que está em vigor até a atualidade, que contém muitos pontos sobre o ensino superior. Uma das principais mudanças foi a possibilidade de instituições com fins lucrativos, que foram responsáveis pelo aumento significativo no número de estudantes matriculados em cursos de graduação. O número de instituições de ensino superior privadas mais do que dobrou em um período de 5 anos (Bonow, 2020).

Já em 2001 foi publicado o Plano Nacional de Educação - PNE, que promoveu a inclusão social e a democratização do ensino superior, especialmente através do incentivo para negros, indígenas e egressos do ensino público. Neste mesmo ano foi instituído o FIES - Financiamento Estudantil, um sistema de crédito que possibilitou que muitos estudantes ingressassem em instituições privadas (Bonow, 2020).

A partir de 2003, foram realizadas diversas mudanças fundamentais para o processo de expansão, interiorização e democratização do ensino superior público federal. Em 2005, foi criado o PROUNI - Programa Universidade para Todos, que, passou por algumas mudanças e, continua em vigor até os dias de hoje, concedendo bolsas de estudo para estudantes de baixa renda em instituições privadas, que, em contrapartida, tem a redução de seus impostos (Brasil, 2005).

Já em 2007 foi criado o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que tem como diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (Brasil, 2007).

Considerando que também é fundamental garantir permanência destes estudantes, em 2010, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que visa:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Outras políticas educacionais que alavancaram a educação superior no Brasil foram: o ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - criado em 2004, o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - também criado em 2004, a UAB - Universidade Aberta do Brasil - criada em 2006 e o SISU - Sistema de Seleção Unificada - criado em 2009.

O REUNI, assim como outras políticas sobre educação daquela década, foi importantíssimo para os processos de inclusão, democratização, expansão e interiorização do ensino superior no país todo, atuando para a mudança de alguns paradigmas, como, por exemplo, o de que as universidades federais eram modeladas e frequentadas majoritariamente pela e para a elite brasileira. “O principal indicador positivo foi a democratização do acesso ao ensino superior por parte da população que não tinha perspectiva de cursar uma universidade pública” (Bonow, 2020, p. 38).

O processo de interiorização obteve grande sucesso, conforme demonstrado pela Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (2019, p. 15): “No período 2010-2018, a interiorização aprofunda-se ainda mais, considerando que o número de IFES localizadas nas capitais chega a 13 unidades e no interior a 52. O percentual de instituições federais localizadas no interior do país cresceu 92,6%”. Com relação ao número de alunos, 50,5% estão nas capitais e 49,5% no interior.

Outro marco importante foi a criação da Lei nº 12.711/2012, que trata sobre o ingresso nas instituições federais de ensino, reservando 50% das vagas a estudantes oriundos de famílias com renda mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo, com uma proporção mínima a ser preenchida por estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (Brasil, 2012).

A IV Pesquisa mostrou que, em 2014, as IFES eram mais negras. Em 2003, autodeclarados (as) brancos (as) somavam 59,4% da população dessas instituições, em 2010 esse índice cai para 53,9% e em 2014/5 chega a 45,7%. Na tendência oposta, autodeclarados (as) pretos (as) tinham crescido em participação nas IFES na respectiva cronologia de 5,9%, para 8,7% e 9,8%. Pardos (as), na mesma trajetória, foram de 28,3% para 32,1% e em 2014/5 compunham 37,8% da população-alvo. Em outras palavras, 47,6% dos (as) estudantes das IFES eram negros (as), em 2014. Em valores absolutos, quase triplicou sua participação, comprovando o efeito das políticas de democratização do acesso (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019, p. 08).

Na história mais recente, entre 2019 e 2022, o Brasil esteve sob um governo marcado por muitas polêmicas e pelo baixo investimento em políticas públicas como a da educação.

Já em 2023, diante de um novo governo, foi reformulada a Lei de Cotas para ingresso nas universidades, reservando uma proporção das vagas para estudantes negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e provindos de escolas públicas. Além disso, em 12 de março de 2024 foi anunciada a criação de novos 100 campi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com a expectativa de criação de cerca de 140 mil vagas, de nível médio e superior (Brasil, 2024c).

Dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2025) apontam que atualmente as mulheres representam mais de 59% das matrículas no ensino superior, sendo que entre 2013 e 2023, esse índice aumentou cerca de 138%. Com relação às docentes, elas são cerca de 47% do total.

Apesar de não haver dados oficiais sobre a população LGBTQIAPN+ no ensino superior, podem ser citados dados de algumas pesquisas que demonstram, de alguma forma, a presença desta população na educação superior. A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES, de 2018, que teve a participação de 424.128 estudantes de todo país, realizou uma pergunta sobre gênero, onde mais de 11% dos estudantes declarou não ser cisgênero. Sendo assim, um total de mais 42 mil estudantes declarou ser transgênero, não-binário ou outra opção que não cisgênero (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019). Além disso, pesquisa realizada pelo SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, afirma que a população LGBT+ têm escolaridade mais elevada do que a população geral, cerca de 28% das pessoas LGBT+ têm ensino superior, enquanto na população geral esse índice é de 21% (Lopes, 2025). Com isso, conclui-se que as pessoas com identidades dissidentes estão nas universidades, é preciso dar visibilidade a elas, promover debates e pesquisas sobre as mesmas e desenvolver políticas que garantam seu acesso, permanência e bem-estar na educação superior.

Apesar de todos os avanços alcançados, Cunha (2009, p. 31) destaca que não se pode esquecer que a “educação escolar brasileira é herdeira direta do sistema discriminatório da sociedade escravagista sob dominação imperial.”. É preciso manter-se atento e refletir sobre as dificuldades e exclusões que ainda persistem em nosso sistema educacional, de forma a tentar minimizar as desigualdades e torná-lo mais diversos e inclusivo.

2.3.1 Um Breve Histórico do Ensino Superior no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul conta hoje com seis universidades públicas, sendo uma estadual e cinco federais. Como mencionado anteriormente, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS) foi a primeira universidade no estado, tendo sido criada em 1950, sendo seguida pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 1960, Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) ambas em 1969 e Universidade Federal do Pampa (Unipampa) em 2006. Em 2001 foi fundada a única universidade pública estadual gaúcha, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Além disso, deve-se considerar a presença dos Institutos Federais, implantados em 2008: Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), assim como dos campi gaúchos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), totalizando 11 instituições públicas de ensino superior.

Segundo Lívio Luiz Oliveira (2017, p. 93), economista brasileiro, “Houve dois períodos distintos na estruturação do ensino superior no RS. O primeiro foi concentrado em Porto Alegre (1930-60), e o segundo ocorreu no interior, iniciado com a criação de IES comunitárias”. O processo de interiorização se iniciou na década de 1960 com a criação das universidades federais em Santa Maria, Rio Grande e Pelotas, e das comunitárias e particulares em Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo, Caxias do Sul, entre outras.

Em 1996 o Rio Grande do Sul contava com 15 universidades, sendo quatro públicas, todas federais, e 11 particulares. Além disso, existiam 24 instituições isoladas. As maiores universidades em número de alunos matriculados naquele ano foram: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) em São Leopoldo com 22.924, Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS) em Porto Alegre com 20.832, UFRGS em Porto Alegre com 16.511, Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em Canoas com 16.205, Universidade de Caxias do Sul (UCS) em Caxias do Sul com 13.230, sendo o total de matriculados no primeiro semestre de 1996 de 164.246 alunos (Rio Grande do Sul, 1998).

Até então, o território gaúcho dispunha das seguintes universidades particulares: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Universidade de Santa Cruz (UNISC), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Universidade Regional da Campanha (URCAMP).

De acordo com o demonstrado pelo Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul de 1996 havia 37.812 alunos matriculados em instituições públicas (naquele momento sediadas apenas nas cidades de Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande) e 126.437 em

instituições particulares distribuídas pelo território gaúcho (Rio Grande do Sul, 1998). Ao visualizar o mapa fica evidente a distribuição geográfica do ensino superior naquele momento, onde, nesta ordem, vislumbram-se Porto Alegre e Região Metropolitana, Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Ijuí e Rio Grande como as cidades que recebiam a maior quantidade de estudantes de ensino superior no estado. Fica evidente que o território da metade sudoeste do estado, também chamada geopoliticamente de metade sul, ou mesorregião sul, do Rio Grande do Sul, estava em grande desvantagem com relação à outra metade no que se refere ao acesso ao ensino superior. Enquanto a metade que engloba região metropolitana centro, norte, e litoral dispunham de diversas instituições, a metade sudoeste contava apenas com campi de duas universidades, sendo um campus da PUC localizado em Uruguaiana e sete campi da URCAMP distribuídos em cidades da região (São Borja, Alegrete, São Gabriel, Santana do Livramento, Dom Pedrito e Caçapava do Sul) com sede em Bagé.

De acordo com Oliveira (2017), em 2013 existiam 119 instituições de ensino superior no estado, 32 na região metropolitana de Porto Alegre e 87 no interior. Destas, apenas 19 são universidades, sendo 4 localizadas na capital e 15 no interior do estado. Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul de 2021:

O Estado possui uma rede bastante interiorizada, com grande número de instituições em vários municípios. Conforme Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, o RS conta, atualmente, com 21 universidades, 8 centros universitários, 115 faculdades e 3 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Rio Grande do Sul, 2021, p. 107).

Nas últimas décadas, com o processo de expansão e interiorização, o interior do estado, especialmente a metade sul, passou a dispor de um maior número de universidades. Segundo Oliveira

tal movimento facilita o acesso a esse nível de ensino aos candidatos que, de outra forma, só teriam como alternativa buscar uma vaga em IES localizadas em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e em outras capitais ou grandes cidades do Brasil. Isso permite que os estudantes que moram fora dessas cidades economizem em custos de transporte, moradia, alimentação, dentre outros gastos. Sem acesso ao ensino superior em seus locais de origem, os estudantes interioranos ou suas famílias teriam que arcar com as despesas para poderem estudar na Capital ou em outros grandes centros urbanos (Oliveira, 2017, p. 86).

Consequentemente o índice de jovens de até 24 anos que frequentam cursos de graduação, taxa de escolaridade de ensino superior, também teve considerável aumento. Em 1996 esta taxa era de mais de 15%, não sendo indicado o número exato (Rio Grande do Sul, 1998). Já no ano de 2018, essa taxa já era de 25,2%. Ano em que o estado teve cerca de 519.588

alunos matriculados no ensino superior, incluídas aqui as modalidades presenciais e a distância (Rio Grande do Sul, 2021).

Segundo dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES o “estado com o segundo maior número de IFES é o Rio Grande do Sul, totalizando sete universidades federais” (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019, p. 08). No Quadro 2 está a lista das instituições públicas de ensino superior no Rio Grande do Sul no ano de 2024.

Quadro 2 - Instituições Públicas de Ensino Superior no Rio Grande do Sul em 2024

Sigla	Nome da Instituição	Cidades em que possuem campus com curso de graduação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre e Tramandaí
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria, Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões
FURG	Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar.
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	Pelotas e Capão do Leão
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Porto Alegre
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja e Uruguaiana.
IFFar	Instituto Federal Farroupilha	Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja e São Vicente do Sul.
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves, Sertão, Farroupilha, Vacaria, Erechim, Feliz, Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Ibirubá, Osório, Rio Grande, Viamão, Alvorada, Veranópolis e Rolante.
IFSul	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	Pelotas, Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Lajeado, Passo Fundo, Santana do Livramento, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires.
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul	Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo.
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Botucaraí - Soledade, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Guaíba, Hortênsias, Litoral Norte - Osório, Montenegro, Porto Alegre, Sananduva, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Luiz Gonzaga, Tapes, Três Passos e Vacaria.

Fonte: Autora (2025).

Como demonstrado, o ensino superior esteve em franco processo de expansão e interiorização no Rio Grande do Sul nas últimas décadas, o que ocasionou o aumento no número de estudantes matriculados em cursos de graduação. A universidade foco desta pesquisa, a Unipampa, foi uma das últimas universidades federais a se instalar no estado, em uma região

com características próprias e com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, como será melhor discutido em outra seção deste trabalho, como parte da metodologia, onde se apresentará a instituição pesquisada.

Na próxima unidade será abordada a temática do gênero, o surgimento e desenvolvimento deste conceito, suas implicações e os atravessamentos ocasionados no cotidiano da sociedade, especialmente dos grupos minoritários e marginalizados.

2.4 Ensino, Pesquisa e Extensão e o Papel Social da Universidade

Ensino, pesquisa e extensão devem formar uma tríade inseparável no ensino superior, onde cada um destes eixos complementa o outro no processo de ensino-aprendizagem e na relação entre universidade e sociedade. Os conhecimentos obtidos através das metodologias científicas devem responder à problemática social encontrada.

Segundo Antônio Joaquim Severino, filósofo brasileiro branco, o ensino superior possui três objetivos principais: a formação de profissionais que atuarão nas mais diversas áreas, a formação do cientista e a formação do cidadão. Tais objetivos são atingidos através de processos distintos, mas que devem estar interligados, sendo que o primeiro se dá pelo ensino/aprendizagem de habilidades técnicas, o segundo pelos métodos de investigação científica e o terceiro pela reflexão crítica sobre a sociedade em que estamos inseridos. A universidade materializa este trabalho através das ações de ensino, pesquisa e extensão, que devem sempre ocorrer de forma articulada e interconectada (Severino, 2016).

A indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão atualmente é defendida pela maioria dos educadores, porém, só teve maior destaque a partir da década de 60 através da reestruturação do ensino superior e apoio dos movimentos estudantis, assim como do movimento docente (Monteiro, 2021).

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Artigo 207, determina: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

O ensino, eixo mais clássico entre os três, está diretamente ligado ao ensino-aprendizagem dos conteúdos e conhecimentos técnicos pelos estudantes, em grande parte ocorrendo através de aulas, sejam elas dentro ou fora da sala de aula, mas também através de palestras, monitorias, entre outras metodologias (Monteiro, 2021).

A pesquisa, eixo considerado muitas vezes o de maior prestígio acadêmico, ocorre através de investigações organizadas e supervisionadas, sob o rigor dos métodos científicos, acerca de questões e problemáticas de relevância local, social e/ou acadêmica. Se dão através de projetos de pesquisa, TCCs (trabalhos de conclusão de curso), iniciação científica, pós-graduação, entre outros (Monteiro, 2021).

A pesquisa tem papel central na universidade e deve se integrar aos demais processos institucionais. Deve-se manter o campo da pesquisa em alta, através de projetos que possuam relevância acadêmica e social, que busquem abordar e atender questões da realidade onde a universidade está inserida. Muitas vezes a pesquisa fornecerá dados e apontamentos que poderão ser utilizados pelas ações de extensão, ou até mesmo pela comunidade externa. É preciso que cada vez mais haja incentivo à pesquisa científica (Severino, 2016), em especial em tempos em que a educação e a ciência são questionadas e atacadas por determinados grupos sociais e políticos.

A extensão, historicamente o eixo mais recente desta tríade, mas não menos importante. Responsável, em grande parte, pela aproximação e conexão da universidade com a comunidade na qual está inserida, visando contribuir para resolução de possíveis problemas e implementação de melhorias de interesse coletivo. Faz a interlocução entre as atividades de ensino e pesquisa, geralmente através de projetos que são executados junto à comunidade local (Monteiro, 2021).

Este processo tem grande valor pedagógico, já que deve estar correlacionado ao ensino e à pesquisa, e, também, na integração e transformação da comunidade acadêmica interna e externa, envolvendo estudantes, professores, técnicos e população local, dando maior alcance ao conhecimento produzido (Severino, 2016). A extensão proporciona o contato dos estudantes com a população e a aprendizagem através da prática, possibilitando a resolução de problemas visualizados através da pesquisa científica (Silva; Mendoza, 2020).

Rudinei Barichello Augusti, filósofo brasileiro branco, e Larissa Dalcin, psicóloga brasileira, sintetizam tais eixos da seguinte forma: o ensino se dá pela transmissão do conhecimento dos educadores aos educandos, saberes estes que serão aprimorados pela pesquisa, que também produzirá novos conhecimentos, que serão difundidos à população através da extensão (Augusti; Dalcin, 2016).

Dados da Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (2019) corroboram a importância das ações de ensino, pesquisa e extensão, demonstram sua efetividade e os impactos positivos produzidos. Estudantes que participam de tais atividades têm menores taxas de evasão e maiores índices de conclusão de curso. “É então precisamente

o princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão que garante a pretendida integração desses saberes com a ciência, as características particulares de cada uma das três atividades acadêmicas e a permanente articulação entre elas” (Moita; Andrade, 2009, p. 273).

Um estudo realizado por Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro Moita, pedagoga brasileira branca, e Fernando César Bezerra de Andrade, psicólogo e filósofo brasileiro branco, aponta para a dificuldade na manutenção da indissociabilidade da tríade universitária. Os autores afirmam que no cotidiano acadêmico estas atividades ainda se mantêm demasiadamente distantes por diversos fatores, tais como a ênfase no ensino que é vista na graduação, ao passo que na pós-graduação esta ênfase é dada à pesquisa. Ainda que este estudo tenha ocorrido há mais de uma década, acredita-se que os processos pedagógicos no ensino superior não tenham se modificado tanto a ponto de superar totalmente tais dificuldades (Moita; Andrade, 2009).

Augusti e Dalcin (2016) questionam acerca da efetivação desses princípios no cotidiano das instituições. Refletem sobre como o sistema econômico parece se sobressair perante ao compromisso social da educação para com a sua comunidade. Muitas vezes o foco dos processos educativos está centrado na produtividade e competitividade, não mais nas ações críticas e reflexivas que deveriam ser inerentes ao ensino-aprendizagem.

Infelizmente, grande parte da sociedade brasileira ainda vê a universidade como uma instituição de transmissão de informação e conhecimento, sobretudo por meio do eixo de ensino. Apesar da incontestável importância do ensino, ele não deve ocorrer de forma isolada, devendo estar sempre vinculado à pesquisa e à extensão, destacando o papel desta instituição como geradora e produtora de conhecimento científico, não apenas de reprodutora e formadora de mão-de-obra (Severino, 2016). Augusti e Dalcin, (2016, p. 42) afirmam: “...percebe-se que a Universidade atual está solidificada à burocracia e a necessidade de uma produtividade aniquiladora dos processos criativos. Em nome do produtivismo acadêmico, anula-se o ético e o moral como princípios cidadãos”.

Augusti e Dalcin (2016) apontam para duas principais funções da universidade: a primeira diz respeito à acumulação, transmissão e produção de conhecimento, sendo destas duas primeiras muito ligadas ao eixo do ensino e a última mais ligada à pesquisa, que cumpre o papel de renovação, inovação e atualização dos saberes científicos. A segunda função principal diz respeito à formação cidadã da comunidade acadêmica, em especial dos estudantes. Isso deve se dar através da reflexão sobre questões sociais e da promoção do pensamento crítico acerca do seu entorno, vislumbrando tanto às problemáticas científicas, quanto as mais ligadas às humanidades.

A formação integral, técnica e humana, proporcionada pela tríade ensino, pesquisa e extensão, pressupõe professores atuando como mediadores e facilitadores do conhecimento, contribui para formar profissionais comprometidos com o campo de atuação e com a sociedade (Silva; Mendoza, 2020).

Apesar de todos os esforços, muitas vezes ainda é possível notar a dissociação do conhecimento produzido na universidade das questões sociais locais. Ainda que os trabalhos sejam de excelência e produzidos sob o maior rigor científico, não raro estão descontextualizados, o que ainda pode ser reflexo da reprodução da tradição histórica do ensino superior elitizado. Moita e Andrade afirmam que

[...] em sua grande maioria esses trabalhos não estão concatenados com esforços no sentido da promoção do desenvolvimento social, como é o caso brasileiro. Ou seja, em grande parte ainda se produz um conhecimento desligado das necessidades populares cotidianas (Moita; Andrade, 2009, p. 271).

Reforça-se a necessidade da universidade produzir conhecimentos voltados para a sociedade, já que deve servi-la. Acredita-se que esta afirmação é ainda mais substancial quando pensamos na universidade pública, como é o caso deste estudo, que tem em seus estatutos e regimentos o dever de servir à sociedade e contribuir com o desenvolvimento coletivo (Augusti; Dalcin, 2016).

A transmissão e o acúmulo das informações técnicas necessárias para a formação de um profissional não são suficientes para sua formação integral, como sujeito comprometido com a ética e com a sociedade. Ao se graduar, o sujeito não tem apenas o compromisso como profissional, mas também como um cidadão que deve estar consciente das questões sociais e apto para agir de forma crítica. “É que se espera do ensino superior não apenas o conhecimento técnico-científico, mas também uma nova consciência social por parte dos profissionais formados pela Universidade” (Severino, 2016, p. 33)

Através das reformas e mudanças ocorridas no final do século XX e início do século XXI, pode-se constatar que é cada vez maior o anseio por um ensino superior mais comprometido com o bem-estar coletivo, inserido na realidade local e engajado na resolução de problemas sociais (Moita; Andrade, 2009).

É preciso o investimento em políticas públicas e ações direcionadas a combater a violência de gênero. As instituições cada vez mais tem concentrado esforços sobre esta problemática. Uma das iniciativas globais que também foca nesta questão é a agenda 2030, estabelecida pela ONU em setembro de 2015 traz os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que, entre outros, visa garantir os direitos humanos de todos e alcançar a

igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, através das três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Destes 17 objetivos, aqui destacam-se três: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (ODS 3), assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4) e alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (ODS 5) (Organização das Nações Unidas, 2015).

Quanto à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, o referido documento traz os seguintes objetivos específicos:

4.3 - até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade; [...]

4.5 - até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade; [...]

4.7 - até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;

4.a - construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 25).

O ODS 4 foca em formas de construir uma educação realmente inclusiva para todas as pessoas, independentemente de seu gênero, raça, classe, condição, entre outros marcadores sociais. Prevê que as instituições de ensino sejam capazes de receber a diversidade e atender as necessidades de todos e todas, tanto através do ambiente físico quanto através de práticas adequadas, baseado em princípios como os Direitos Humanos e preconizando uma Cultura de Paz.

Quanto ao ODS 5, que se refere à igualdade de gênero, estão entre os objetivos específicos:

5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

5.2 - Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

5.3 - Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;

5.4 - Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;

5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;

5.a - Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 24)

Com o ODS 5 observa-se a busca pela igualdade de gênero, tendo consciência das desigualdades presentes, e traz indicações de como realizar as mudanças necessárias. Um dos principais tópicos abordados é o combate a todos os tipos de violência de gênero, assim como o empoderamento feminino. Deve-se considerar que o documento foi elaborado há cerca de uma década, isso, talvez, em parte, explique a ausência de ações direcionadas à população LGBTQIAPN+ e de menção a este grupo que também é grandemente vitimado pelas violências e desigualdades de gênero. Mesmo que não haja alusão à esta população. É preciso lutar contra esta invisibilização e manter em mente que a equidade de gênero também inclui as pessoas com identidades dissidentes. Tratar de igualdade de gênero apenas citando homens e mulheres, é reproduzir desigualdades e opressão. Não se pode falar de justiça social, sem considerar as pessoas LGBTQIAPN+.

Enquanto instituição de educação, é preciso que a universidade compreenda esta questão e busque a equidade de gênero de forma genuína, sendo protagonista na promoção destas reflexões.

bell hooks (2017) trabalha com o conceito de pedagogia engajada, onde os professores devem prestar atenção a si mesmos, auto avaliar-se com frequência e pensar em seu bem-estar, é sob essas condições que poderá verdadeiramente se relacionar e ensinar aos alunos. Porém, a universidade ainda não valoriza tais práticas, tende a ser um lugar de pessoas com muito conhecimento/informação/formação, mas com pouca capacidade para interação social, o que dificulta a convivência, o aprendizado e a capacidade de transformação. No ambiente acadêmico ainda impera a ideia de cisão entre mente e corpo, inteligência e qualidade de vida. Buscam-se produzir mentes brilhantes, mas muitas vezes esquece-se que para isso é necessário que existam outras condições, como saúde, respeito, segurança e qualidade de vida.

A educação genuína é capaz de fazer refletir e compreender as necessidades do tempo

presente e possíveis alternativas para supri-las. Nossas práticas ainda são muito maquínicas e voltadas para as tradições passadas (Romão, 2018). Nas instituições de ensino, ainda há pouco conteúdo que relaciona-se com o cotidiano dos alunos, e na maioria das vezes isso acontece em atividades extracurriculares.

A Unipampa é uma instituição comprometida com a justiça social, equidade, pluralismo, liberdade e desenvolvimento regional, estando estes fundamentos declarados em vários documentos institucionais, como, por exemplo, pode ser visto no artigo 6º do Regimento Geral, que estabelece os seguintes princípios:

- I. formação e produção do conhecimento orientadas pelo compromisso com o desenvolvimento regional e a construção de uma sociedade justa e democrática;
- II. equidade no acesso e na continuidade dos estudos;
- III. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- IV. universalidade de conhecimentos, valorizando os saberes e práticas locais regionais;
- V. pluralismo de ideias e concepções acadêmico-científicas (Universidade Federal do Pampa, 2010, p. 05).

Bell hooks (2017, p. 25) afirma que “A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender”. O trabalho do professor não é apenas partilhar informação que será armazenada e utilizada, mas participar do crescimento e desenvolvimento integral dos estudantes. O professor deve transgredir e transpassar os processos de uma linha de produção, para que o conhecimento seja de fato compartilhado e utilizado como estratégia de mudança social os alunos e os professores devem ter atitude ativa. A universidade, assim como a escola, deve ser mais do que um lugar de ensino técnico e metodológico, mas, também, um lugar de reflexão e aprendizagem do “conhecimento acerca de como viver no mundo” (bell hooks, 2017, p. 27), educar para a consciência crítica.

Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, branco, cisgênero, heterossexual destaca que a educação pode ser uma importante ferramenta para a transformação social. Para que esse potencial seja alcançado ela deve ser problematizadora e romper com os padrões tradicionais onde o aluno é visto apenas como um recipiente vazio a ser preenchido. O sujeito deve ser ativo nos processos. Na educação para a liberdade o foco está na troca que se dá nas interações entre os membros da comunidade acadêmica, na reciprocidade destas relações (Freire, 2024).

bell hooks, entusiasta declarada dos estudos de Paulo Freire, reconhece a crítica feminista ao texto do brasileiro, que fala sempre de uma posição do patriarcado, não dando visibilidade as questões femininas e femininas. Ela afirma que isso não é um demérito e não desvaloriza as reflexões e contribuições dele. A pedagogia da liberdade prevê essa abertura ao novo, ao aprendizado, ao incompleto. Ela também ressalta que em suas últimas obras ele aborda

um pouco melhor o tema dizendo que as críticas devem ser feitas, já que ele fala do lugar de um homem branco (bell hooks, 2017).

Eliana Romão (2018), pedagoga brasileira branca, utiliza o termo *docender* ao tratar das práticas de ensino libertadoras e promotoras de autonomia, já que este verbo é o mais próximo de sua origem em latim *docere*, que pressupõe a reciprocidade no ato de ensinar e aprender, quem ensina também está aprendendo e quem está aprendendo também está ensinando algo. A educação genuína deve promover a abertura ao outro, a troca entre os indivíduos e a criação de ligações e relações entre os conteúdos e entre os sujeitos.

É importantíssimo citar, também, que a Unipampa instituiu em 2019 sua Política de Promoção da Cultura de Paz, que prevê o para o enfrentamento de todos os tipos de violência em sua comunidade acadêmica. Tal política, estabelecida através da Resolução 254/2019, será melhor detalhada na metodologia desta pesquisa, na apresentação da instituição pesquisada. Isso demonstra que a universidade busca promover iniciativas para combater o preconceito, discriminação e demais tipos de agressão. É preciso analisar a efetividade destas ações, localizar possíveis lacunas e desenvolver um sistema de proteção social e garantia de direitos que faça do ambiente acadêmico um espaço seguro, digno, diverso e saudável.

Além disso, em 2023 foi promulgada a Lei nº 14.540, que prevê a prevenção e enfrentamento ao assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e à violência sexual no âmbito da administração pública. Os principais objetivos do programa criado são:

- I - prevenir e enfrentar a prática do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual nos órgãos e entidades abrangidos por esta Lei;
- II - capacitar os agentes públicos para o desenvolvimento e a implementação de ações destinadas à discussão, à prevenção, à orientação e à solução do problema nos órgãos e entidades abrangidos por esta Lei;
- III - implementar e disseminar campanhas educativas sobre as condutas e os comportamentos que caracterizam o assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e qualquer forma de violência sexual, com vistas à informação e à conscientização dos agentes públicos e da sociedade, de modo a possibilitar a identificação da ocorrência de condutas ilícitas e a rápida adoção de medidas para a sua repressão (Brasil, 2023).

Além disso, em 2024 foi publicado o Decreto nº 12.122 que instituiu o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2024b).

Assim, as universidades públicas, como é o caso da Unipampa, também precisam se adequar a esta legislação, o que já foi realizado por esta instituição, com a publicação do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação da Universidade Federal do Pampa em 2025, como será melhor descrito na seção “O compromisso social da Unipampa”,

desta dissertação. Ainda que esta lei não se refira diretamente ao termo “violência de gênero”, ela vem ao encontro das políticas e do sistema de proteção de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, que, como já citado anteriormente, são as maiores vítimas de violência, incluindo à violência sexual.

Apresentado o referencial teórico que ampara esta pesquisa, no próximo capítulo será apresentada a metodologia da mesma, discorrendo sobre a sua tipificação, coleta e análise de dados, métodos empregados, cuidados éticos tomados e demais informações pertinentes. Além disso, faz-se a caracterização sobre a instituição pesquisada, com os dados mais relevantes e as inter-relações com a temática da violência de gênero.

2.5 Ações e Políticas de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Universidades

Além disso, é importante citar os resultados obtidos através de uma revisão sistemática da literatura, realizada por esta autora, na fase inicial desta pesquisa, no ano de 2024, intitulada “Ações e Políticas Institucionais de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Universidades Públicas Brasileiras: uma revisão sistemática da literatura”. Tal texto foi publicado como artigo científico completo, no volume 13, em agosto de 2025, na Revista Diversidade e Educação, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, que tem como foco principal a discussão sobre corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais.

A ideia inicial era realizar um levantamento sobre o cenário nacional das universidades sobre a sua atuação no combate à violência de gênero. Após as delimitações necessárias, a questão de pesquisa foi: “O que se tem publicado em artigos científicos nos últimos cinco anos acerca das políticas e ações institucionais de enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras?”. A referida revisão foi realizada em três bancos de dados reconhecidos pela sua qualidade técnica e abrangência nacional e internacional, sendo eles: Oasisbr, SciELO e Web of Science. Foram pesquisadas as seguintes *strings* de busca: (“violência de gênero” AND “universidade pública”), (“violência de gênero” AND “universidades públicas”), (“gender-based violence” AND “public university”) e (“gender-based violence” AND “public universities”). Foram usados os seguintes filtros para refinar a busca: artigos como gênero textual, trabalhos realizados no Brasil e delimitação temporal para publicações entre 2019 e 2024 (Chaves; Koga; Guindani, 2025).

Ao total, os bancos de dados localizaram 1346 resultados. Excluídas as duplicatas e os trabalhos que não falavam sobre a violência de gênero na universidade, verificou-se que apenas 48 deles tratavam dessa temática, porém, a maioria deles tinha foco no relato, identificação e

levantamento dos casos ocorridos no ambiente acadêmico, conforme a tabela apresentada no referido artigo, reproduzida na Figura 1 (Chaves; Koga; Guindani, 2025).

Figura 1 - Tabela com os resultados da primeira fase de análise do artigo

TABELA 2: Resultados da primeira fase de análise inclusão e exclusão	
Critério de exclusão	Número de artigos excluídos
Duplicatas	680
Não abordam o tema da violência de gênero na universidade	527
Dados secundários (revisões de literatura)	38
Relatos sobre outros países	36
Outros gêneros textuais	17
Foco apenas no relato de casos de violência na universidade	27
Total de artigos excluídos na primeira análise	1325
Artigos não excluídos que serão analisados na segunda fase de leitura	21

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2024

Fonte: Chaves; Koga; Guindani (2025).

Ao serem aplicados todos os filtros de exclusão (não abordar violência de gênero na universidade, foco apenas no relato de casos de violência, relatos sobre universidades que não sejam públicas, tratar de outros países que não o Brasil, outros gêneros textuais que não artigos e publicações anteriores a 2019) chegou-se ao pequeno número de apenas 8 artigos falando sobre políticas e ações institucionais de enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras (Chaves; Koga; Guindani, 2025).

Figura 2 - Tabela com os resultados da segunda fase de análise do artigo

TABELA 3: Resultados da segunda fase de análise	
Critério de exclusão	Número de artigos excluídos
Outros gêneros textuais (resumos expandidos)	5
Publicações anteriores a 2019	2
Outros focos que não o enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras	3
Outras instituições de ensino que não sejam universidades públicas	3
Total de artigos excluídos na segunda fase de análise	13
Artigos que se enquadram em todos os critérios de inclusão	8

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES, 2024

Fonte: Chaves; Koga; Guindani (2025).

Dos 8 artigos, somente 2 tratam de políticas institucionais que atuam no enfrentamento à violência de gênero, sendo que uma destas havia sido embargada, e que 6 são relatos de experiência: 4 sobre projetos de extensão, 1 sobre um projeto PIBID - Programa Institucional de Iniciação à Docência - e 1 traz o relato da prática docente em ações de ensino, pesquisa e extensão (Chaves; Koga; Guindani, 2025).

As principais conclusões dos artigos pesquisados dizem respeito: à invisibilização das questões de gênero e sexualidade no meio acadêmico; à pouca disponibilidade de políticas institucionalizadas para combater à violência de gênero; e ao potencial que as ações de ensino, pesquisa e extensão tem para colaborar com a conscientização sobre a temática, mas também da limitação de tais ações pontuais de serem efetivas contra a violência e da necessidade de criação de políticas institucionais, sistêmicas e permanentes (Chaves; Koga; Guindani, 2025).

Em suma, de uma pesquisa realizada em três bases de dados qualificadas, de uma amostra inicial de 1346 estudos, apenas 8 deles abordam o combate à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras, o que é um número consideravelmente pequeno. Além disso, é preciso atentar que apenas 2 artigos relatam sobre políticas já constituídas e institucionalizadas. Os outros 6 são relatos de projetos de ensino, pesquisa e extensão, que também colaboram para o enfrentamento deste fenômeno, mas com um alcance mais limitado e que muitas vezes depende da iniciativa e disponibilidade individual e/ou de um pequeno grupo de pessoas e não da instituição como um todo. Com isso, pode-se perceber a falta de produção científica sobre a temática, o que acaba contribuindo para a perpetuação da violência no ambiente acadêmico (Chaves; Koga; Guindani, 2025).

Diante dos resultados apontados por esta revisão sistemática da literatura, reitera-se a importância da presente pesquisa. Muitas ações de enfrentamento à violência de gênero já estão sendo realizadas pelas universidades brasileiras, mas é preciso que elas sejam integradas, sistematizadas e institucionalizadas. Ainda há um longo percurso para que se chegue em um cenário livre de violência, é preciso continuar empreendendo esforços para seu enfrentamento.

No próximo capítulo desta dissertação estará a metodologia utilizada nesta pesquisa, onde será melhor detalhado sobre suas definições e tipificações, métodos de coleta e análise de dados, os cuidados éticos adotados e a descrição da instituição pesquisada.

3 METODOLOGIA

A pesquisa acadêmica é importantíssima para a produção de conhecimento e para a sociedade como um todo. Ela deve ser realizada dentro de uma série de princípios e procedimentos cientificamente reconhecidos.

Como problema de pesquisa tem-se: “Como os projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, no período compreendido entre 2020 a 2024, têm contribuído para a prevenção da violência de gênero?”. O objetivo geral do estudo é compreender como os projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, no período compreendido entre 2020 a 2024, têm contribuído para a prevenção da violência de gênero. Já os objetivos específicos são:

- Mapear as ações realizadas pela comunidade acadêmica da Unipampa no âmbito dos projetos de ensino, pesquisa e extensão entre os anos de 2020 e 2024, no que tange às questões de gênero e violência de gênero.
- Verificar as características, particularidades e diferenças na execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão acerca das questões de gênero e violência de gênero nas 11 unidades, 10 campi e reitoria, da Unipampa.
- Analisar as ações realizadas pela comunidade acadêmica da Unipampa no que tange às questões de gênero e violência de gênero, no âmbito dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

3.1 Abordagens e instrumentos de pesquisa

Esta é uma pesquisa qualitativa, por buscar a compreensão mais profunda de fenômenos complexos e de difícil mensuração, e, também, quantitativa, por levar em conta índices, taxas e outras variáveis estatísticas em sua análise. As abordagens qualitativas e quantitativas não são opostas e mutuamente excludentes, podendo ser complementares ao se pensar em métodos mistos, que integram estratégias e propõe a coleta de dados quantitativos e qualitativos, promovendo uma gama mais ampla para a interpretação, sendo assim “a integração dos dados qualitativos e quantitativos gera uma compreensão que vai além das informações fornecidas pelos dados quantitativos ou qualitativos isoladamente” (Creswell, 2021, p. 04).

A pesquisa qualitativa busca a compreensão dos fenômenos, especialmente no que diz respeito aos aspectos humanos e relacionais, que são extremamente complexos e de difícil mensuração. Dá-se um enfoque às questões sociais e subjetivas dos fenômenos, e não tanto às

questões relacionadas à quantificação. O pesquisador deve manter o foco na compreensão de como os sujeitos ou instituições pesquisadas percebem, interpretam e dão significados às suas experiências. O pesquisador tem papel primordial na pesquisa qualitativa, pois é através dele que vão passar os processos de coleta, organização, classificação, análise e interpretação dos dados, para isso é importante que ele mantenha o rigor metodológico e científico em seus trabalhos, de forma a evitar o enviesamento por suas crenças pessoais (Gil, 2021).

Minayo (2009) divide o processo de pesquisa qualitativa em três etapas: a primeira, uma fase exploratória, que corresponde a construção do projeto de pesquisa, de definição do objeto, das hipóteses e da metodologia a ser empregada, assim como de suas bases teóricas; a segunda, uma fase de trabalho de campo, é quando se põe em prática o que se havia definido no projeto da fase anterior, é onde se dá a coleta de dados, momento fundamental da pesquisa; a terceira etapa, uma fase de análise e tratamento do material empírico e documental, onde ocorrem os procedimentos para organização, classificação e interpretação dos dados, correlacionando-os às bases teóricas já definidas.

Trata-se, também, de uma pesquisa descritiva, pois “tem a finalidade de descrever o objeto de estudo, as suas características e os problemas relacionados, apresentando com a máxima exatidão possível os fatos e fenômenos” (Almeida, 2014, p. 26).

Com relação a fonte de dados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Severino (2016), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de dados já analisados e trabalhados cientificamente, tais como livros, artigos científicos, teses e dissertações. Já a pesquisa documental é realizada com base em dados que ainda não foram analisados e tratados através de critérios científicos. Podem ser utilizados diversos tipos de documentos, tais como: jornais, relatórios, dados de instituições, fotos, vídeos, páginas da internet, atas de reunião, e-mails, regimentos, entre muitos outros. Gil (2021) afirma que a análise documental ajuda a corroborar evidências provindas de outras fontes.

O principal valor da análise documental na pesquisa qualitativa é, pois, possibilitar a triangulação metodológica, que se refere ao uso de múltiplos métodos para obter dados tão completos e detalhados quanto possível sobre o fenômeno. Assim, os dados obtidos a partir de documentos são combinados com outros, obtidos geralmente mediante entrevistas e observações, possibilitando compreender melhor os diferentes aspectos da realidade, evitando os vieses provocados pela utilização de um método único (Gil, 2021, p. 128).

Gil (2021) destaca algumas vantagens e limitações no uso de documentos na pesquisa qualitativa. Entre as vantagens estão: algumas vezes são a única fonte de dados disponível para algumas pesquisas, possibilita o conhecimento de acontecimentos passados, permite a percepção sobre processos de mudança social e cultural, favorece a obtenção de dados com

menor custo e diminui os riscos de constrangimento dos sujeitos. Entre as limitações da pesquisa documental estão: pode ser insuficiente para atingir os objetivos da pesquisa, os documentos podem estar inacessíveis ao pesquisador, dificuldade em garantir a autenticidade e a credibilidade da documentação analisada e a imprecisão de dados apresentados nos documentos.

Existem algumas etapas para a realização da análise documental. Primeiramente, é preciso identificar o material potencialmente relevante e que esteja alinhado com os objetivos da pesquisa. Em um segundo momento, é necessário avaliar a qualidade dos documentos quanto aos critérios de autenticidade, credibilidade, representatividade e significado compreensível ao pesquisador. Por fim, deve-se estabelecer um sistema de codificação e categorização da documentação coletada, podendo seguir classificações já empregadas na análise dos dados coletados através de outros instrumentos (Gil. 2021).

3.2 Coleta e análise de dados

A coleta dos dados ocorreu no dia 16 de abril de 2025. As informações relativas aos projetos de ensino, pesquisa e extensão foram coletadas no Módulo SAP - Projetos Acadêmicos, do GURI - Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais, da Unipampa, que tem acesso público, conforme demonstrado no *print* da tela do referido módulo institucional, constante na Figura 3.

Figura 3 - Módulo SAP/GURI/UNIPAMPA

A imagem é uma captura de tela da interface web do sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) da Unipampa. No topo, há o logotipo do GURI e da Unipampa, além de links para 'Login', 'Contraste' e 'Mapa do Site'. Abaixo, uma barra de navegação verde contém as opções 'ADMINISTRATIVO', 'ACADÊMICO' (selecionada) e 'SISTEMA'. À direita da barra, há um campo de busca 'Pesquisar...'. O conteúdo principal da página mostra o caminho de navegação: 'Área: Acadêmico > Subárea: Projetos > Módulo: Projetos Acadêmicos (SAP) > Ação: Projetos - Pesquisar Projetos'. Abaixo disso, há uma seção 'Pesquisar Projetos' com vários campos de busca: 'Título:', 'Palavra-chave:', 'Área:' (menu suspenso com 'Todas' selecionado), 'Unidade:' (menu suspenso com 'Todas' selecionado), 'Número de Registro:', 'Edital:' (menu suspenso com 'Todos' selecionado), 'Coordenador:', 'Início da Execução:' e 'Fim da Execução:'. Um botão 'Pesquisar' com um ícone de lupa está à direita dos campos de data.

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2025).

A busca no Módulo SAP foi realizada de acordo com as diretrizes que seguem. No campo “Palavra-chave” foram pesquisados os seguintes termos: violência, violência de gênero, assédio, gênero, mulher, guria, LGBTQIAPN+, LGBT, diversidade, representatividade,

sexualidade, homoafetivo, homossexual, gay, lésbica, bissexual, transexual, transgênero, feminino, feminina, feminista. No campo “Área”, selecionada a opção “Todas”. No campo “Unidade”, selecionada a opção “Todas”. No campo “Edital”, selecionada a opção “Todos”. Os demais campos (título, número de registro, coordenador, início da execução, fim da execução) não foram preenchidos de forma a não comprometer os mecanismos de seleção do módulo, passando por processo posterior de inclusão e exclusão, conforme será descrito a seguir. O Quadro 3 demonstra as diretrizes utilizadas no Módulo SAP para coleta de dados.

Quadro 3 - Diretrizes de pesquisa dos projetos no GURI

Palavra-chave	violência, violência de gênero, assédio, gênero, mulher, guria, LGBTQIAPN+, LGBT, diversidade, representatividade, sexualidade, homoafetivo, homossexual, gay, lésbica, bissexual, transexual, transgênero, feminino, feminina, feminista
Área	todas
Unidade	todas
Edital	todos
Título	(campo não preenchido)
Número de registro	(campo não preenchido)
Coordenador	(campo não preenchido)
Início da execução	(campo não preenchido)
Fim da execução	(campo não preenchido)

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Após a coleta de dados é o momento para a análise dos mesmos. O método utilizado foi análise de conteúdo, que tem por objetivo compreender o objeto de estudo através de uma série de critérios e procedimentos estruturados com a criação de categorias de conteúdo que sejam bem definidas a fim de não gerar dúvidas durante a categorização, que consigam abarcar os elementos encontrados, onde cada elemento só pode estar em uma única categoria, e que sejam adequadas aos objetivos da pesquisa (Almeida, 2014).

As etapas para realização da análise de conteúdo definidas por Almeida (2014) são: 1 - após a definição do problema de pesquisa, deve ser realizada uma revisão bibliográfica para dar suporte ao estudo; 2 - criar suposições para guiar a análise e então definir e realizar a coleta de dados; 3 - criar uma grade de categorias, que pode ser aberta, fechada ou mista; 4 - definir unidades de análise (palavras, expressões ou frases) e colocá-las na grade de categorias; 5 - empregar procedimentos estatísticos e/ou interpretativos para comparar o problema de pesquisa com o referencial teórico; e 6 - chegar às conclusões do estudo.

Após a coleta, os resultados iniciais foram filtrados para conter apenas projetos de ensino, pesquisa e extensão executados no período entre 2020 e 2024. A delimitação temporal desta pesquisa tem como marco a publicação da Política de Promoção da Cultura de Paz na Unipampa, ao final do ano de 2019, como melhor detalhado na seção “O compromisso social da Unipampa” desta dissertação, que trata da instituição pesquisada.

3.3 Contexto e Instituição Pesquisada

Esta seção visa apresentar o contexto e a instituição pesquisada. A criação da Unipampa se dá com o objetivo principal de colaborar com o desenvolvimento regional, já que historicamente a mesorregião sul do Rio Grande do Sul palco de muitas disputas territoriais, mas que obteve pouco investimento público e baixa ocupação populacional. É uma região com a economia baseada no setor primário, pecuária extensiva e agricultura intensiva em grandes propriedades, tal como arroz e soja. Outras características são a vasta extensão territorial dos municípios, tornando suas sedes distantes umas das outras, a baixa densidade demográfica, baixos índices socioeconômicos, poucas oportunidades de trabalho, educação e lazer.

Pode-se afirmar que

[...] a UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul pode explicar parte desse processo, porque, da destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou em um sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas, que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, demonstraram, no final do século XX, baixos índices econômicos e sociais (Bonow, 2020, p. 49).

Sendo assim, considera-se importante discutir mais pormenorizadamente pontos que auxiliam na compreensão da estrutura e funcionamento da instituição, tal como a caracterização da região na qual está inserida, o processo de surgimento e instalação, o seu compromisso social com a região e as suas interconexões com a temática de gênero.

3.3.1 As características regionais

O Rio Grande do Sul tem características específicas que estão fortemente relacionadas com sua história, sua colonização e localização geográfica. Por séculos, especialmente a mesorregião sul do estado, onde hoje se encontra a Unipampa, foi um território de intensas

disputas entre Portugal e Espanha, marcado por muita violência e derramamento de sangue, o que acabou se enraizando e deixando marcas e se fazendo presente na cultura, identidade, costumes, comportamentos e ideias da população do estado.

Sua colonização começou ainda no século XVII, através das chamadas Missões ou Reduções Jesuíticas, especialmente no oeste do estado hoje chamado de região das Missões, fronteira com a Argentina, onde está localizada, por exemplo, a cidade de São Borja, sede de um campus da Unipampa. Tais missões foram uma das primeiras iniciativas na área da educação no Brasil, mas visavam especialmente propagar a fé cristã, colonizar as terras e tornar os índios mais “dóceis” e fácil de controlar em benefício dos interesses da coroa.

Mesmo após a demarcação definitiva da fronteira e a Independência do Brasil, em 1822, os conflitos permaneceram ocorrendo nesta região, uma das maiores revoltas ocorreu no período de 1835 a 1845, a chamada Revolução Farroupilha, que se iniciou por insatisfações dos grandes fazendeiros com as políticas imperiais. Neste período o estado chegou a proclamar sua independência do Brasil se tornando a República Rio-Grandense. Esta guerra é intensamente lembrada e comemorada até os dias de hoje, fazendo parte do imaginário e da constituição social da população. Na bandeira do Rio Grande do Sul ainda está marcada a data de início da Revolução Farroupilha, 20 de setembro, que é feriado estadual.

A população do estado costuma manter viva e se apoiar intensamente na chamada “identidade gaúcha”, fazendo referência a um suposto passado glorioso, das guerras e conflitos armados, mas que é romantizada e não corresponde à realidade em inúmeros pontos. A palavra “gaúcho”, apesar de muito usada e de ter se tornado gentílico do estado, não tem um consenso sobre sua definição. Fontes associam a origem da palavra com a cultura indígena, porém, relatos históricos remontam a uma origem em que o termo possuía um cunho pejorativo e se referia a vagabundos e ladrões de gado que habitavam a região do Prata, hoje Uruguai e Argentina. Porém, este conceito inicial pouco é lembrado ou estudado. O gaúcho é, então, associado ao peão de estância, o trabalhador que cuida do gado nas fazendas, e ao guerreiro que lutou nas batalhas ocorridas no território. Tal termo costuma ser romantizado e idealizado, sendo relacionado a atributos como “forte”, “bravo” e “aguerrido” (Oliveira, 2006).

O modelo que é construído quando se fala nas coisas gaúchas está baseado no passado que teria existido na região pastoril da campanha no sudoeste do Rio Grande do Sul e na figura real ou idealizada do Gaúcho. É em torno desse eixo que giram os debates sobre a identidade gaúcha (Oliveira, 2006, p. 154).

Com isso é preciso atentar ao fato de que “trata-se de uma construção de identidade que exclui mais do que inclui, deixando fora a metade do território Sul rio-grandense e grande parte

dos seus grupos sociais” (Oliven, 2006, p. 154). Deste ideal estão excluídos negros, indígenas, imigrantes e, é claro, mulheres e pessoas com sexualidades dissidentes.

A exclusão simbólica das pessoas negras é provavelmente a mais arrasadora, apesar de terem sido a maior parte da população do estado por séculos e por terem sido a mão de obra escravizada que foi responsável por construir boa parte do que ainda se vê hoje, inclusive de itens que foram integrados à identidade gaúcha, como no caso das fazendas e charqueadas (fazendas dedicadas à produção de charque), quase não são retratados ou representados na cultura. Com relação aos indígenas, que foram assassinados em quase sua totalidade durante o período da colonização, são representados de maneira contraditória na cultura gaúcha, já que foram excluídos e mortos, mas que muitas vezes são citados como referência de bravura e liberdade, considerados raízes desse “gaúcho aguerrido”. Muitos de sua simbologia, especialmente relacionada aos charruas e minuanos, foi apropriada pela cultura regional. No que tange aos imigrantes, também não foram inseridos na chamada “cultura gaúcha”, o que ocasionou a criação de outras identidades culturais relacionadas à imigração europeia, especialmente na metade norte do estado (Oliven, 2006).

Com relação às mulheres, são mostradas como uma figura secundária e sem grande valor. Somente começaram a ser mais retratadas a partir da segunda metade do século XX, com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, quando a valorização do folclore e a criação de danças típicas originou a necessidade de um par para o gaúcho, estabelecendo-se assim a imagem da “prenda”, que deveria ter vestimentas simples e recatadas. Porém, este é sempre um papel secundário e subalterno, “a figura que é exaltada quando os tradicionalistas falam no Rio Grande do Sul é sempre a masculina, cabendo à mulher o papel de ‘prenda’” (Oliven, 2006, p. 175). E, com relação a pessoas de gêneros e sexualidades dissidentes, são completamente negadas e removidas deste imaginário gaúcho. Havendo, inclusive, relatos de agressões e brigas generalizadas em eventos tradicionais onde alguém, em geral um homem, assumia sua homoafetividade ou outra dissidência. Diante destas violências, nos últimos anos surgiram algumas iniciativas e pesquisas sobre a temática, mas ainda é preciso avançar muito para modificar estes aspectos culturais que são violentos e excludentes (Oliven, 2006).

3.3.2 Unipampa: do surgimento aos dias atuais

Diante deste cenário que surge a Universidade Federal do Pampa, desde as suas ideias embrionárias até os dias de hoje, como compromisso institucional, a Unipampa estabelece como sua missão “promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos

comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” (Universidade Federal do Pampa, 2024, p. 17).

Como demonstrado anteriormente, a mesoregião sul dispunha de uma única universidade, comunitária e privada, a URCAMP - Universidade da Região da Campanha - para atender a demanda de educação superior. Havia sete campi, distribuídos nas cidades de: Bagé, São Borja, Alegrete, São Gabriel, Santana do Livramento, Dom Pedrito e Caçapava do Sul. Porém, a instituição enfrentava graves dificuldades financeiras, com dívidas acumuladas e o risco de encerrar suas atividades, o que deixaria milhares de alunos sem outras opções de cursos superiores num raio de centenas de quilômetros.

Diante desta conjuntura, que, em 2004, surge o primeiro movimento estudantil em torno do que culminaria com a criação da Unipampa. Estudantes da URCAMP “preocupados com a situação de endividamento da instituição e na consequente dificuldade para manter o funcionamento dos campi, buscavam soluções para manutenção das atividades universitárias com o apoio de instâncias públicas” (Gentil, 2017, p. 164). Iniciam-se então muitos debates em torno de como o governo poderia ajudar aquela instituição e os estudantes que dela dependiam naquele momento. Logo é ventilada a ideia de federalizar a URCAMP. Com isso, as manifestações ganham mais adeptos e maior apoio, tanto por parte de funcionários daquela instituição, estudantes e comunidade em geral.

Assim, somada à conjuntura nacional e às demandas regionais, lideranças comunitárias, estudantis e políticas dão início, em Bagé, a um movimento em prol da implementação de ações das políticas públicas da educação superior, que atendessem as demandas locais e regionais que visavam ampliar a oferta de vagas na educação superior e, ao mesmo tempo, atendessem a urgência de auxiliar a única instituição de educação superior presente em vários municípios da Fronteira Sul e Oeste do Estado (Gentil, 2017, p. 164).

Os movimentos pela implantação de uma universidade pública na região do pampa gaúcho foram tomando corpo e ganhando maior visibilidade e proporção. Estavam envolvidos setores diversos e com interesses múltiplos, tais como econômico, educacional, do setor privado, político, entre outros, e tinham como “prerrogativa o desenvolvimento regional da educação pública superior de qualidade, uma vez que a região vinha de uma trajetória histórica que envolvia baixos índices de desenvolvimento econômico, social e educacional” (Gentil, 2017, p. 151).

Em maio de 2005, após estudos técnicos é definida a inconstitucionalidade da federalização da URCAMP, o que inicialmente não enfraquece os movimentos que estavam acontecendo. E em 28 de julho de 2005, durante visita do presidente a Bagé é anunciada a criação de uma nova universidade federal na região, contemplando as cidades onde estavam

instalados os campi da referida instituição comunitária e mais duas cidades da fronteira, Uruguiana e Jaguarão, importantes nas relações com os países vizinhos. Muitas das lideranças e dos setores envolvidos nas mobilizações dos anos anteriores, não se sentem contempladas pelo projeto e intensificam-se nesta fase algumas rupturas e conflitos que marcam o processo de implantação da Unipampa (Gentil, 2017). “A universidade se implanta através de confrontos, negociações e compromissos, que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal” (Bonow, 2020, p 55).

Muitos acordos e cooperações foram firmadas, de forma geral, cada um dos dez municípios que receberam a Unipampa foram responsáveis por disponibilizar a infraestrutura básica para o início das atividades da nova instituição, uma espécie de contrapartida à implantação da IFES naquele território. Assim, foram os próprios municípios que cederam prédios, terrenos, entre outros bens, durante a fase de implementação (Bonow, 2020).

Em 11 de janeiro de 2008 foi instituída oficialmente a Unipampa, através da Lei nº 11.640/2008, determinando sua sede em Bagé e campi em Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguiana, conforme Figura 4, integrando os campi implantados pelas Universidades Federais de Pelotas e de Santa Maria. Desde então já ficam estabelecidos como seus principais objetivos “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul” (Brasil, 2008).

Figura 4 - Localização geográfica dos campi da Unipampa



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2022).

Como visto, a Unipampa é uma universidade multicampi que está situada em 10 municípios da metade sudoeste do Rio Grande do Sul, abrangendo territorialmente quase a metade do estado. Está é uma característica marcante e permeia o funcionamento da instituição. A seguir será apresentado um panorama sobre a estrutura atual da universidade.

Conta com cursos de graduação nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Multidisciplinar, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes. Somando um total de 70 cursos de graduação presencial, 7 cursos de graduação a distância, 22 especializações, 15 mestrados e 5 doutorados. Tendo cerca de 9.259 estudantes de graduação presencial, 898 estudantes de graduação a distância e 827 estudantes de pós-graduação (Universidade Federal do Pampa, 2022). De acordo com o Relatório de Gestão 2023 (Universidade Federal do Pampa, 2023) conta com cerca de 890 docentes, 895, técnicos-administrativos em educação e 333 funcionários terceirizados (Universidade Federal do Pampa, 2024).

O Quadro 4 traz um comparativo das informações apresentadas de forma resumida, como fonte para sua elaboração foram utilizados os dados institucionais como dos portais institucionais, como do Unipampa em Números (Universidade Federal do Pampa, [202-]d) e Módulo de Projetos - SAP/GURI/ Universidade Federal do Pampa. Podem ser percebidas algumas pequenas variações nos dados apresentados por cada um destes sítios, isto pode ser explicado pelas diferentes datas e fontes de extração e organização das informações utilizadas por distintos setores da instituição.

Quadro 4 - Quantitativo de cursos, servidores e discentes por unidade 2025

(continua)

Unidade	Nº de cursos de graduação	Nº de cursos de especialização	Nº de cursos de mestrado	Nº de cursos de doutorado	Nº de docentes	Nº de TAEs	Nº de discentes	Nº discentes já formados
Alegrete	7	-	3	1	96	57	990	1446
Bagé	12	1	5	1	144	66	1185	2342
Caçapava do Sul	4	-	2	-	66	38	219	650
Dom Pedrito	5	2	-	-	60	45	652	1089

Quadro 4 - Quantitativo de cursos, servidores e discentes por unidade 2025

(continua)

Unidade	Nº de cursos de graduação	Nº de cursos de especialização	Nº de cursos de mestrado	Nº de cursos de doutorado	Nº de docentes	Nº de TAEs	Nº de discentes	Nº discentes já formados
Itaqui	6	1	-	-	82	36	1015	1145
Jaguarão	6	-	1	1	71	28	1085	1499
Santana do Livramento	5	1	2	-	69	25	1257	1983
São Borja	7	-	4	1	85	39	1217	2009
São Gabriel	6	-	1	1	59	54	344	1218
Uruguaiana	7	7	5	4	190	93	1883	3721
Reitoria	-	-	-	-	27	376	-	-

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa, ([202-Jd).

Os dados apresentados acima dão ideia do quadro de cada campus, demonstrando que cada um deles tem sua própria organização e características, mesmo considerando-se apenas números. Já o Quadro 5, traz a lista completa dos cursos oferecidos por cada um dos campi da Unipampa.

Quadro 5 - Cursos da Unipampa por Campus

(continua)

Campus	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-Graduação
Alegrete	Ciência da Computação Engenharia Agrícola Engenharia Civil Engenharia de Software Engenharia de Telecomunicações Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica	Mestrado em Engenharia de Software Mestrado em Engenharia Mestrado em Engenharia Elétrica Doutorado em Engenharia

Quadro 5 - Cursos da Unipampa por Campus

(continua)

Campus	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-Graduação
Bagé	Engenharia de Alimentos Engenharia de Computação Engenharia de Energia Engenharia de Produção Engenharia Química Física Física - Bacharelado Letras - Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa Matemática Música Química	Alternativas para uma Nova Educação (ANE Pampa) Especialização em Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais Mestrado em Computação Aplicada Mestrado em Ensino Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Mestrado Profissional em Ensino de Línguas
Caçapava do Sul	Ciências Exatas (em extinção) Ciências da Natureza e Matemática Ciências Naturais Engenharia Ambiental e Sanitária Engenharia de Minas Física Geofísica Geologia Matemática Mineração (em extinção) Química	Especialização em Ensino de Ciências e Tecnologias Mestrado em Engenharia Mineral Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional
Dom Pedrito	Agronegócio Ciências da Natureza Educação do Campo Enologia Zootecnia	Especialização em Agronegócio (em extinção) Especialização em Ensino de Ciências da Natureza: Práticas e Processos Formativos Especialização em Enologia Especialização em Produção Animal
Itaqui	Agronomia Ciência e Tecnologia de Alimentos Engenharia Cartográfica e de Agrimensura Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia Matemática Nutrição Pedagogia	Especialização em Desenvolvimento Regional e Territorial
Santana do Livramento	Administração Administração Pública Ciências Econômicas Direito Gestão Pública Relações Internacionais	Especialização em Direitos Fundamentais, Fronteiras e Justiça Mestrado em Administração Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional
São Borja	Ciências Humanas Ciências Sociais - Ciência Política Comunicação Social - Publicidade e Propaganda Direito Geografia História Jornalismo Relações Públicas Serviço Social	Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa Especialização em Mídia e Educação Mestrado em Ciências Humanas Mestrado em Políticas Públicas Mestrado em Serviço Social e Proteção Social Doutorado em Políticas Públicas

Quadro 5 - Cursos da Unipampa por Campus

(conclusão)

Campus	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-Graduação
São Gabriel	Biotecnologia Ciências Biológicas Ciências Biológicas Engenharia Florestal Fruticultura Gestão Ambiental	Doutorado em Ciências Biológicas Mestrado em Ciências Biológicas
Uruguaiiana	Ciências da Natureza Educação Física Enfermagem Engenharia de Aquicultura Farmácia Fisioterapia Medicina Medicina Veterinária	Residência Integrada em Medicina Veterinária Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência Residência Médica em Cirurgia Geral Residência Médica em Clínica Médica Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade Mestrado em Bioquímica Mestrado em Ciência Animal Mestrado em Ciências Farmacêuticas Mestrado em Ciências Fisiológicas Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde Doutorado em Bioquímica Doutorado em Ciência Animal Doutorado em Ciências Fisiológicas Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025).

Através das informações do quadro acima, tem-se novos dados para compreender a realidade local de cada campus. É possível notar que alguns deles se destacam mais pelas graduações, enquanto outros também tem forte investimento nas pós-graduações. Alguns campi se dedicam mais especificamente a uma área do conhecimento, enquanto outros formam estudantes de diversas áreas. Assim vai se percebendo as nuances e diferenças entre os campi, cada um deles foi se constituindo de acordo com a realidade local e com as necessidades da comunidade, o que leva ao tema tratado na próxima subseção, que trata do compromisso social da Unipampa com o desenvolvimento regional.

3.3.3 O compromisso social da Unipampa

O Regimento Geral define a Unipampa:

[...] como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, é bem público que se constitui como lugar de exercício da consciência crítica, no qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e sua

organização política, social e econômica (Universidade Federal do Pampa, 2010, p. 04).

O Estatuto da Unipampa define que esta instituição tem como princípios fundamentais:

- I. formação e produção do conhecimento orientadas pelo compromisso com o desenvolvimento regional e a construção de uma sociedade justa e democrática;
- II. equidade no acesso e na continuidade dos estudos;
- III. arte e o saber;
- IV. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a universalidade de conhecimentos, valorizando os saberes e práticas locais e regionais;
- V. pluralismo de idéias e concepções acadêmico-científicas;
- VI. gratuidade do ensino nos cursos de graduação, mestrado e doutorado;
- VII. democracia e transparência na gestão;
- VIII. garantia de padrão de qualidade;
- IX. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (Universidade Federal do Pampa, 2011).

São visíveis muitas mudanças e desenvolvimento na região de abrangência da Unipampa, não só no que se refere à educação, mas, também, de outros aspectos sociais e econômicos. Contudo, algumas dificuldades ainda precisam ser superadas, tais como:

[...] o baixo investimento público per capita, que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; e a distância geográfica dos polos desenvolvidos do Estado, que prejudica a competitividade da produção da região (Bonow, 2020, p 50).

O autor (Bonow, 2020) também levanta alguns questionamentos no que se refere ao alto índice de evasão na Unipampa, alguns dos motivos que podem estar relacionados a estes fenômenos estão ligados aos processos de interiorização, como a dificuldade de transporte até a região, a distância e o alto custo para o deslocamento, poucas estruturas de lazer nos municípios da região, entre outros.

É possível questionar se existem outros fatores que dificultam a permanência dos estudantes na instituição, como, por exemplo, a existência de opressões como a violência de gênero. O Relatório de Gestão da Ouvidoria 2023 demonstra que neste ano foram recebidas 2 manifestações de violência contra a mulher, 5 de discriminação, 10 de assédio sexual e 8 de assédio moral, além de outras categorias que podem de alguma forma, direta ou indiretamente, envolver algum caso de violência, preconceito ou discriminação, tal como relações de trabalho, conduta docente, atendimento, entre outras, conforme Quadro 6 (Universidade Federal do Pampa, 2024).

Quadro 6 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria da Unipampa em 2023

Tipo de manifestação	Quantidade de manifestações recebidas
Assédio Moral	8
Assédio Sexual	10
Discriminação	5
Violência contra a mulher	2

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2024).

Diante da ocorrência de casos de violência e discriminação e da necessidade de criar mecanismos para lidar com estes fenômenos que 2019, através da Resolução nº 254, a Unipampa instituiu a sua Política de Promoção da Cultura de Paz que “visa criar condições para o planejamento, execução e avaliação de medidas de conscientização, prevenção e responsabilização para o enfrentamento de todos os tipos de violência, no âmbito da Universidade Federal do Pampa” (Universidade Federal do Pampa, 2019). Os tipos de violência previstos nesta norma são: violência física, violência psicológica, assédio moral, assédio sexual e qualquer tipo de discriminação, entre elas as com base em identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero. Ela prevê a atuação da instituição em quatro eixos:

- I. Enfrentamento: diz respeito à implementação de ações amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência em todas as suas expressões.
- II. Conscientização: tomada de consciência da natureza das relações humanas imbricadas com os conceitos e simbologias presentes na sociedade em que se vive.
- III. Prevenção: disposição prévia dos meios e conhecimentos necessários para evitar danos ou agravos à saúde.
- IV. Responsabilização: Monitoramento do cumprimento de normas que garantam a punição dos autores das diferentes formas de violência, em consonância com as normas e legislações vigentes (Universidade Federal do Pampa, 2019).

Outra regulamentação importante foi o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação da Universidade Federal do Pampa, criada em fevereiro de 2025, através da Portaria nº 347/2025, que prevê a realização de ações de prevenção, sensibilização, capacitação, acolhimento, responsabilização, medidas acautelatórias, entre outras ações pertinentes para a prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação na instituição (Universidade Federal do Pampa, 2025). Tal normativa produzida em consonância com a Lei nº 14.540/2023 que instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal (Brasil, 2023). É preciso atentar que tais normativas contemplam servidores e

trabalhadores públicos. Sendo assim as ações, de forma geral, contribuem para que a universidade seja mais segura e acolhedora para toda a comunidade acadêmica. Porém, nos casos de violência contra estudantes, este(as) não estão protegidos por estas regulamentações. Portanto, é preciso ainda desenvolver políticas e estratégias que garantam os direitos do corpo discente.

3.3.4 Unipampa e equidade de gênero

A Unipampa, ao longo de sua história, esteve sempre, de alguma forma, alinhada às políticas de equidade de gênero. Fato que pode ter contribuído para isso é que a gestão superior da universidade contou com a presença de mulheres durante grande parte da sua história. Os 8 anos iniciais da universidade foram liderados por mulheres. Dos cerca de 17 anos de existência da instituição, 12 tiveram representatividade feminina na reitoria, sendo que 8 deles com reitoras mulheres à frente da instituição. No total, foram 2 reitoras mulheres e 3 reitores homens, 2 vice-reitoras e 4 vice-reitores, conforme Quadro 7. Enquanto algumas universidades ainda almejam e lutam pela liderança feminina, a Unipampa desde seu início teve a oportunidade de contar com essa presença, que pode ter sido fundamental para criação e estabelecimento de políticas inclusivas, equitativas e diversas (Universidade Federal do Pampa, [202-]a).

Quadro 7 - Reitores(as) e Vice-Reitores(as) da Unipampa

Período	Reitor(a)	Vice-Reitor(a)
2008 - 2011	Reitora Maria Beatriz Moreira Luce (Pro Tempore)	Norberto Hoppen
2011 - 2015	Ulrika Arns	Almir Barros da Silva Santos Neto
2015 - 2019	Marco Antonio Fontoura Hansen	Maurício Aires Vieira (2015 - 05/2019) Nádia Fátima dos Santos Bucco (Pro Tempore 05/2019 - 12/2019)
2019 - 2023	Roberlaine Ribeiro Jorge (2019 - 2023)	Marcus Vinicius Morini Querol
2023 - 2025	Edward Frederico Castro Pessano	Francéli Brizolla

Fonte: Adaptado de Galeria de Reitores (Universidade Federal do Pampa, [202-]b).

Além disso, pode-se perceber que, na atual gestão, atuante de 2024 a 2027, também há certa equidade de gênero no comando das Pró-Reitorias, sendo que 3 são lideradas por mulheres

e 4 por homens. Além disso, existem 2 pró-reitoras adjuntas e 2 pró-reitores adjuntos, conforme o Quadro 8 (Universidade Federal do Pampa, [202-]c).

Quadro 8 - Pró-Reitores(as) da Unipampa em junho de 2025

Pró-Reitoria	Pró-Reitor(a)	Pró-Reitor(a) Adjunto(a)
PROGRAD (Graduação)	Elena Maria Billig Mello	-
PROEC (Extensão e Cultura)	Franck Maciel Peçanha	-
PROPPI (Pesquisa e Pós-Graduação)	Fábio Gallas Leivas	Ana Paula Manera Ziotti
PRODAE (Desenvolvimento e Assistência Estudantil)	Honória Gonçalves Ferreira	Bruno dos Santos Lindemayer
PROCADI (Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão)	Claudete da Silva Lima Martins	-
PROGEPE (Gestão de Pessoas)	Eder Pereira da Silva	-
PROPLADI (Planejamento, Administração e Infraestrutura)	Paulo Fernando Marques Duarte Filho	Gelsa Mara Nascimento de Mora Fabiano Zanini Sobrosa

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa ([202-]c).

Também cabe destacar que a Unipampa foi pioneira entre as instituições federais brasileiras na criação de uma pró-reitoria dedicada exclusivamente aos assuntos relativos à direitos humanos, equidade, diversidade e inclusão social. Em 1º de janeiro de 2024 foi instituída a Pró-Reitoria de Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão - PROCADI. As ações deste setor buscar atingir populações historicamente vulnerabilizadas, tais como pessoas pretas, indígenas, quilombolas, com deficiência, com altas habilidades e transgêneros, de forma a contribuir para o acesso, inclusão e permanência delas na universidade, com dignidade, respeito e garantia de direitos. (Universidade Federal do Pampa, 2025). Um dos principais objetivos do setor é

[...] contribuir no enfrentamento de qualquer forma de discriminação, preconceitos e violências em decorrência de condições étnico-racial, socioeconômica e cultural, de gênero, orientação sexual e neurodiversidade, garantindo o respeito aos direitos humanos e às identidades, na busca pela consolidação de uma sociedade democrática, inclusiva e com justiça social (Universidade Federal do Pampa, 2025, p. 177).

Algumas das ações realizadas no ano de 2024 foram o incentivo a projetos sobre o tema, seleção de bolsistas, atividades em conjunto com outros grupos da instituição que visam o dialogar sobre o tema, diminuir as desigualdades de gênero, valorizar a diversidade e apoiar a maternagem. Um dos principais eixos de atuação desta política diz respeito especificamente às

questões de direitos humanos, equidade, gênero e sexualidade. Segundo dados do Relatório de Gestão Exercício 2024:

A Unipampa tem atuado para cumprir sua finalidade relativa à promoção e à garantia das condições de permanência e de desenvolvimento acadêmico de todos e todas, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual, visando minimizar o preconceito e a invisibilidade, promover o respeito e a dignidade e diminuir as barreiras sociais, culturais e acadêmicas existentes quanto às questões de gênero e sexualidade (Universidade Federal do Pampa, 2025, p. 186).

A instituição conta, também, com a atuação do Comitê Institucional de Gênero e Sexualidade - CIGS, que objetiva “dialogar, refletir e construir coletivamente alternativas possíveis no horizonte de uma cultura da Paz e da equidade de direitos das minorias excluídas dos processos de uma vida com justiça e dignidade social” (Universidade Federal do Pampa, [s.d.]a). Este comitê é formado por representantes dos 10 campi da instituição e das reitorias sendo fruto de uma trajetória de ações acerca das desigualdades de gênero e violência contra as mulheres na instituição, que tem como marco inicial a adesão da Unipampa no Movimento *HeForShe*, da ONU Mulheres, em 2017.

Cabe destacar, também, a importante atuação de diferentes grupos que são fundamentais para o diálogo mais próximo com a comunidade acadêmica. Tais grupos estão vinculados a atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão, entre outras, e desenvolvem ações que abrangem estudantes, servidores e comunidade externa, sendo de grande importância para a diminuição das desigualdades de gênero e para a promoção da diversidade na região. Entre os muitos grupos, podem ser citados: Comitê de Apoio Técnico Mulheres na Ciência (CAT-MC); Grupo de Estudos Feministas (GEFEM); Núcleo de Gênero (CEPRIR-GEN); Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política; TUNA: gênero, educação e diferença; Gurias na Computação; Telas: Grupo de Pesquisa Comunicação & Diversidade, entre outros.

Cita-se, também, a importância da Comissão Permanente de Promoção de Cultura de Paz, criada através da Resolução nº 254/2019, que criou a Política de Promoção da Cultura de Paz na Unipampa, que atua visando o combate da violência no âmbito da instituição, conforme descrito anteriormente na subseção que trata sobre o compromisso social da Unipampa.

3.4 Cuidados Éticos na Pesquisa

Toda pesquisa deve ser realizada sob princípios éticos que devem orientar as escolhas e ações do pesquisador e estar presentes em todas as etapas do processo. Jefferson Mainardes,

professor brasileiro branco, e Carlos Roberto Cury, filósofo brasileiro branco, salientam algumas diretrizes a serem seguidas nos estudos em na área da Educação:

- a) todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem ter como princípio fundante a dignidade da pessoa humana. Isso implica no respeito aos participantes, consentimento, avaliação cuidadosa de potenciais riscos aos participantes, compromisso com o benefício individual, social e coletivo das pesquisas;
- b) respeito aos direitos humanos e à autonomia da vontade;
- c) emprego de padrões elevados de pesquisa, integridade, honestidade, transparência e verdade;
- d) defesa dos valores democráticos, da justiça e da equidade; e
- e) responsabilidade social (Mainardes; Cury, 2019, p. 26).

Este é um trabalho comprometido com estes preceitos e que foi realizado com respeito à dignidade humana e aos padrões da pesquisa científica, zelando pelos direitos e pelo bem estar dos envolvidos direta, como no caso da instituição pesquisada, e indiretamente, como no caso dos demais servidores, estudantes e comunidade acadêmica em geral.

Segundo a Resolução nº 466/2012, do Ministério da Saúde, toda pesquisa deve ser realizada sob alguns princípios e exigências éticos, implicando em:

- a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- d) relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (Brasil, 2012).

Além disso, como profissional da psicologia, esta pesquisadora seguiu os preceitos éticos desta profissão. Dentre os princípios fundamentais do trabalho desta categoria, o primeiro define que a atuação da psicóloga se baseará “no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7), que está completamente alinhado com a temática desta pesquisa, que visa o enfrentamento da violência no ambiente universitário, como forma de garantir os direitos fundamentais e promover a permanência e a convivência saudável e de qualidade da comunidade acadêmica.

Segundo o Art. 9º do Código de Ética do Profissional Psicólogo “É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 13). Daiana Vidal, historiadora brasileira branca, e José Cláudio Silva, historiador brasileiro, salientam a importância da autorização explícita da instituição que

será pesquisada, especialmente quando esta é o local de atuação profissional daquele pesquisador. (Vidal; Silva, 2019). Visando garantir esse preceito, foi solicitada a Autorização Institucional para realização da pesquisa, que foi concedida no dia 15 de abril de 2025, através do documento nº 1716060, do processo nº 23100.005371/2025-11, no SEI - Sistema Eletrônico de Informações, da Universidade Federal do Pampa, conforme consta no Apêndice A.

É crucial refletir sobre os procedimentos éticos de pesquisas que ocorrem dentro da própria instituição de trabalho do pesquisador, como é o caso desta. Este tipo de estudo é benéfico por produzir reflexão, auto avaliação e aprimoramento profissional, o que deverá contribuir para a resolução de problemas e aumento da qualidade do trabalho realizado e dos serviços disponibilizados à população, gerando ideias e iniciativas que poderão, inclusive, desenvolver políticas públicas. Para isso é preciso seguir um rol de procedimentos e preocupações éticas que visam garantir a validade e fidedignidade do estudo (Vidal; Silva, 2019).

Alguns cuidados fundamentais com relação a transparência neste tipo de estudo: quanto ao relato, quanto ao tratamento dos documentos e quanto à metodologia de análise de dados e escrita. Inicialmente, é preciso garantir o compromisso com a verdade dos fatos e dados, ainda que se reconheça que eles serão apresentados sob a ótica do pesquisador, é preciso ter prudência para que o estudo não tome um viés pessoalizado. No que se refere ao tratamento dos documentos, deve-se manter o respeito às normas e às pessoas envolvidas, salvaguardando-os de possíveis exposições indevidas e demais riscos, mantendo uma postura aberta às adequações metodológicas que possam vir a ser exigidas. Quanto ao método de análise de dados e de escrita é fundamental explicitar as condições e motivações para a realização da pesquisa, assim como da escrita sobre os resultados, como forma de facilitar a interpretação e delimitar potencialidades e limitações do estudo (Vidal; Silva, 2019).

Vidal e Silva (2019) recomendam que os resultados da pesquisa, assim como os demais documentos produzidos, sejam compartilhados com a instituição pesquisada como forma de facilitar o acesso a estes e de favorecer novos estudos e até mesmo a criação de novas rotinas de trabalho e o desenvolvimento de ações com base nos dados discutidos pela investigação. Seguindo este procedimento ético, esta pesquisa, como regra, será disponibilizada no acervo institucional da Unipampa, assim como na Biblioteca de Teses e Dissertações da CAPES, facilitando a exploração por outros pesquisadores e demais interessados tanto dentro da instituição, quanto por todo país e até a nível internacional. Além disso, pretende-se socializar os resultados obtidos junto à Unipampa em outras oportunidades, como reuniões de trabalho, seminários, projetos de extensão, rodas de conversa, entre outras, como forma de promover o

debate sobre este tema e contribuir para o enfrentamento à violência no contexto universitário e na sociedade como um todo.

Além disso, cabe informar sobre outro aspecto metodológico desta pesquisa que se refere à formatação das referências bibliográficas. Como forma de promover diversidade e equidade, propósito maior desta pesquisa, buscando proporcionar a visibilidade dos grupos minoritários, como mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas não brancas, entre outras, na primeira citação de cada autora e autor é realizada uma pequena descrição dos mesmos, de acordo com as informações que estiverem disponíveis. Convém mencionar, também, que são respeitados nomes sociais e pseudônimos conforme opção conhecida dos escritores, como no caso da professora norte-americana que optou pelo pseudônimo bell hooks, com letras minúsculas.

As próximas seções trarão a análise dos dados e discussões a partir dos objetivos propostos por esta pesquisa e seus entrecruzamentos com a fundamentação teórica. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos; o mapeamento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão executados na Unipampa, no período de 2020 a 2024, que tem relação com a temática de gênero e violência de gênero; as características e particularidades de cada uma das unidades da Unipampa na execução dos referidos projetos; e as contribuições dos projetos na prevenção da violência de gênero.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta dos dados, por meio da pesquisa de 21 palavras-chave no módulo SAP/GURI, e de todas as diretrizes mencionadas na metodologia desta pesquisa, localizou inicialmente, conforme demonstrado no Quadro 9, um total de 496 projetos.

Quadro 9 - Resultados iniciais da coleta e organização dos dados

Palavra-chave	Nº bruto	2020-2024	Após exclusão de duplicatas	Ensino, pesquisa e extensão
violência	58	56	26	26
violência de gênero	11	11	4	4
assédio	2	2	2	2
gênero	108	99	55	53
mulher	154	146	69	67
guria	1	1	1	0
LGBTQIAPN+	2	1	1	1
LGBT	3	2	2	2
diversidade	101	90	47	43
representatividade	4	3	3	3
sexualidade	12	12	12	12
homoafetivo	0	0	0	0
homossexual	0	0	0	0
gay	0	0	0	0
lésbica	0	0	0	0
bissexual	0	0	0	0
transexual	0	0	0	0
transgênero	1	1	1	1
feminino	16	15	6	5
feminina	17	13	6	6
feminista	6	4	3	3
TOTAL	496	456	238	228

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

A primeira fase de organização dos dados, com a lista de projetos localizados, ocorreu em uma planilha com abas separadas para os resultados de cada palavra-chave. O primeiro filtro

a ser aplicado foi a definição temporal, de projetos que tenham sido executados entre 2020 à 2024, mais especificamente, entre 01 de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2024. Esta definição indica que a ação se iniciou, esteve em execução ou se encerrou nesse intervalo de tempo, não sendo necessária que o projeto tenha sido totalmente executado neste período. Com isso, o total de projetos de 2020 à 2024 foi de 456. Foi, então, realizada a exclusão das duplicatas (repetição gerada pelo sistema dos mesmos projetos), totalizando 238 resultados. O próximo filtro utilizado diz respeito ao tipo de projeto, mantendo apenas os projetos de ensino, pesquisa e extensão, excluindo outras categorias como empreendedorismo e inovação. Concluindo essa primeira fase, tinha-se 228 projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados entre 2020 e 2024.

Neste ponto já se pode perceber a invisibilização da população LGBTQIAPN+, como será melhor discutido posteriormente nesta dissertação. Mas é importante evidenciar já neste momento a falta de resultados para a busca das palavras-chave relacionadas a esta população. Como comparação, apenas a palavra “mulher” apresentou 67 resultados, a busca por “LGBT”, “LGBTQIAPN+” e “trans” obteve apenas 4 resultados. É fundamental que se desenvolvam projetos sobre as mulheres, mas também é muito importante que sejam propostas ações para tratar das pessoas com gêneros e sexualidades dissidentes, já que elas enfrentam inúmeros processos de exclusão e violência. Tal discussão será pormenorizada em subseção próxima.

Na segunda fase de organização dos dados ocorreu a leitura da descrição dos projetos para verificação de correlação com a temática desta pesquisa, que resultou em apenas 188 projetos ligados ao tema, e então a junção de todos os dados em uma única aba da planilha, onde foi feita a exclusão dos projetos que se repetiam (já que até então estavam sendo analisados separadamente pelas palavras-chave), sendo assim, a organização dos dados se concluiu com um total de 126 projetos de ensino, pesquisa e extensão, realizados na Unipampa, de 2020 a 2024, tratando, de alguma forma, da prevenção a violência de gênero.

Inicialmente foram previstas algumas categorias para análise dos projetos, ou seja, tipologias pré-definidas ou dedutivas: unidade de execução (10 campi e reitoria), ano de realização, tipo de projeto (ensino, pesquisa ou extensão), coordenação, população abordada (mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ ou ambas) e público-alvo do projeto (comunidade interna, comunidade externa ou ambas). Além destas, o principal elemento de análise desta pesquisa diz respeito ao tema do projeto e sua aproximação com o que abordado neste trabalho, onde, inicialmente tinha-se as seguintes categorias: diretamente relacionado ao tema da pesquisa, relacionado ao tema da pesquisa e indiretamente relacionado ao tema da pesquisa. Ao longo da análise, com base na leitura dos dados, surgem as categorias indutivas, neste caso, agrupou-se

em subcategorias dos projetos indiretamente relacionados, sendo elas: saúde das mulheres, protagonismo feminino, mulheres nas STEM e violência global.

Não há registro no sistema sobre o número de participantes em cada projeto, sendo assim, perde-se um importante dado de análise, que é o alcance das atividades, o número de pessoas efetivamente atingidas pelas ações. Ainda que se saiba que este número não corresponda exatamente ao impacto causado pelos projetos, já que não conseguem calcular os efeitos indiretos, tal como a transmissão e multiplicação do conhecimento obtido pelos participantes diretos. No Quadro 10 estão listadas todas as categorias e subcategorias de análise.

Quadro 10 - Elementos para análise

Elemento	Categoria	Subcategorias
1 - Ano de realização	1.1 - 2020 1.2 - 2021 1.3 - 2022 1.4 - 2023 1.5 - 2024	
2 - Coordenação		
3 - População abordada	3.1 - Mulheres 3.2 - LGBTQIAPN+ 3.3 - Gênero 3.4 - Não se aplica	
4 - População atendida	4.1 - Comunidade Interna 4.2 - Comunidade Externa 4.3 - Ambas 4.4 - Não se aplica	
5 - Tipo	5.1 - Ensino 5.2 - Extensão 5.3 - Pesquisa	
6 - Unidade de execução	6.1 - Campus Alegrete 6.2 - Campus Bagé 6.3 - Campus Caçapava do Sul 6.4 - Campus Dom Pedrito 6.5 - Campus Itaqui 6.6 - Campus Jaguarão 6.7 - Campus Santana do Livramento 6.8 - Campus São Borja 6.9 - Campus São Gabriel 6.10 - Campus Uruguaiana 6.11 - Reitoria	
7 - Tema	7.1 - Diretamente relacionado 7.2 - Relacionado 7.3 - Indiretamente relacionado	7.3.1 - Cultura de Paz 7.3.2 - Gênero e Sexualidade 7.3.3 - Mulheres nas STEM 7.3.4 - Protagonismo feminino 7.3.5 - Saúde das mulheres 7.3.6 - Violência geral

Fonte: Autora (2025).

No quadro estão demonstradas, de forma mais didática, todas as categorias de análise utilizadas nesta pesquisa, sendo: ano de realização, coordenação, população abordada, população atendida, tipo de projeto, unidade de execução e tema. A categoria tema foi dividida em dois níveis de subcategorias, de acordo com a relação com esta pesquisa e o foco do projeto, de forma a facilitar a compreensão dos dados. Como projetos com temas indiretamente relacionados a este estudo temos as seguintes subcategorias: cultura de paz, gênero e sexualidade, mulheres nas STEM, protagonismo feminino, saúde das mulheres e violência geral. Cada uma destas categorias embasará as discussões dos objetivos propostos por esta pesquisa.

A seguir, serão discutidas cada uma das categorias analisadas, dialogando com os autores apresentados no referencial teórico, assim como com outras contribuições relevantes.

4.1 Mapeamento dos projetos executados

Este mapeamento foi realizado com base nos dados obtidos no Módulo de Projetos Acadêmicos - SAP/GURI/UNIPAMPA, por meio da busca pelas seguintes palavras-chave: violência, violência de gênero, assédio, gênero, mulher, guria, LGBTQIAPN+, LGBT, diversidade, representatividade, sexualidade, homoafetivo, homossexual, gay, lésbica, bissexual, transexual, transgênero, feminino, feminina, feminista. Os critérios de inclusão foram: apenas projetos de ensino, pesquisa e extensão; executados entre 2020 e 2024. Foi efetuada a exclusão dos projetos que não se relacionavam com a temática desta pesquisa. Os dados foram organizados em categorias e analisados de acordo com os objetivos desta pesquisa, conforme será apresentado a seguir.

Com relação ao período em que foram realizados tem-se 2022 como o ano com maior número de projetos criados, 56, de acordo com os dados expostos no Quadro 11. Sendo 2023 o ano com maior número de projetos sendo executados, 87. Percebe-se uma queda no número de novas propostas nos anos de 2023 e 2024, mas um aumento no número de projetos em atividade, isso se dá pelo fato de que muitas dessas ações têm a duração de mais de um ano.

Quadro 11 - Ano de realização dos projetos

Ano	Nº de projetos que se iniciaram neste ano	Nº de projetos que tiveram atividades neste ano
2020	1	1
2021	10	11
2022	56	65
2023	33	87
2024	26	82

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Além disso, como será apontado a seguir, ainda há um número não muito expressivo de pessoas coordenando tais ações, desta forma, pode-se inferir que estas já tenham projetos em andamento. Sendo assim, ressalta-se a necessidade de que um maior número de profissionais se envolva com esta temática, de forma a ampliar o debate e aumentar o número de projetos propostos.

Quanto aos coordenadores dos projetos, verificou-se que existiam 72 coordenadoras(es) diferentes, sendo que, destes, 57 são mulheres e 15 são homens. Com isso, constata-se que esta é uma temática trabalhada majoritariamente por mulheres, cerca de 79,1% do total, conforme o Quadro 12.

Quadro 12 - Coordenação dos projetos

Número total de projetos	126
Número total de coordenadoras(es)	72
Número de coordenadoras	57
Número de coordenadores	15

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Como visto, é preciso criar estratégias para incentivar mais pessoas a proporem tais debates, especialmente os homens, já que eles são a minoria na coordenação das ações. Ainda há um número relativamente pequeno de pessoas liderando tais processos, apenas 72, num universo de 126 projetos, em uma universidade que tem mais de 1600 servidores, que poderiam atuar na coordenação destas ações.

Os debates sobre as questões de gênero no ensino superior ainda ocorrem muito mais devido à vontade, interesse e esforço de indivíduos ou grupos, sejam eles estudantes ou servidores, do que propriamente de políticas institucionais formais. Poucas ainda são as oportunidades de debate inseridas nos projetos pedagógicos dos cursos, assim, os diálogos

sobre gênero e sexualidade costumam ocorrer de forma pontual através de projetos e ações transitórias (Guimarães *et al.*, 2023).

A antropóloga argentina branca, Rita Laura Segato (2023) alerta que a cultura dominante, que vê o homem como a norma e como único sujeito de direitos, não aceita realmente as diferenças, ainda que existam discursos aparentemente progressistas. Para manter o controle sobre as dissidências, as tritura, adapta, pasteuriza e coloca sob os moldes que lhe forem convenientes. Sendo assim, é preciso estar alerta e encontrar caminhos para atuar na resistência e na mudança social. Segundo ela, os modos de resistência, desobediência e transgressão das normas de poder patriarcais e coloniais, devem ser construídos numa lógica coletiva, sem se descolar de sua dimensão política.

Segato (2023) também fala sobre o papel fundamental de algumas pessoas que não desistem, continuam resistindo e promovendo outras formas de pensamento, que são encaradas como disfuncionais para o projeto histórico hegemônico, dando destaque especial às mulheres neste processo. A autora afirma: ⁴“Para que nossas demandas sejam ouvidas, teremos que então passar a nos construir à imagem e semelhança desse sujeito e imitar sua enunciação distante, severa e carrancuda; risos e gestos de ternura serão proibidos na gestão” (Segato, 2023, p. 100, tradução nossa).

Destaca-se, então, o papel dos sujeitos, dos atores institucionais e dos movimentos sociais na ampliação destes debates, na quebra e superação de padrões coloniais e patriarcais, que só favorecem as maiorias, e na construção de uma sociedade mais justa, equânime e diversa. Ao longo da história pode-se perceber que a conquista de direitos e a criação de políticas sociais quase sempre foi efetivada a partir de esforços inicialmente individuais e de pequenos grupos, que, através de muitas lutas, se tornam movimentos organizados e com maior visibilidade e que só então alcançam a oportunidade de dialogar com os governantes e tornar as mudanças possíveis. Sendo assim, deve-se valorizar as iniciativas e esforços ainda incipientes, pois só a partir deles que transformações maiores ocorrerão.

É preciso que os professores, e demais servidores, verdadeiramente engajados sejam resilientes e acreditem em sua *práxis* diante das adversidades, especialmente as encontradas no início desta caminhada. Para que a transformação aconteça e seja efetiva, a instituição como um todo deve prover apoio a estes docentes que tentam novas práticas pedagógicas engajadas.

⁴ Para ser oídas nuestras demandas tendremos entonces que pasar a construimos también a imagen y semejanza de ese sujeto e imitar su enunciación distanciada, severa y ceñuda; la risa y el gesto de ternura quedarán proscriptos de la gestión.

Caso contrário, por mais que eles tentem, acabarão esgotando suas energias e ruindo diante de todos os obstáculos (bell hooks, 2017).

Quanto à população abordada pelo projeto tem-se: 91 deles focam sobre as mulheres, 4 sobre a população LGBTQIAPN+, 19 deles falam sobre gênero de forma ampla (não especificando se tratam de mulheres, população LGBTQIAPN+ ou ambas) e 12 deles não se enquadram nesta categorização, como no caso dos que falam de violência e cultura da paz de forma ampla, conforme Quadro 13.

Quadro 13 - População abordada pelos projetos

População abordada	Nº de projetos
Gênero (sem especificar)	19
LGBTQIAPN+	4
Mulher	91
Não se aplica	12
Total	126

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Apenas três campi realizaram ações específicas sobre pessoas LGBTQIAPN+: Itaqui, Santana do Livramento, São Borja e Uruguaiana. Com isso, fica evidente a escassez de ações sobre ou para esta população, tendo apenas 4 projetos (2 em 2024, 1 em 2023 e 1 em 2022) que buscaram diretamente abordar as questões relacionadas a esta população.

A violência contra a população LGBTQIAPN+ perpassa por todas as raças, classes, profissões, idades, entre outros marcadores sociais, porém ainda segue invisibilizada (Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, 2023).

O projeto ""Orgulho de Amar em Todas as Cores"" possui como objetivos dar visibilidade para os estudantes LGBTQIA+ da Unipampa Campus Itaqui e para suas expressões de gênero/ orientação sexual, para empoderar, acolher e protestar a favor de todas as formas de amor; por meio da arte, do diálogo e da união coletiva dos estudantes, contribuindo para ampliar a permanência dos mesmos na Universidade. Sempre denunciando e lutando contra a LGBTfobia (Projeto de extensão ""Orgulho de Amar em Todas as Cores"", Campus Itaqui, 2022).

“A população brasileira LGBTI+ tem sido vitimada por diferentes formas de LGBTIfobia desde a colonização do país, quando ainda não se utilizava as denominações atuais de sexualidade e gênero” (Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e

Intersexos, 2023, p. 18). Combater o preconceito e promover a diversidade e o orgulho e ser que se é também é objetivo dos projetos, conforme demonstrado no trecho:

a proposta é que o programa possa ajudar a avançar nos debates e amplificar seu alcance com parcerias com outras IES e instituições de ensino, além do apoio na organização da Parada do Orgulho na cidade, visando à conscientização quanto à vivência LGBTQ+ em nossa sociedade. Nosso desejo é celebrar o orgulho de nossa existência a partir de conscientização a fim de tirar a sociedade e a universidade para fora dos armários do preconceito e da discriminação (Projeto de extensão “Universidade Fora do Armário (UFA-UNIPAMPA) – 4ª Edição”, Campus Santana do Livramento, 2022).

O Brasil ainda é um país muito inseguro para esta população, apresentando crescimento no número de mortes violentas nas últimas duas décadas. É importante ressaltar que os dados governamentais sobre as taxas de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ ainda são extremamente defasados e insuficientes, já que geralmente, no momento do registro e/ou notificação, não são fornecidos dados sobre gênero e sexualidade da vítima (Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, 2023).

A não aceitação da diferença, do direito a pessoa ser do jeito que se é, o que pode divergir dos padrões de 'normalidade' construídos e impostos por uma sociedade heteronormativa, patriarcal, tende a produzir processos excludentes e de vulnerabilização de pessoas que interrogam a essa 'ordem' que se pretende hegemônica, pela sua existência. É o caso de pessoas transgêneras. Essa população em específico luta por seus direitos, como o nome social, acesso à saúde, educação e a outras políticas públicas (Projeto de extensão “Diálogos com a População Transgênera”, Campus Uruguaiana, 2024).

O padrão cisheteronormativo tomado pela sociedade há séculos, produz a opressão e exclusão dos dissidentes, “a violência contra a população LGBTI+ é parte de um contexto de LGBTIfobia estrutural, definida como discriminação, aversão ou ódio, de conteúdo individual ou coletivo, baseado na inferioridade das pessoas LGBTI+ em relação a heterocisnormatividade (Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, 2023, p. 9).

O projeto visa ser uma referência de ensino, produção, cultura e arte para comunidade LGBTQIAPN+ na Universidade, bem como na Região Fronteira Oeste, buscando incentivar o acesso à cultura, à criatividade, à expressão individual e coletiva de forma que seja possível a integração da instituição com a comunidade local e regional (projeto de extensão “Cena Queer”, campus São Borja, 2024).

As 4 ações realizadas sobre a população LGBTQIAPN+ tratavam-se de projetos de extensão e, como demonstrado pelos trechos de suas descrições, visam a aproximação com a comunidade local, propõe estratégias para contribuir com a diminuição da LGBT+fobia, para

tornar a sociedade mais diversa e para garantir os direitos desta população, como saúde, segurança, cultura, educação, entre outros.

Essa invisibilidade se reflete na inexistência, até o momento, de pesquisas de âmbito nacional que considerem a inclusão de variáveis capazes de quantificar e qualificar esses sujeitos. Essas informações são imprescindíveis não somente para conhecer o perfil desta população, mas, sobretudo, levantar suas necessidades e desenvolver políticas públicas eficazes (Carvalho; Barreto, 2021, p. 4060).

Com isso, podemos refletir que entre os projetos analisados, não se encontra nenhum de pesquisa ou de ensino. Esta lacuna reitera o que foi citado pelos autores, sobre a necessidade urgente de desenvolver estudos na área, de forma a compreender melhor esta população, os problemas enfrentados, as necessidades existentes e tentar desenvolver estratégias para garantir-lhes uma vida digna.

Conforme mencionado anteriormente, o número de projetos que falam sobre mulheres foi o maior, com 91 iniciativas, o que corresponde a cerca de 72% do número total de ações analisadas por este estudo. O que demonstra o interesse da comunidade acadêmica da Unipampa em garantir os direitos das mulheres. Além disso, outros 19 projetos abordam a temática de gênero sem especificar a população. Mulheres e gênero são temáticas que serão melhor debatidas nas próximas seções, especialmente na que trata da análise quanto ao tema dos projetos.

Quanto à população atendida pelo projeto tem-se: 63 ofertados para a comunidade externa, 27 para a comunidade interna, 22 para ambas e em 14 das ações este critério não se aplica, conforme Quadro 14. É importante destacar que esta categoria analisa a principal população atendida, ou público alvo, pelas ações, conforme mencionado na descrição do projeto.

Quadro 14 - População atendida pelos projetos

População Atendida	Nº de projetos
Comunidade Externa	63
Comunidade Interna	27
Ambas	22
Não se aplica	14
Total	126

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

É importante elucidar quanto aos dados analisados neste grupo. Quanto aos projetos de ensino e de extensão, fala-se comunidade interna quando as ações são oferecidas e tem como

participantes as pessoas vinculadas à universidade (servidores, estudantes e funcionários terceirizados); comunidade externa quando as pessoas participantes são a população em geral, ou grupos especificados, que não possuem vínculo com a Unipampa; e ambas quando as iniciativas são abertas para participação de pessoas com ou sem vínculo com a instituição. No caso das pesquisas, considera-se comunidade interna quando a investigação especifica seu foco em questões da Unipampa, sejam pessoas, setores, documentações, entre outros enfoques; comunidade externa quando o foco são questões de fora da universidade; e ambas quando o estudo detalha enfoques dentro e fora da instituição.

Quanto ao tipo de iniciativa, tem-se para a comunidade interna: 6 projetos de ensino, 13 de extensão e 8 de pesquisa. Para a comunidade externa: 25 de extensão e 38 de pesquisa. Ofertados tanto para a comunidade interna quanto externa: 1 de ensino, 19 de extensão e 2 de pesquisa.

Os projetos de extensão, com seu papel principal de integração com a comunidade local, oferecem, em grande parte, mas não exclusivamente, oportunidades para a comunidade externa, como vê-se em:

Nesse cenário, o projeto tem por objetivo incentivar os alunos da educação básica da cidade de Caçapava do Sul/RS e Bagé/RS a ingressarem no ensino superior, em especial nas engenharias, tendo como público-alvo as alunas a partir do 6º ano das escolas públicas de Educação Básica (Projeto de extensão “Mulheres nas Engenharias”, Campus Caçapava do Sul, 2023).

“A Universidade, em seu sentido mais profundo, deve ser entendida como uma entidade que, funcionária do conhecimento, destina-se a prestar serviço à sociedade no contexto da qual ela se encontra situada” (Severino, 2016, p. 23). A atividade extensionista também atinge fortemente a comunidade acadêmica interna, promovendo a aproximação com a comunidade externa e a troca de experiências e conhecimentos, como pode se perceber com a descrição a seguir.

Nesta perspectiva, dialogar sobre as Artes e a Moda na Educação é uma forma de enriquecer a formação tanto da comunidade acadêmica interna como externa do campus Jaguarão. Um espaço educativo com tantas possibilidades e que deve oferecer novas oportunidades para as pessoas que residem na cidade e no seu entorno e repensarem seu papel na sociedade tendo uma visão mais crítica. As Artes e a Moda podem nos ajudar a problematizar os papéis sociais e de gênero a partir de olhares históricos, sociológicos e psicológicos (Projeto de extensão “I Ciclo de Palestras: Diálogos entre Artes, Moda e Educação”, Campus Jaguarão, 2023).

Destaca-se aqui o papel do ensino superior como formador de pessoas críticas, que são capazes de refletir e questionar acerca do que estudam e percebem ao seu redor, não apenas do

papel clássico de reprodução de conteúdo. Além disso, a educação é de suma importância na redução das desigualdades sociais e no desenvolvimento do país (Monteiro, 2021).

Além disso, é importante destacar o papel dos projetos de ensino, pesquisa e extensão para a discussão e resolução de problemas internos da Universidade, como é o caso em:

Embora a UNIPAMPA esteja no caminho da preservação da dignidade humana, há muito o que fazer no combate a comportamentos organizacionais que afirmam a prática de violências no âmbito institucional, como lawfare, violência psicológica, assédio moral, assédio sexual, entre outras práticas que dilaceram corações e mentes de seus colaboradores, impactando não só a saúde mental deles, mas também no aumento do turnover na organização. A pesquisa terá uma abordagem quali-quantitativa, na qual serão desenvolvidas pesquisa bibliográfica, documental e exploratória (Projeto de pesquisa “Mapeamento dos Tipos de Violência na UNIPAMPA”, Campus São Borja, 2023).

Através dos dados expostos, pode-se constatar que a Unipampa tem conseguido realizar a aproximação com a comunidade local e atingir seu objetivo de colaborar com o desenvolvimento regional, já que apresenta um relevante número de ações ofertadas para a comunidade externa. Além disso, tem conseguido promover ações de integração e qualificação de sua comunidade acadêmica interna e que visam a resolução de problemas internos da instituição, como é o caso, entre outros, da violência de gênero.

Quanto ao tipo de projeto executado, conforme exposto no Quadro 15, as ações de extensão são maioria, totalizando 61, seguidas pelas 56 de pesquisa e por apenas 9 projetos de ensino. É preciso reafirmar que nem todos os projetos executados na universidade estão efetivamente registrados no sistema. Isso toma maior repercussão especialmente ao analisar os projetos de pesquisa, já que se pressupõe que, em média, cada estudante de pós-graduação e cada concluinte de graduação estão desenvolvendo uma pesquisa. Entre outros fatores, ocorre que muitos deles estão registrados sob um grande “guarda-chuva” que são os grupos de pesquisa dos orientadores, não sendo visíveis na plataforma pesquisada.

Quadro 15 - Projetos por tipo

Tipo	Nº de projetos realizados
Ensino	9
Extensão	61
Pesquisa	56
Total	126

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

As atividades no ensino superior devem ser planejadas e executadas considerando os princípios éticos, a cientificidade e as necessidades da sociedade. “A indissociabilidade é um

princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético” (Moita; Andrade, 2009, p. 269).

Esta tríade do ensino superior é lembrada e mencionada, como no exemplo: “esta experiência promoverá, além do conhecimento, inspiração, considerando os temas abordados, estabelecendo a clara indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa” (projeto de extensão “Conhecendo mulheres que inspiram”, campus Uruguaiana, 2022).

A extensão funciona como uma espécie de devolução à sociedade dos dados obtidos através da pesquisa. O estudante está inserido num processo pedagógico que o faz aprendiz e pesquisador, e através da extensão ele se torna, também, um agente social (Severino, 2016).

“Na atividade Gera! serão levantados problemas da comunidade local. Problemas identificados nessa atividade serão analisados e abordados na atividade Resolve!, levando em conta os interesses dos envolvidos, bem como a viabilidade para solucioná-los” (Projeto de extensão “Programa C - Comunidade, Computação, Cultura, Comunicação, Ciência, Cidadania, Criatividade, Colaboração”, Campus Alegrete, 2022).

A atividade extensionista é uma atribuição inerente à docência e ao ensino-aprendizagem na universidade, sendo “uma atividade que decorre naturalmente desse compromisso social de uma instituição orientada pela superação das distâncias entre os saberes científico e popular” (Moita; Andrade, 2009, p. 273).

A indissociabilidade também pode ser vista nos casos em que os projetos de diferentes tipos estão vinculados uns aos outros, como pode ser visto no exemplo: “Este projeto está vinculado ao projeto de extensão Gurias do Pampa nas Exatas que tem como objetivo incentivar estudantes das escolas da educação básica a ingressarem na área de STEM, a pesquisa visa responder a questão é que se essas ações conseguem promover o gosto e o interesse das Meninas para a área de STEM” (Projeto de pesquisa “Gurias do pampa nas exatas: desenvolvendo atividades de pesquisa com meninas do ensino médio”, Campus Bagé, 2022).

Os projetos, integrando-se entre si, na comunidade acadêmica interna e com a comunidade local, demonstram o intuito de promover a qualidade no ensino-aprendizagem, a excelência acadêmica e a contribuição com a sociedade na qual estão inseridos.

A proposta justifica-se pela possibilidade de fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, a partir da construção de conhecimentos, troca de experiências e aprendizado mútuo. Além disso, é uma oportunidade de aprofundar conhecimentos na área específica e desenvolver relações interpessoais, contribuindo para a redução das taxas de evasão e retenção (Projeto de ensino “Monitoria de enfermagem na área de saúde da mulher”, Campus Uruguaiana, 2022).

De acordo com estes dados, pode-se inferir que a Unipampa tem desenvolvido ao longo dos últimos anos uma boa aproximação com a comunidade no que diz respeito ao debate das questões de gênero e sexualidade, como visto através do número de ações de extensão que tratam da temática, 61 projetos. Além disso, também tem conseguido desenvolver investigações acadêmicas acerca deste tema, num total de 56 pesquisas, contribuindo para o avanço científico acerca dele. Porém, os projetos de ensino correspondem a apenas 9 iniciativas nos 5 anos pesquisados. Sendo assim, é preciso pensar em estratégias que possam fomentar tais ações, de forma a garantir a qualidade do ensino e a formação de profissionais conscientes sobre esta problemática social.

4.2 Características e particularidades de cada unidade da Unipampa na execução dos projetos

A partir do mapeamento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados na Unipampa entre 2020 e 2024, apresentado no segmento anterior, nesta subseção será realizada uma análise focada na quantidade e temática dos projetos desenvolvidos em cada unidade da Unipampa, 10 campi e reitoria, de modo a verificar as características, particularidades e diferença na execução dos projetos em cada uma delas.

Para realizar esta apreciação, serão consideradas características locais dos campi, como cursos ofertados e quantidade de servidores e estudantes. Além disso, será realizada uma breve apresentação do município sede a partir das informações encontradas nos sites das prefeituras municipais dos mesmos.

Inicialmente, apresenta-se o número de projetos realizados em cada unidade, no Quadro 16. O campus Uruguaiana ganha destaque por ser a unidade com maior número de projetos realizados, um total de 41. Isso corresponde a mais do que o dobro do número desenvolvido pelo segundo lugar, o campus São Borja, com 19 ações. Em seguida tem-se os campi Jaguarão com 16, Santana do Livramento com 15 e Bagé com 10. As outras unidades realizaram menos do que uma dezena de iniciativas sobre a temática no período de 2020 a 2024.

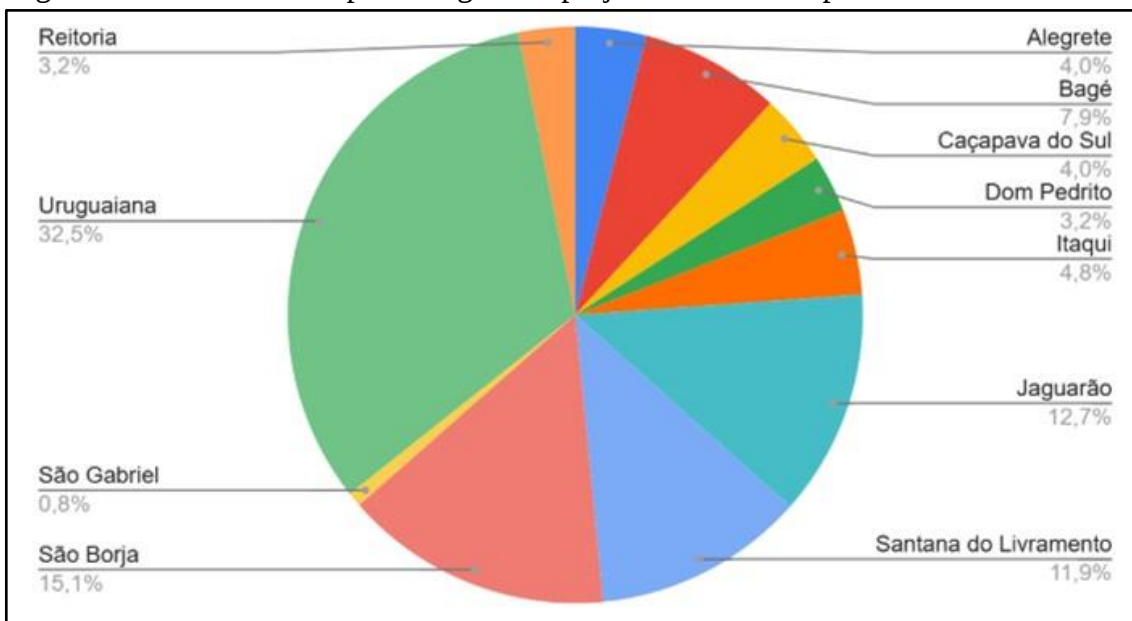
Quadro 16 - Número de projetos por unidade

Unidade	Nº de projetos realizados
Alegrete	5
Bagé	10
Caçapava do Sul	5
Dom Pedrito	4
Itaqui	6
Jaguarão	16
Santana do Livramento	15
São Borja	19
São Gabriel	1
Uruguaiana	41
Reitoria	4
Total	126

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Pode-se ver na Figura 5 que o campus Uruguaiana concentra 32,54% dos projetos, seguido por São Borja (15,08%), Jaguarão (12,70%) e Santana do Livramento (11,90%). Todos os outros campi representam menos do que 8% do total, tendo São Gabriel com a menor proporção (0,79%).

Figura 5 - Gráfico com as porcentagens de projetos executados por unidade



Fonte: Autora (2025).

Pode-se perceber que 36,4% das unidades (4 de 11) concentram cerca de 72% dos projetos, indicando centralização da execução. A maioria das unidades apresenta quantitativos

entre 4 e 10 projetos, demonstrando uma distribuição desigual entre os campi. A seguir serão apresentados os dados de cada uma das unidades.

Alegrete, uma cidade com cerca de 87 mil habitantes, com uma cultura bastante baseada na tradição gaúcha e farroupilha, foi a Terceira Capital Farroupilha durante a Revolução Farroupilha, e até hoje mantém viva e cultua tais memórias. A base da economia do município está na agropecuária, com destaque para as culturas de arroz, soja e milho, e para a criação de bovinos e ovinos. Além da Unipampa, possui campi da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), da Universidade da Campanha (URCAMP) e do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) (Prefeitura Municipal de Alegrete, [202-]).

O campus Alegrete da Unipampa, em 2025, contava com 96 docentes, 57 TAEs e 990 discentes. Dispõe de 7 cursos de graduação, 3 de mestrado e 1 doutorado, com predominância das engenharias (Universidade Federal do Pampa, 2025).

Foram executados, no campus Alegrete, 5 projetos no período entre 2020 e 2024, que contribuíram para a prevenção da violência de gênero, sendo 3 de extensão e 2 de pesquisa. Quanto à temática, 4 deles estavam indiretamente relacionados a esta pesquisa, abordando a participação de meninas e mulheres nas STEM, mais especificamente na área de computação; e 1 deles diretamente relacionado, oferecendo cursos profissionalizantes na área de construção civil a mulheres vítimas de violência doméstica no município. Também destaca-se que 3 destas ações foram coordenadas por uma única docente. Quanto ao público, 1 foram oferecidos para a comunidade externa, 2 para a comunidade interna e 2 para ambas.

O município de Bagé tem cerca de 116 mil habitantes e a economia baseada no setor de serviços, de clima temperado, conhecida como a Rainha da Fronteira (Prefeitura Municipal de Bagé, 2023). Além da Unipampa, possui mais 3 instituições de ensino superior: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade da Campanha (URCAMP), Instituto de Desenvolvimento Educacional de Bagé (IDEAU) e Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSul).

Em 2025, o campus Bagé da Unipampa, contava com 144 docentes, 66 TAEs e 1185 discentes. Conta com 12 cursos de graduação, 2 de especialização, 5 mestrados e 1 doutorado, tendo grande variedade nas áreas, de ciências humanas e de ciências exatas, com várias licenciaturas, engenharias e até o curso de música (Universidade Federal do Pampa, 2025).

Foram executados no campus Bagé, 10 projetos no período entre 2020 e 2024, que contribuíram para a prevenção da violência de gênero, sendo 1 de ensino, 3 de pesquisa e 6 de extensão. Sobre o tema: 2 deles são indiretamente relacionados, tratando de estudos de gênero e sexualidade, sem focar na violência; 6 são indiretamente relacionados, refletindo e

incentivando a participação de meninas e mulheres nas STEM, especialmente nas engenharias; e 2 deles estão diretamente relacionados ao tema desta pesquisa, um deles realizou um curso de formação objetivando a valorização de mulheres e meninas e a prevenção e o combate à violência contra as mulheres, o outro tratava-se de um seminário que discutiu a violência contra as mulheres no ambiente acadêmico e o empoderamento feminino na ciência. Quanto ao público, 5 foram oferecidos para a comunidade externa, 1 para a comunidade interna e 2 para ambas. Desses, 8 se iniciaram no ano de 2022 e 2 em 2023.

O município de Caçapava do Sul tem cerca de 33 mil habitantes, marcado pelo clima temperado e úmido, tem a localização mais central no estado com relação aos outros campi da Unipampa, não fazendo parte da região de fronteira. (Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, [202-]). Foi a Segunda Capital Farroupilha e ainda preserva a memória e tradições gaúchas. Conta atualmente apenas com a Unipampa como instituição de ensino superior.

Em 2025, o campus contava com 66 docentes, 38 TAEs e 219 discentes. Dispõe de 9 cursos de graduação, 1 de especialização e 2 de mestrado, com concentração principal nas ciências exatas, em especial às ligadas à geologia, engenharia, mineração e licenciaturas (Universidade Federal do Pampa, [202-]d.).

Foram ofertados, no campus Caçapava do Sul, 5 projetos no período entre 2020 e 2024, que contribuíram para a prevenção da violência de gênero, todos eles de extensão. A coordenação de 4 deles estava a cargo de uma única servidora. Sobre o público-alvo, 2 para a comunidade externa, 1 para a comunidade interna e 2 para ambas. Quanto ao tema: 2 são indiretamente relacionados, refletindo e incentivando a participação de meninas e mulheres nas STEM; 1 está indiretamente relacionado, abordando o protagonismo feminino através de um workshop sobre uma ativista brasileira; e 2 deles são diretamente relacionados, um deles se tratando de uma roda de conversa que abordou a vida das mulheres rurais e as violências sofridas, o outro uma roda de conversa o dia internacional de combate a violência contra as mulheres.

A cidade de Dom Pedrito conta com cerca de 36 mil habitantes, tem a economia baseada no agronegócio, destacando-se o cultivo da soja e arroz, a produção de mel e, também, de uvas e oliveiras, além disso, na criação de equinos, bovinos e ovinos. Tem clima subtropical úmido e é conhecida como a Capital da Paz, por ter sediado a assinatura do Tratado de Ponche Verde, que foi o acordo de paz que deu fim à Revolução Farroupilha (Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, [202-]). A Unipampa aqui é também a única instituição de ensino superior atualmente.

Em 2025, o campus Dom Pedrito da Unipampa, contava com 60 docentes, 45 TAEs e 652 discentes. Com 5 cursos de graduação e 3 de especialização, especialmente concentrados

nas especialidades ligadas ao campo e produção rural, e, também, enologia (Universidade Federal do Pampa, 2025).

Foram realizados, no campus Dom Pedrito, 4 projetos no período entre 2020 e 2024, que contribuíram para a prevenção da violência de gênero, todos de extensão. Sobre a categoria tema: 2 deles indiretamente relacionados, tratando do protagonismo e empoderamento feminino, em especial na área rural; e 2 deles diretamente relacionados a esta pesquisa, falando sobre violência contra as mulheres e desigualdade de gênero. A comunidade externa foi o público-alvo de 3 e a comunidade interna e externa em 1 deles. A metade, 2 projetos, foram coordenados pela mesma servidora.

Itaqui é um município que conta com uma população de cerca de 36 mil habitantes, com uma história marcada pelos jesuítas e demarcação de fronteiras (Prefeitura Municipal de Itaqui, [202-]). A Unipampa, atualmente, é a única instituição de ensino superior.

Em 2025, o campus contava com 82 docentes, 36 TAEs e 1015 discentes. Com 7 cursos de graduação e 1 especialização, de diversas áreas, como as ligadas ao campo e produção rural, saúde, educação e tecnologia (Universidade Federal do Pampa, 2025).

Foram executados, no campus Itaqui, 6 projetos no período entre 2020 e 2024, que contribuíram para a prevenção da violência de gênero, sendo 5 de extensão e 1 de pesquisa. Quanto ao tema: 1 indiretamente relacionado, abordando gênero e sexualidade; 1 indiretamente relacionado, sobre a participação de meninas e mulheres nas STEM; 1 relacionado, falando sobre desigualdade de gênero e a propagação de padrões inatingíveis para as mulheres; e 1 deles diretamente relacionado, objetivando dar visibilidade para os estudantes LGBTQIA+ da Unipampa e combater a LGBTfobia. Aqui também tivemos a metade, 3 projetos, sendo coordenados por um mesmo servidor. O público atingido foi a comunidade externa em 5 deles e a comunidade interna em apenas 1.

A cidade de Jaguarão possui cerca de 26 mil habitantes, com a história marcada pela proximidade com o Uruguai e a disputa de fronteiras, conhecida como Cidade Heróica, por sua resistência à invasão uruguaia em 1865 (Prefeitura Municipal de Jaguarão, [202-]). A cidade mais ao sul entre os campi da Unipampa e onde está ainda é a única instituição de ensino superior.

Em 2025, o campus Jaguarão da Unipampa contava com 71 docentes, 28 TAEs e 1085 discentes. Com 8 cursos de graduação, 1 de mestrado e 1 de doutorado, com foco principal na área de educação, turismo e política (Universidade Federal do Pampa, 2025).

O campus Jaguarão ganha destaque ao concretizar 16 projetos no período entre 2020 e 2024, que contribuíram para a prevenção da violência de gênero, sendo 11 de extensão e 5 de

pesquisa. Destes: 3 relacionados a esta pesquisa, abordando as desigualdades de gênero sob diversas perspectivas, entre elas na literatura e nas artes, assim como das intersecções de gênero e raça; 8 relacionados indiretamente, promovendo o empoderamento e protagonismo feminino; 3 relacionados indiretamente abordando discussões sobre gênero e sexualidade e suas intersecções com a educação; 1 indiretamente relacionado abordando o fenômeno da violência de forma ampliada, dando ênfase às questões do próprio município; e 1 deles indiretamente relacionado promovendo a cultura de paz, gestão de conflitos e direitos humanos. Quanto ao público-alvo: 3 foram oferecidos para a comunidade interna, 5 para a comunidade externa e 5 para ambas.

Santana do Livramento possui cerca de 82 habitantes, conhecida como Fronteira da Paz (Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, [202-]). Além da Unipampa, possui mais 3 instituições de ensino superior: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSul) e Universidade da Campanha (URCAMP).

Em 2025, o campus Santana do Livramento da Unipampa contava com 69 docentes, 25 TAEs e 1257 discentes. Com 6 cursos de graduação, 1 de especialização e 2 de mestrado, com foco nas áreas de administração, gestão, direito e relações internacionais (Universidade Federal do Pampa, 2025).

Foram desenvolvidos, no campus Santana do Livramento, 15 projetos no período entre 2020 e 2024, que contribuíram para a prevenção da violência de gênero, sendo 8 de pesquisa, 4 de ensino e 3 de extensão. A coordenação dos mesmos esteve a cargo de 8 pessoas, sendo 5 servidoras e 3 servidores. Quanto ao público, 7 foram oferecidos para a comunidade externa, 4 para a comunidade interna e 2 para ambas. Sobre a temática abordada: 1 indiretamente relacionado - cultura de paz, promovendo uma gincana binacional para promoção de equidade de gênero; 1 indiretamente relacionado sobre gênero e sexualidade, buscando refletir sobre a diversidade nas organizações; 1 indiretamente relacionado na área de saúde das mulheres; 1 indiretamente relacionado trabalhando a violência ampliada e criminologia crítica; 1 indiretamente relacionado buscando promover o reconhecimento do protagonismo feminino na área dos direitos trabalhistas; 8 relacionados, abordando as desigualdades de gênero sob várias perspectivas, como na área jurídica, na religião, nas relações internacionais, entre outras; e 2 diretamente relacionamos, um visando o enfrentamento à violência contra as mulheres e outro dando visibilidade a pessoas LGBTQIAPN+ e combatendo a LGBTfobia.

A cidade de São Borja conta com uma população de cerca de 61 mil habitantes. Conhecida com a Terra dos Presidentes, por ser a única cidade do Brasil onde nasceram três homens que ocuparam este cargo (Getúlio Vargas, João Goulart e Ibsen Pinheiro). É a cidade

mais ao norte entre os campi da Unipampa. Além desta, possui mais 2 instituições de ensino superior: Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) (Prefeitura Municipal de São Borja, [202-]).

Em 2025, o campus São Borja da Unipampa contava com 85 docentes, 39 TAEs e 1217 discentes. Com 9 cursos de graduação, 4 de mestrado e 1 de doutorado, com foco nas ciências humanas e sociais (Universidade Federal do Pampa, 2025).

No campus São Borja foram verificados 19 projetos no período entre 2020 e 2024, que contribuíram para a prevenção da violência de gênero, sendo 12 de pesquisa e 7 de extensão. O ano de 2022 se destacou tendo 13 ações propostas. A coordenação ficou sob responsabilidade de 10 pessoas diferentes, sendo 7 mulheres e 3 homens. A comunidade interna foi atingida em 2 deles, a comunidade externa em 10 e ambas em 4. Quanto à temática tem-se: 1 indiretamente relacionado - gênero e sexualidade, trabalhando a formação docente para a prática com a diversidade; 3 indiretamente relacionados - protagonismo feminino, falando sobre empoderamento de mulheres negras, empreendedorismo feminino, entre outras questões; 6 indiretamente relacionados - violência geral, abordando temas como violência nas escolas, segurança pública na região e violência contra crianças e adolescentes; 3 relacionados, refletindo desigualdades de gênero, com foco em pessoas queer, mulheres negras e diversidade na educação; e 6 diretamente relacionados a esta pesquisa, com a maioria deles abordando uma perspectiva inclusiva e feminista na área jurídica. O foco na área da justiça deve se dar devido às características e cursos oferecidos neste campus.

São Gabriel, com cerca de 65 mil habitantes, é conhecido como Terra dos Marechais, por ser a cidade natal de importantes militares (como João Propício Menna Barreto, Fábio Patrício de Azambuja, o Presidente da República Hermes Rodrigues da Fonseca e João Batista Mascarenhas de Moraes). Sua economia é baseada principalmente na agropecuária, onde predominam a produção de arroz, soja e gado de corte (Prefeitura Municipal de São Gabriel, [202-]). Além da Unipampa, conta também com a Universidade da Campanha (URCAMP).

Em 2025, o campus São Gabriel da Unipampa contava com 59 docentes, 54 TAEs e 344 discentes. Com 6 cursos de graduação, 1 de mestrado e 1 de doutorado, com foco principal nas ciências biológicas e ambientais (Universidade Federal do Pampa, 2025).

Foi registrado, no campus São Gabriel, apenas 1 projeto no período entre 2020 e 2024, que contribuiu para a prevenção da violência de gênero, de extensão, indiretamente relacionado ao tema desta pesquisa, se tratando de uma ação sobre protagonismo e empoderamento feminino realizada no município de Rosário do Sul, voltada para a comunidade externa. Este foi o campus com menor execução de projetos relacionados à temática.

A cidade de Uruguaiana tem cerca de 117 mil habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [202-]), não foram localizadas informações gerais no site da Prefeitura Municipal de Uruguaiana. Além da Unipampa, sedia o Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

O campus Uruguaiana da Unipampa é considerado, atualmente, o maior campus da instituição. Em 2025, contava com 190 docentes, 93 TAEs e 1883 discentes. Com 7 cursos de graduação, 7 de especialização, 5 de mestrado e 4 de doutorado, com foco principal nas ciências da saúde, da natureza e veterinária (Universidade Federal do Pampa, 2025).

Em números totais o campus Uruguaiana foi o que mais promoveu projetos sobre a temática no período definido, no total 41, sendo 25 de pesquisa, 12 de extensão e 4 de ensino. Quanto à coordenação: são 21 coordenadores(as) diferentes, entre eles apenas 2 homens. Além disso, salienta-se que destes, são 25 projetos sendo liderados por apenas 5 servidoras. Em 8 deles a comunidade interna foi o público-alvo, em 25 a comunidade externa e em 4 ambas.

Devido às características do campus e os cursos ofertados nele, surge uma categoria específica relativa à temática das ações: indiretamente relacionado - saúde das mulheres. Neste grupo foram verificados um total de 24 projetos, com uma grande parte falando de temas como gravidez, parto, puerpério e maternidade. Há 1 ação indiretamente relacionada - cultura de paz, abordando a educação para a paz e a não violência. Foram localizadas 2 iniciativas indiretamente relacionadas com foco na reflexão sobre a participação de mulheres nas STEM. Verificou-se 2 trabalhos indiretamente relacionados visando o empoderamento e protagonismo das mulheres, divulgando mulheres inspiradoras e promovendo o protagonismo feminino nos esportes. São 3 propostas indiretamente relacionadas - gênero e sexualidade, abordando diversidade, LGBTfobia e discriminação. Tem-se 1 relacionado, tratando das desigualdades verificadas na interseção entre raça e gênero na docência da Unipampa. São 8 projetos diretamente relacionados a esta pesquisa, entre as questões abordadas estão: assédio no meio acadêmico, diversidade de gênero e sexualidade, discriminação e violência contra mulheres negras, violência de gênero, discriminação com pessoas transgêneras, entre outras.

A unidade Reitoria, que fica localizada na cidade de Bagé, foi responsável por 4 projetos, todos de extensão. Todos eles diretamente relacionados ao tema desta pesquisa, falando sobre: combate ao assédio moral e sexual na universidade; diversidade de gênero e sexualidade; violência de gênero; entre outros temas relacionados. A comunidade interna foi o público atingido por todos eles. A metade, 2 projetos, foram coordenados pela mesma servidora. Segundo os dados do Portal da Transparência (Universidade Federal do Pampa, 2025), em 2025, a unidade contava com 27 docentes e 376 TAEs.

Os campi que se destacaram com o maior número de projetos executados são aqueles que têm mais cursos de pós-graduação, conforme visto nos Quadros 4, 5 e 17 desta dissertação. O campus Uruguiana contava, em 2025, com 7 especializações, 5 mestrados e 4 doutorados; e São Borja com 4 mestrados e 1 doutorado. Tais dados demonstram a aproximação da pós-graduação com os problemas sociais vivenciados pela comunidade acadêmica, assim como destacam a sua importância no estudo sobre gênero e no enfrentamento à violência de gênero. O Quadro 17 traz um comparativo das informações apresentadas de forma resumida (Universidade Federal do Pampa, [202-]d); Universidade Federal do Pampa, 2025c). Podem ser percebidas algumas pequenas variações nos dados apresentados por cada um destes sítios, isto pode ser explicado pelas diferentes datas e fontes de extração e organização das informações utilizadas por distintos setores da instituição.

Quadro 17 - Quantitativo de cursos, servidores, alunos e projetos por unidade

Unidade	Nº de cursos de graduação em 2025	Nº de cursos de especialização em 2025	Nº de cursos de mestrado em 2025	Nº de cursos de doutorado em 2025	Nº de docentes em 2025	Nº de TAEs em 2025	Nº de discentes em 2025	Nº de projetos realizados 2020-2024
Alegrete	7	-	3	1	96	57	990	5
Bagé	12	1	5	1	144	66	1185	10
Caçapava do Sul	4	-	2	-	66	38	219	5
Dom Pedrito	5	2	-	-	60	45	652	4
Itaqui	6	1	-	-	82	36	1015	6
Jaguarão	6	-	1	1	71	28	1085	16
Santana do Livramento	5	1	2	-	69	25	1257	15
São Borja	7	-	4	1	85	39	1217	19
São Gabriel	6	-	1	1	59	54	344	1
Uruguiana	7	7	5	4	190	93	1883	41
Reitoria	-	-	-	-	27	376	-	4

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa ([202-]d).

No quadro estão informações que podem auxiliar na compreensão da maneira distinta em que cada unidade da universidade se estrutura e desenvolve suas ações. Ainda que possuam caráter apenas quantitativo, estes dados apresentam indícios sobre as discrepâncias entre as unidades, apontando para possíveis fragilidades e potencialidades. Tais dados brutos não podem ser analisados isoladamente, é preciso considerar o histórico e a realidade local, porém eles podem ser usados como ponto de partida para revisão e proposição de novas ações e políticas institucionais. Faz-se necessário salientar, também, que as unidades podem ter realizado ações sobre a temática, mas não tê-las, registrado devidamente no sistema, o que poderia modificar os resultados apresentados por esta pesquisa.

Realizado o mapeamento e análises referentes aos quesitos práticos dos projetos, relativos à sua execução dos projetos, nas próximas páginas será realizada a análise referente aos temas abordados pelos projetos e as contribuições dos mesmos para a prevenção da violência de gênero.

4.3 Contribuições dos projetos de ensino, pesquisa e extensão da Unipampa na prevenção à violência de gênero

Apresentado o mapeamento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados na Unipampa entre 2020 e 2024, que abordam as questões de gênero e violência de gênero; tendo sido feita a apreciação das características, particularidades e diferenças na execução dos referidos projetos por cada uma das unidades da Unipampa; esta subseção se dedicará a analisar as contribuições dos referidos projetos para a prevenção da violência de gênero na universidade e na sociedade como um todo, serão apresentadas discussões relativas às temáticas abordadas pelos projetos.

Conforme demonstrado pelo Quadro 18, foram estabelecidas 3 categorias conforme a relação de proximidade com o tema desta pesquisa, a violência de gênero: diretamente relacionados, relacionados e indiretamente relacionados. Estipulou-se 6 subcategorias indiretamente relacionadas: cultura de paz, gênero e sexualidade, mulheres nas STEM, protagonismo feminino, saúde das mulheres e violência global.

Quadro 18 - Categorias analíticas relativas ao tema dos projetos

Categoria	Subcategoria	Descrição
Diretamente relacionados	-	A descrição do projeto fala diretamente sobre algum tipo de violência de gênero, violência contra as mulheres ou violência contra população LGBTQIAPN+.
Relacionados	-	A descrição do projeto fala sobre desigualdades de gênero, injustiças sociais e dificuldades enfrentadas pelas mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, sem usar a palavra violência, ou correlata, em sua descrição.
Indiretamente relacionados	Cultura de Paz	O projeto objetiva promover a cultura de paz, através da redução de desigualdades, combate à violência e propagando direitos humanos.
Indiretamente relacionados	Gênero e Sexualidade	O projeto visa discutir questões de gênero e sexualidade de forma, não focando especificamente nas desigualdades e na violência.
Indiretamente relacionados	Mulheres nas STEM	O projeto objetiva refletir e incentivar a participação de meninas e mulheres nas STEM - áreas da Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática.
Indiretamente relacionados	Protagonismo feminino	A descrição do projeto propõe o protagonismo feminino, buscando promover o empoderamento de mulheres através de diversas metodologias.
Indiretamente relacionados	Saúde das mulheres	O projeto trata sobre saúde das mulheres ou alguma de suas especialidades e especificidades.
Indiretamente relacionadas	Violência global	O projeto aborda o fenômeno da violência e o seu enfrentamento de forma ampliada, global e geral, não focando na violência de gênero, contra as mulheres ou população LGBTQIAPN+.

Fonte: Autora (2025).

Para ser categorizado como diretamente relacionado, a descrição do projeto deve mencionar explicitamente sobre algum tipo de violência de gênero, violência contra as mulheres ou violência contra população LGBTQIAPN+. Na categoria dos relacionados estão projetos que falam sobre desigualdades de gênero, injustiças sociais e dificuldades enfrentadas pelas mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, sem usar a palavra violência, ou correlata, em sua descrição. Além disso, no grupo dos indiretamente relacionados, estão os projetos que abordam outras temáticas que colaboram para o enfrentamento das violências, abordando direitos humanos, protagonismo e empoderamento feminino, gênero e sexualidade, entre outras.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 19, dos 126 projetos pesquisados: 28 são diretamente relacionados com esta pesquisa, tratando abertamente da violência de gênero; 16 estão relacionados, abordando as desigualdades de gênero; e 82 estão relacionados indiretamente, aludindo a outros aspectos e temas que acabam por colaborar com a prevenção da violência de gênero, ainda que não mencionem esse fenômeno de forma explícita. Cada uma das subcategorias apresentou o seguinte: cultura de paz com 3 projetos, gênero e sexualidade 11, mulheres nas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), protagonismo feminino 20, saúde das mulheres 25 e violência global 8.

Quadro 19 - Número de projetos por tema abordado

Categoria	Subcategoria	Nº de projetos
Diretamente relacionados		28
Relacionados		16
Indiretamente relacionados	Cultura de Paz	3
Indiretamente relacionados	Gênero e Sexualidade	11
Indiretamente relacionados	Mulheres nas STEM	15
Indiretamente relacionados	Protagonismo feminino	20
Indiretamente relacionados	Saúde das mulheres	25
Indiretamente relacionados	Violência global	8
Total		126 projetos

Fonte: Autora (2025).

Os projetos que abordam diretamente a questão da violência de gênero corresponde a 22,2% do total, os que tratam das desigualdades de gênero são 12,7%, já os que tratam do tema de forma indiretamente relacionada são a maioria, totalizando 65,1%. A predominância de projetos indiretamente relacionados evidencia que as temáticas de gênero estão presentes, ainda que apareçam como dimensões complementares.

A subcategoria sobre saúde das mulheres corresponde a cerca 20% do total de projetos e se concentra quase exclusivamente no campus Uruguaiana, que está ligado aos cursos da área da saúde. Em seguida, protagonismo feminino e mulheres nas STEM indicam esforços empreendidos em prol da equidade de gênero e à ampliação da participação feminina em espaços historicamente marcados pela desigualdade. Além da presença, é preciso pontuar a ausência como dado significativo. Não foi possível a criação de uma categoria específica sobre questões relacionadas à população LGBTQIANP+, como foi o caso das questões relacionadas às mulheres, pela pouca quantidade de projetos que se dedicam a este público e a esta temática. Isso demonstra a invisibilização destas pessoas, de suas demandas, de suas pautas e reitera a necessidade de investimento em políticas públicas para elas.

Cada um dos temas citados tem sua potencialidade em colaborar com a prevenção da violência de gênero na universidade. Nas próximas páginas, serão melhor abordadas cada uma das categorias e subcategorias.

4.3.1 Violência de gênero

Nesta subseção estão os resultados e discussões sobre os projetos que contribuem diretamente para a prevenção da violência de gênero. O critério de inclusão nesta categoria tem a seguinte definição: a descrição do projeto fala diretamente sobre algum tipo de violência de gênero, violência contra as mulheres ou violência contra população LGBTQIAPN+.

É preciso refletir e debater mais sobre as questões de gênero no ensino superior. Foi apenas em 2018 que, pela primeira vez, foi inserida uma pergunta sobre gênero na pesquisa sobre o perfil dos estudantes de graduação no Brasil. 0,2% dos graduandos declararam ser transgênero, o que corresponde a 3379 pessoas. Além disso, 11,6% afirmam não se identificarem como cisgênero. A mesma pesquisa aponta sobre o perfil dos graduandos que quanto a identidade de gênero: 48,1% mulheres cis, 40,1% homens cis, 0,6% não binários, 0,1% mulheres trans, 0,1% homens trans, 4,5% prefiro não responder e 3,7% prefiro não me classificar. Quanto à orientação sexual: 78,1% hétero, 16,4% LGBTQ, 0,3% assexual, 2,9% prefiro não me classificar e 1,9% prefiro não responder. Quanto ao sexo biológico: 54,6% feminino, 45,1% masculino e 0,3% sem declaração. Tal diversidade tem potencializado os debates na universidade acerca da cis-heteronormatividade do ambiente acadêmico (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Infelizmente, as mulheres e população LGBTQIAPN+ continuam sendo as maiores vítimas de violência. A mesma pesquisa sobre os graduandos do Brasil, também apurou dados sobre as violações sofridas pelos estudantes. Com relação aos alunos que afirmam ter sofrido assédio por parte de docentes, somente 8,3% formalizou a denúncia. As principais causas apontadas pelos que optaram pela não formalização estão a falta de expectativa de solução (54,5%), o medo (20,0%) e falta de informação sobre os canais de denúncia (17,1%). Tais justificativas apontam a fragilidade das políticas e ações institucionais para a garantia de direitos no ensino superior, que acabam por perpetuar a impunidade e a insegurança. A falta de mecanismos efetivos de acompanhamento, apuração e responsabilização é um problema recorrente (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Estes dados evidenciam a inevitabilidade em trabalhar a temática da violência de gênero dentro das universidades e o papel do ensino superior na prevenção e enfrentamento desta problemática social.

A primeira ação diretamente relacionada a esta pesquisa a ser realizada no período definido foi um projeto de extensão, realizado na reitoria, com início em novembro de 2020, com duração de dois anos, “Comitê Institucional Unipampa Gênero e Sexualidade”,

coordenado por uma TAE. Salienta-se que esta iniciativa acabou se desenvolvendo, tomando corpo e se tornando uma ação permanente da Unipampa (Universidade Federal do Pampa, [202-]a), conforme apontado na seção “Unipampa e equidade de gênero” desta dissertação.

Dessa forma, a partir desse programa integrador de docentes, técnicos, discentes e comunidade extensionista, o programa tem o objetivo de integrar os diferentes formatos de ações e atividades desenvolvidas nas 11 unidades da UNIPAMPA, bem como mobilizar a sociedade civil organizada e instituições em geral que visem o mesmo objetivo que é o de enfrentamento aos direitos humanos negados e a retirada dos direitos de comunidades vulneráveis na questão de gênero, sexualidade e respeito a diversidade (Projeto de extensão “Comitê Institucional Unipampa Gênero e Sexualidade”, Reitoria, 2020).

A segunda ação veio somente mais de um ano depois, em dezembro de 2021, através de um projeto de pesquisa intitulado “Racismo, discriminação e violência com mulheres negras durante o processo gravídico-puerperal: estudo quanti-qualitativo”, tratando-se de um TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, que

[...] tem como objetivo geral conhecer o perfil, as percepções e as vivências de mulheres negras, residentes no Estado do Rio Grande do Sul, que vivenciaram situações de racismo, discriminação e violência durante o processo gravídico-puerperal. [...] Ainda almeja-se ampliar o olhar dos profissionais e acadêmicos de enfermagem para questões relacionadas à saúde da mulher negra durante o processo gravídico-puerperal e proporcionar reflexões e estratégias para eliminar as situações de racismo, discriminação e violência vivenciadas por essas mulheres (Projeto de pesquisa “Racismo, discriminação e violência com mulheres negras durante o processo gravídico-puerperal: estudo quanti-qualitativo”, Campus Uruguaiana, 2021).

Em 2022 se iniciaram vários projetos, 12 ao todo, sendo 3 de pesquisa e 9 de extensão. Em 2023 foram criados 8 projetos, 3 de pesquisa e 5 de extensão. Já em 2024, começaram 6 projetos, 1 de pesquisa e 5 de extensão.

No Quadro 20, está a lista dos projetos executados na Unipampa entre 2020 e 2024 que abordaram diretamente às questões de violência de gênero.

Quadro 20 - Projetos diretamente relacionados à violência de gênero

(continua)

Nome do projeto diretamente relacionados à violência de gênero
1º Ciclo de Formação sobre Ética e Integridade Pública - Oficina sobre Assédio Moral e Sexual
Assédio sexual na Unipampa - Campus Uruguaiana
Atendimento sócio jurídico na Defensoria Pública de São Borja
Comitê Gênero e Sexualidade, campus Uruguaiana
Comitê Institucional Unipampa Gênero e Sexualidade
Comitê Institucional Unipampa Gênero e Sexualidade

Quadro 20 - Projetos diretamente relacionados à violência de gênero

(conclusão)

Nome do projeto diretamente relacionados à violência de gênero
Condições de trabalho e saúde de mulheres trabalhadoras da atenção primária e da média complexidade do município de Uruguaiana/RS
Construindo Daianas - Módulo I
Diálogos com a População Transgênera
Elas com Ciência: entrelaçando fronteiras
Encontros CEPRIR-GEN & LivraElas
Gênero, violências e produção de subjetividades: discutindo potencialidades de uma série de streaming enquanto artefato cultural, no campo da educação
Igualdade de gênero: lute por ela
Igualdade de gênero: lute por Ela
Las Mariposas pela não violência
Mapeamento dos Tipos de Violência na Unipampa
Mulheres: a História que temos, a Escola que queremos Curso de formação de Articuladoras de Práticas Pedagógicas que valorizem mulheres e meninas no sentido da implementação da Lei 15.484/2020 de autoria da Deputada Estadual Sofia Cavedon.
Núcleo de Atendimento em Saúde Coletiva
Orgulho de Amar em Todas as Cores
PET-Saúde Equidade - Interseccionalidade das questões de gênero, saúde mental e contexto sociocultural no trabalho no SUS
Práticas Restaurativas e Violência Doméstica: instituindo a comunicação não violenta
Práticas Restaurativas no enfrentamento à Violência Doméstica: Os CEJUSCs da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
Racismo, discriminação e violência com mulheres negras durante o processo gravídico-puerperal: estudo quanti-qualitativo
Relações de gênero na escola: percepções de professores/as da educação básica
Resistir para re(existir): Programa Institucional Gênero e sexualidade da Unipampa - RER
Roda de conversa: O Estatuto da Terra e as Trabalhadoras Rurais
Universidade Fora do Armário (UFA-UNIPAMPA) – 4ª Edição
Violência doméstica e/ou intrafamiliar no contexto da COVID-19

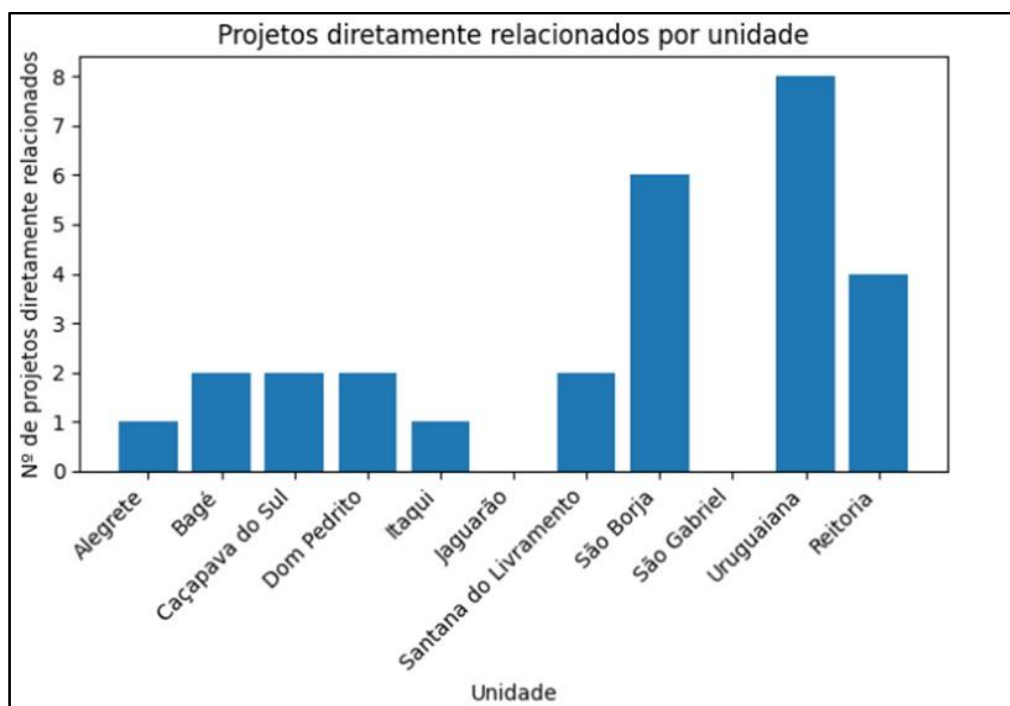
Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Considerando o total das 28 ações nesta categoria, resume-se da seguinte forma. Quanto aos coordenadores, os 28 projetos estão sob coordenação de 19 pessoas, destas 14 mulheres e 5 homens, 15 docentes e 4 TAEs. A população abordada pelos projetos: 17 discutem a violência contra as mulheres, apenas 3 enfocam diretamente na população LGBTQIAPN+ e 8 deles

referem-se a violência de gênero de maneira ampla. A população atendida pelos projetos: 11 comunidade interna, 12 comunidade externa e 5 ambas. Quanto ao tipo de projeto, tem-se: 20 de extensão e 8 de pesquisa, não havendo nenhum projeto de ensino registrado neste grupo.

Quanto à unidade de execução, os projetos que abordam diretamente a violência de gênero, como visto na Figura 6, tem uma distribuição mais equânime entre as unidades. O campus Uruguaiana se destaca pela quantidade de projetos tratando do tema, 8 ao total, sendo 2 de extensão e 6 de pesquisa. Nota-se, também, que vários destes projetos tem o entendimento de gênero como uma problemática que atinge mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. O campus São Borja também tem proeminência, tendo desenvolvido 6 projetos, 3 de extensão e 3 de pesquisa, especialmente na área do direito e serviço social, focando majoritariamente na violência doméstica e violência contra as mulheres. Nesta categoria a unidade Reitoria consegue maior evidência, tendo executado 4 projetos de extensão, enfatizando a promoção de diversidade de gênero e o combate à violência. Salienta-se que 3 deles foram coordenados por servidores TAE, isso demonstra o protagonismo que eles podem ter na execução de tais ações. Apenas os campi Jaguarão e São Gabriel não tem nenhum projeto registrado tratando diretamente da violência de gênero, mas é importante salientar que Jaguarão abriga vários projetos que indiretamente abordam a temática.

Figura 6 - Gráfico com o número de projetos diretamente relacionados, por unidade de execução



Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Em consonância com os resultados totais, na análise dos projetos que tratam diretamente da violência de gênero, o campus Uruguaiana também ganha destaque, com 28,6% do total de projetos. Em seguida, tem-se 21,4% realizados por São Borja e 14,3% dos projetos executados da Reitoria. Com isso, pode-se perceber que a Reitoria não apresentou números totais significativos, mas que concentrou seus esforços em projetos que visam diretamente combater esta problemática. Percebe-se, então, uma centralização dos projetos diretamente relacionados em unidades específicas. Essa concentração pode estar associada a fatores como maior estrutura institucional, histórico de atuação temática ou maior número de servidores envolvidos.

Já os campi de Jaguarão e São Gabriel não executaram nenhum projeto nesta categoria. Jaguarão teve um número total de projetos expressivo, mas São Gabriel não teve o mesmo rendimento. Isto aponta para assimetrias internas, indicando a necessidade de políticas institucionais de incentivo e fortalecimento dessas ações nas unidades com menor participação.

Benevides (2024) afirma que as instituições de educação têm sido cenário de muitas violações, do ensino fundamental ao superior, de sul a norte do país. Reiterando a necessidade da garantia de direitos desta população em todos os ambientes, inclusive o acadêmico, para que possam se sentir seguras e exercer sua liberdade e autodeterminação. Estas pessoas precisam acessar, permanecer, desfrutar e se desenvolver dentro do sistema de ensino, não basta apenas o ingresso, que já é tão difícil, é preciso que garantir que este seja realmente um momento de formação.

“É importante destacar que a invisibilidade histórica sobre a temática da violência de gênero e sexualidade contempla na contemporaneidade a necessidade de amplo debate, conscientização e a criação de políticas públicas que assegurem a equidade de direitos” (Projeto de extensão “Resistir para re(existir): Programa Institucional Gênero e sexualidade da Unipampa - RER, Reitoria, 2024).

O ativismo e participação em movimentos estudantis pode agir como fator de proteção dos estudantes, dados da Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (2019) indicam que o percentual de denúncias de assédio moral por docentes é cerca de 10% maior por parte de estudantes que estão vinculados a algum coletivo dentro da universidade. Isso provavelmente não significa que estas pessoas sofrem mais violência que as outras, mas provavelmente indica que elas estão melhor informadas sobre o assédio, suas garantias e formas de denunciar, se sentindo empoderadas e capazes buscar ajuda e lutar por seus direitos. Ainda que o conhecimento não vá necessariamente evitar que o sujeito sofra algum tipo de agressão, ele pode ajudar a se proteger, buscar ajuda, denunciar e minimizar os prejuízos decorrentes do

fato. Além disso, pessoas conscientes sobre a violência, vão multiplicar e compartilhar essas informações, de forma a prevenir casos e ajudar outras pessoas em situações de risco.

Estamos mudando essa história quando debatemos sobre a realidade de invisibilidade e violência que ainda é produzida contra todas nós. É nesse contexto que foi produzida, debatida e aprovada a Lei nº 15.484, de 7 de julho de 2019 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Essa lei dispõe sobre a necessidade do planejamento de estratégias que produzam a valorização das meninas e das mulheres numa perspectiva de prevenção e combate à violência contra mulheres (Projeto de extensão “Mulheres: a História que temos, a Escola que queremos – Curso de formação de Articuladoras de Práticas Pedagógicas que valorizem mulheres e meninas no sentido da implementação da Lei 15.484/2020 de autoria da Deputada Estadual Sofia Cavedon”, Campus Bagé, 2022).

A educação emancipadora, também, se dá por meio da conscientização do sujeito acerca das condições sociais, políticas e relacionais e em como elas influenciam a sua vida e da comunidade como um todo. Nesta perspectiva o professor atua como mediador do conhecimento e facilitador da aprendizagem, que deve ocorrer por meio da reflexão, do diálogo e da interação (Freire, 2024).

Outro aspecto notável é que muitos profissionais da educação básica não se sentem preparados para abordarem temas como gênero, identidade de gênero, violências de gênero, divisão sexual do trabalho, direitos reprodutivos, entre outros, e demandam à equipe executora por ações com estudantes e formação para professores. Neste contexto, de contato com professores e estudantes e debates acalorados na sociedade sobre muitos temas (feminismo, ideologia de gênero, questões de gênero, relações entre homens e mulheres e relações de poder), objetivamos promover reflexões e conscientização, embasadas em dados oficiais sobre empregabilidade, violência de gênero, ocupação de cargos públicos e de liderança, demonstrando que as relações entre homens/meninos e mulheres/meninas são desiguais e injustas (Projeto de extensão “Igualdade de gênero: lute por Ela”, Campus Dom Pedrito, 2024).

Dados do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil sobre o ano de 2022 apontam que as travestis foram vítimas de 58% das 167 mortes violentas pesquisadas (Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, 2023). Isso evidencia o preconceito e a urgente necessidade de debater as questões de diversidade e violência de gênero em nosso país. Conforme vem sendo debatido ao longo deste estudo, o número de ações que visam o combate à violência contra população LGBTQIAPN+ ainda é pequeno, carecendo de mais atenção e investimento. Enquanto isso, verificou-se um número maior de projetos que visam a garantia dos direitos das mulheres, como no exemplo:

O dia 25 de novembro é marcado pela comemoração do dia de não violência a mulher, assim, o evento ocorrerá nesta data, com o objetivo de criar um espaço para discussão sobre a violência contra as mulheres na comunidade acadêmica, oportunizando trocas e construção do conhecimento (Projeto de extensão “Las Mariposas pela não violência”, Campus Caçapava do Sul, 2022).

A universidade, como parte da sociedade, não está livre da opressão e das violações de gênero. A partir disso, também é importante promover ações que visem tratar desta problemática dentro da instituição.

O assédio sexual é uma realidade presente no cotidiano da vida das mulheres, independentemente de idade, raça e classe social, bem como ocorre no trabalho, em casa e inclusive na universidade. A prática do assédio sexual gera impactos significativos na vida de quem passa pelo mesmo, implicando na saúde mental, sexual e reprodutiva, além da desistência do curso de graduação ou pós-graduação. Dessa maneira, a presente pesquisa busca problematizar o fenômeno do assédio sexual dentro da universidade (Projeto de pesquisa “Assédio sexual na UNIPAMPA - Campus Uruguaiana”, Campus Uruguaiana, 2023)

Saffioti afirmou, em meados dos anos 2000, que grande parte das mulheres brasileiras ainda poderiam ser consideradas como conservadoras, pregando a ideia de que “ou se é feminina ou se é feminista”, como se fossem características excludentes. Apesar do tempo que se passou desde então, acredita-se que a realidade não tenha avançado tanto quanto esperado, principalmente diante da onda de conservadorismo que se tem visto nos últimos anos. Muitas mulheres ainda se mantêm contrárias, seja consciente ou inconscientemente, às ideias e atitudes feministas e às ações afirmativas propostas pelos governos como forma de garantir os direitos humanos, a segurança e a dignidade dos grupos oprimidos (Saffioti, 2015).

Sendo assim, é necessário empreender esforços para o avanço da teoria e movimentos feministas, assim como dos movimentos pela diversidade, de forma que as pessoas consigam se libertar do pensamento patriarcal arraigado. Não debater sobre o machismo e o patriarcado acaba por favorecer a opressão e naturalizar a dominação e a exploração (Saffioti, 2015).

[...] buscando compreender as causas da desigualdade de gênero, assim como mostrar caminhos de desconstrução do discurso patriarcal em nossa sociedade. O LivroElas é um coletivo feminista movimentado pelo corpo discente da Unipampa campus Sant’ana do Livramento, que possui o intuito de desfazer as amarras da violência de gênero que coexistem na sociedade e, sobretudo, no ambiente acadêmico (Projeto de extensão “Encontros CEPRIR-GEN & LivroElas”, Campus Santana do Livramento, 2024).

É papel fundamental da educação a formação da consciência social e do compromisso político dos novos profissionais em formação para com a sociedade em que vivem. O conhecimento não pode mais ser repassado de maneira fragmentada, é preciso formar profissionais e cidadãos capazes de responder a demandas sociais complexas, agentes capazes de transformar a realidade em que vivem e desenvolver a área em que atuam. “Um dos objetivos e dever das universidades, é a capacidade de atender o que a sociedade anseia, de maneira a satisfazer às suas necessidades, problemas, atribuir melhorias, entre diversos benefícios” (Silva; Mendoza, 2020, p. 10).

Muitos dos projetos estudados evidenciam a o comprometimento com a formação de profissionais qualificados e com o desenvolvimento suas áreas de atuação, como no exemplo: “Espera-se acrescentar novas contribuições aos estudos de violência de gênero a partir desta pesquisa qualitativa sob o paradigma da Justiça Restaurativa e da técnica de comunicação não violenta/CNV” (Projeto de pesquisa “Práticas Restaurativas no enfrentamento à Violência Doméstica: Os CEJUSCs da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”, Campus São Borja, 2022).

Dados de relatório de auditoria realizado pelo Tribunal de Contas da União -TCU, apontam que das 69 universidades federais do país, em cerca de 60%, 41 delas, não há política institucionalizada de prevenção e combate ao assédio. Apenas 28 universidades federais brasileiras possuem uma política de prevenção e combate ao assédio já institucionalizada, mas 19 delas ainda apresentam lacunas nas normativas acerca da temática, que comprometem a efetividade das mesmas (Cedraz, 2025).

A Unipampa é uma das instituições em que já existe uma política institucionalizada, mas que ainda contém algumas lacunas que precisam ser sanadas.

Em relação aos efeitos da ausência de institucionalização de ações e estratégias envolvendo a temática assédio no âmbito das universidades federais, considerando os casos de assédio já identificados e o risco de ocorrência de novos casos, pode resultar na limitação da atuação preventiva e corretiva por parte da comunidade universitária (atuação dos gestores e de equipes/comissões de apuração, capacitações e encaminhamentos de denúncias de servidores, estudantes e terceirizados), que atuam segundo o princípio de legalidade. Essa limitação compromete a efetividade das atividades de enfrentamento ao assédio no ambiente universitário, aumentando a sensação de impunidade, o sentimento de insegurança de integrantes da comunidade universitária, em especial mulheres/ pessoas LGBTQIAPN+ (Cedraz, 2025, p. 09).

Conforme demonstrado no trecho acima, o TCU, assim como demais órgãos governamentais que estão trabalhando com a institucionalização dessas políticas nas universidades federais brasileiras, demonstram conhecimento e preocupação com as situações de violência de gênero no ambiente acadêmico, que vitimam especialmente mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Este mesmo relatório de auditoria traz indicações e recomendações para que as instituições instaurem efetivamente, com a maior brevidade possível, políticas de combate à violência (Cedraz, 2025).

Como visto, muitos projetos na Unipampa já estão engajados em promover a equidade e em combater a violência de gênero. Porém, esta é uma pauta que não pode ser esquecida, sob pena de perda dos direitos já conquistados, e que deve ser mantida nos círculos de debate na universidade e na sociedade como um todo. É preciso empreender esforços para que, cada vez mais, esta seja uma temática trabalhada pela instituição, através de projetos de ensino, pesquisa

e extensão, e, também, por meio de outras iniciativas, como a inserção do tema na matriz curricular dos cursos, criação de programas, normativas e políticas institucionais.

Nas próximas páginas serão analisados os projetos que estão relacionados com o tema desta pesquisa, ainda que indiretamente, e que contribuem para a construção de uma comunidade acadêmica mais diversa, segura e saudável, especialmente para as mulheres e população LGBTQIAPN+.

4.3.2 Desigualdades de gênero

Nossa sociedade é marcada por muitas desigualdades de gênero, que são as disparidades de direitos, oportunidades e recursos, baseadas em critérios de gênero e sexualidade, afetando especialmente as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+, refletindo uma hierarquia social onde um gênero é colocado em posição inferior. Tais desigualdades podem ser vistas em todas as esferas sociais e são evidentes nos índices de violência. Esta subseção se dedicará a analisar os projetos que abordam as desigualdades de gênero, pois considera-se que, ao conscientizar sobre tais injustiças sociais, estar-se-á, também, prevenindo a violência.

O critério de inclusão nesta categoria foi: o projeto aborda sobre desigualdades de gênero, injustiças sociais e dificuldades enfrentadas pelas mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, sem usar a palavra violência, ou correlata, em seu título e/ou resumo.

Nesta categoria foram desenvolvidos 16 projetos, conforme Quadro 21, sendo 2 de ensino, 4 de extensão e 10 de pesquisa. Quanto ao campus: 1 de Itaqui, 1 de Uruguaiana, 3 de Jaguarão, 3 de São Borja e 8 de Santana do Livramento.

Quadro 21 - Projetos relacionados - desigualdades de gênero

Ano	Nome do projeto relacionado - desigualdades de gênero
2021	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Religião e Relações Internacionais (NEP-GEREL)
2021	Grupo de Estudos e Pesquisa em Democracia, Justiça e Violência (GPDEJUV)
2021	Julgamentos Feministas
2021	Reescrevendo sentenças penais com perspectivas feministas
2022	Religião: um marcador relevante para Teorias Feministas de Relações Internacionais
2022	As mulheres negras na produção do conhecimento de resistência no Brasil
2022	Por que não somos todos feministas? Estudo sobre os conceitos e preconceitos de gênero no trabalho e carreira
2022	A Glamourização do Empreendedorismo Feminino: Uma Análise Linguística Sistêmico-Funcional da Representação da Mulher Empreendedora em Revistas Femininas
2023	Igualdade de Gênero e Educação: Objetivo 5 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU Brasil

Quadro 21 - Projetos relacionados - desigualdades de gênero

(conclusão)

Ano	Nome do projeto relacionado - desigualdades de gênero
2023	Outros cultivos: gênero e agroecologia
2023	I Ciclo de Palestras: Diálogos entre Artes, Moda e Educação
2023	Pobreza Geracional: Análise Do Trabalho Doméstico
2023	Mulheres Negras Presentes! Narrativas Das Docentes Negras Da Universidade Federal Do Pampa
2024	Cartas de quem materna: registros da Educação Popular
2024	Cena Queer
2024	Mulheres, controle dos corpos e interseccionalidades: personagens, potencialidades e dinâmicas de poder no processo de remição da pena pela leitura

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Como demonstrado, projetos de várias áreas debateram sobre as desigualdades de gênero e demais dificuldades enfrentadas por mulheres e pessoas LGBTQIAPN⁺, tal como Direito, Artes, Educação, Empreendedorismo, Agronegócio, entre outras. Essa multi e interdisciplinaridade indicam para a importância deste debate em todas as esferas, assim como a potência do ensino superior em trabalhar com esse tema e colaborar com a prevenção da violência em vários contextos sociais.

O diálogo é uma das principais estratégias que os educadores podem utilizar para ultrapassar as barreiras que foram erguidas por questões de gênero, raça e classe. Propiciar momentos de fala, escuta e troca entre os estudantes de grupos sociais diferentes é uma potente prática pedagógica e uma estratégia de transformação social. Uma das principais atribuições dos professores deve ser incentivar que os alunos aprendam a se escutar, a realmente ouvir o que o outro tem a dizer, a dialogar e manter o respeito apesar das diferenças e divergências que são encontradas em uma sala de aula diversa (bell hooks, 2017).

Gênero, raça e classe são eixos estruturantes da sociedade, que se estabeleceram historicamente e que devem ser analisados em conjunto, pois estão interligados. E a violência de gênero não ocorre isoladamente, ela tem origem em uma estrutura social que privilegia o masculino em detrimento do feminino, e nega a existência das dissidências. “E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres” (Saffioti, 2015, p. 37). Isso aparece evidente em um dos projetos de pesquisa que foi mapeado, como se lê a seguir:

Assim, articulados aos conceitos de raça, gênero e interseccionalidade, esse projeto de tese caminha em direção às docentes negras da instituição a fim de compreender suas trajetórias de vida, estudo e carreira científica. Com o objetivo de investigar a trajetória das docentes negras, sua inserção e permanência na Unipampa (Projeto de

pesquisa “Mulheres Negras Presentes! Narrativas das Docentes Negras da Universidade Federal do Pampa”, Campus Uruguaiana, 2023).

bell hooks (2017) afirma que ainda é muito difícil cumprir com o papel social das universidades, visto que muitas vezes elas exercem apenas seu papel tradicional, que é a pura transmissão do conhecimento técnico. Propõe que através de uma análise crítica “ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorcem a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade” (bell hooks, 2017, p. 45).

Crenshaw (2002) destaca que uma das formas de promover a equidade de gênero é através da educação, formal e informal, dos grupos marginalizados, em especial de mulheres. A capacitação acerca de direitos humanos é uma potente ferramenta na luta contra a subordinação, para isso é necessário maior investimento nessa área.

Ao encontro destas ideias estão muitas das ações executadas, como por exemplo uma, que propõe “a realização de ações integradas entre diferentes instituições de ensino, a saber, Unipampa e IFRS, com o intuito de promover ações formativas integradas, com foco em estudantes da educação básica e tecnológica” (projeto de extensão “Igualdade de Gênero e Educação: objetivo 5 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU Brasil”, campus São Borja, 2023).

Dois dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, como abordado na fundamentação teórica desta dissertação, incentivam ações que promovam a equidade de gênero, o empoderamento feminino e uma educação equitativa, sendo eles: o ODS 4, que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade para todos; e o ODS 5, que busca a igualdade de gênero e o empoderamento feminino (Organização das Nações Unidas, 2015).

Em consonância com estes objetivos também estão outros projetos, como o que trata da perspectiva de gênero na área do direito:

O projeto "Julgamentos Feministas" faz parte de um projeto nacional que reúne diversas pesquisadoras feministas, vinculadas a diversas instituições de ensino superior no Brasil, e faz parte de um esforço global colaborativo (Feminist Judgments Projects) de centenas de feministas para mostrar que as decisões judiciais não são objetivas ou neutras, mas influenciadas pelas perspectivas dos julgadores, e que determinados resultados judiciais não são necessariamente inevitáveis (Projeto de ensino “Julgamentos Feministas”, Campus Santana do Livramento, 2021).

O referido projeto, assim como outros que foram desenvolvidos, está em consonância com os dados encontrados e com as recomendações feitas através do Relatório de Auditoria do TCU em 2025. Tal investigação apontou para a escassez de capacitações específicas sobre a violência de gênero para as equipes das universidades federais brasileiras. Tal carência é ainda

mais preocupante quando se trata das comissões de apuração sobre os casos de assédio. O documento indica limitações na capacidade técnica das equipes, podendo ocasionar equívocos e erros no processo, especialmente em relação à perspectiva de gênero, “que consiste em uma abordagem com atenção às desigualdades de gênero existentes e com a finalidade de neutralizá-las, buscando o alcance de uma igualdade substantiva” (Cedraz, 2025, p. 13). Sendo assim, os projetos que tratam desta temática colaboram muito com a construção de uma comunidade acadêmica mais segura e justa.

Para criar uma academia culturalmente diversa, temos de nos comprometer inteiramente. Aprendendo com outros movimentos de mudança social, com os esforços pelos direitos civis e pela libertação feminina, temos de aceitar que nossa luta será longa e estar dispostos a permanecer pacientes e vigilantes (bell hooks, 2017, p. 50).

Ainda é preciso empreender muitos esforços para que a mudança seja efetiva. Muitas iniciativas estão surgindo, como demonstrado, mas é preciso visualizá-las, ampliá-las e multiplicá-las, de forma com que a universidade possa efetivamente contribuir para a diminuição das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, prevenir a violência.

Na próxima subseção será realizada a análise sobre as contribuições dos projetos que se relacionam indiretamente com a prevenção da violência de gênero, tal como os que abordaram a cultura de paz, protagonismo e empoderamento feminino, gênero e sexualidade, entre outros temas relacionados.

4.3.3 Demais temas relacionados

Nesta subseção serão analisados os projetos de ensino, pesquisa e extensão executados na Unipampa, de 2020 a 2024, que contribuem indiretamente para a prevenção da violência de gênero, pois acredita-se que existem diversas maneiras e estratégias para colaborar com este enfrentamento. O critério de inclusão nesta categoria foi para projetos que em seus títulos e descrições não expressam conteúdos sobre violência, agressão, desigualdade, injustiça ou termos correlatos, mas visam promover ações e preceitos que contribuem para a diminuição da violência através do empoderamento, conscientização, fortalecimento e visibilidade de populações vulnerabilizadas, como é o caso das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

Os processos de ensino-aprendizagem devem incentivar que o estudante desenvolva sua consciência social, pensando sobre a realidade em que está inserido, sua comunidade e a sociedade como um todo. A universidade tem o compromisso com a construção de uma sociedade democrática, pautada na ética, justiça e solidariedade (Severino, 2016).

Localizou-se um total de 82 iniciativas indiretamente relacionadas, que foram organizadas e agrupadas nas seguintes subcategorias: Cultura de Paz, Gênero e sexualidade, Mulheres nas STEM, Protagonismo feminino, Saúde das mulheres e Violência global. A seguir serão feitas as discussões sobre cada uma destas subdivisões.

4.3.3.1 *Cultura de Paz*

O critério de inclusão nesta categoria tem a seguinte definição: o projeto objetiva promover a cultura de paz, através da redução de desigualdades, combate à violência e propagando direitos humanos.

Ainda que não abordem diretamente os temas relacionados a esta pesquisa, acredita-se que ao promover princípios de respeito, diálogo, cidadania, diversidade, coletividade e justiça social, se estará contribuindo para a prevenção e enfrentamento da violência de gênero.

As discussões em torno da Cultura de Paz vêm sendo desenvolvidas no último século, gradativamente se desvinculando do caráter apenas religioso e avançando sobre os debates de outras esferas da sociedade, tal como o caso da academia e pesquisas científicas. Mas foi somente a partir dos anos 2000 que o “foco foi migrando da violência unicamente entendida como guerra, para todos os problemas estruturais da humanidade, especialmente relacionados à desigualdade social, pobreza, miséria e esgotamento do planeta” (Salles Filho; Salles, 2018, p. 191). Compreende-se então que a Cultura de Paz é muito mais que a ausência de violência, é um fenômeno complexo e multifacetado, que visa alcançar a igualdade de direitos e a justiça social.

Através dos estudos e pesquisas vão surgindo especificidades, como é o caso da Educação para a Paz, que é definida como um campo pedagógico e prático importantíssimo quando se trata do enfrentamento de todos os tipos de violência na área da educação, objetivando

[...] tratar das múltiplas violências referentes aos espaços educacionais, na criação de alternativas pedagógicas que favoreçam a não-violência, que melhorem o clima educacional, que qualifiquem as convivências, que evidenciem os direitos humanos e ampliem os olhares das pessoas para a democracia e cidadania (Salles Filho; Salles, 2018, p. 192).

A cultura de paz foi o foco de 3 projetos neste período, como demonstrado no Quadro 22 abaixo, 2 de pesquisa e 1 de extensão, desenvolvidos nos campi de Jaguarão, Santana do Livramento e Uruguaiana.

Quadro 22 - Projetos indiretamente relacionados - cultura de paz

Nome do projeto indiretamente relacionado - cultura de paz
Compaixão e Não Violência para uma Educação de Paz - Investigando a formação inicial de licenciandos(as) em Ciências da Natureza
Fundamentos da cultura da paz: pesquisas e intervenções sobre a gestão de conflitos e a cultura da paz
Gincana escolar binacional Chiara Lubich - Mulher de Paz na Fronteira da Paz

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Os projetos apresentados buscam promover os princípios da Cultura de Paz e a integração com a comunidade local, conforme descrito:

O projeto envolve várias fases: estudo teórico, discussão e prática de vida referentes aos valores da paz e da paridade de gênero nos grupos de estudo; produção do material de divulgação dirigido às escolas; sucessivas visitas e encontros com as comunidades escolares; realização da Gincana como evento conclusivo do percurso formativo que envolverá a Universidade e a comunidade (Projeto de extensão - Gincana escolar binacional Chiara Lubich - Mulher de Paz na Fronteira da Paz - Campus Santana do Livramento).

É fundamental que a educação aborde estas questões e colabore para construção de uma sociedade menos violenta e discriminatória, incluindo nestes debates as questões de diversidade. Ainda há muita violência de gênero ocorrendo dentro das instituições de educação, por isso torna-se urgente o trabalho sobre a temática.

Considerando o aspecto interdisciplinar da Educação, os pressupostos acerca de gênero e sexualidade são ramificações necessárias de estarem permeadas no processo educativo, sobretudo para contribuir em uma formação mais completa e humana dos/as alunos/as (Oliveira; Peixoto; Maia, 2019, p. 29).

O engajamento para uma educação mais comprometida também aparece na descrição dos projetos pesquisados: “Esperamos que este projeto possa contribuir no processo formativo dos futuros professores de Ciências da Natureza, buscando refletir sobre a matriz ética da formação docente” (projeto de pesquisa - Compaixão e Não Violência para uma Educação de Paz - Investigando a formação inicial de licenciandos(as) em Ciências da Natureza - campus Uruguaiana).

As iniciativas também se demonstram atentas às necessidades educativas e às normativas nacionais em torno do tema:

Pesquisas e intervenções sobre a gestão dos conflitos se constituem referência necessária para as escolas e universidades, especialmente a partir da publicação da lei nº 13.663 (BRASIL, 2018) que altera o artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (BRASIL, 1996), incluindo a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz

(Projeto de pesquisa - Fundamentos da cultura da paz: pesquisas e intervenções sobre a gestão de conflitos e a cultura da paz - Campus Jaguarão).

Ampliar o número de ações sobre esta temática e sua abrangência, como a reprodução de projetos em outros campi, com certeza poderia contribuir para que a Unipampa se torne um ambiente cada vez mais seguro e saudável, onde a diversidade seja respeitada e valorizada.

4.3.3.2 Gênero e Sexualidade

O critério de inclusão nesta categoria tem a seguinte definição: o projeto visa discutir questões de gênero e sexualidade de forma, não mencionando especificamente as desigualdades e a violência em seu título e/ou descrição.

No total foram alocados nesta categoria 11 projetos, conforme Quadro 23, sendo 3 de ensino, 3 de pesquisa e 5 de extensão. Quanto ao campus onde foram realizados: 2 em Bagé, 1 em Itaqui, 3 em Jaguarão, 1 em Santana do Livramento, 1 em São Borja e 3 em Uruguaiana.

Quadro 23 - Projetos indiretamente relacionados - gênero e sexualidade

Ano	Nome do projeto indiretamente relacionados - gênero e sexualidade
2021	Abordagem sobre Mecanismos Reprodutivos e Sexualidade em turmas de 8º ano do Ensino Fundamental em Uruguaiana, RS
2022	A variável sexo/gênero nos estudos sociolinguísticos brasileiros: um levantamento bibliográfico
2022	Diversidade nas Organizações – Ciclo de Debates
2022	GEFEM - Grupo de Estudos Feministas
2022	Imaginários, Formação e Políticas de Democratização da Educação: práticas de professores em formação e o lugar da diversidade (2021-2022)
2022	Segundas do PET Pedagogia: Diálogos Interdisciplinares em Educação (2ª Edição)
2023	Liga Acadêmica de Gênero Sexualidade e Saúde
2023	SEGUNDAS DO PET PEDAGOGIA: Diálogos Interdisciplinares
2024	GEPET-Saúde - Grupo de Estudos do PET-Saúde
2024	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas Diva Rodrigues - promovendo uma educação anti-racista
2024	Segundas do PET Pedagogia: Diálogos Interdisciplinares em Educação

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Joan Scott (1995) demonstra seu incômodo ao falar sobre perspectivas onde o foco central das questões de gênero são colocados a nível individual e sobre o antagonismo entre homens e mulheres. Reafirma a necessidade de desconstruir o olhar binário e analisar este fenômeno em sua complexidade, trabalho este que vem sendo realizado por grupos feministas há décadas e que vem ganhando maior apoio de outros movimentos sociais. Afirmar que a

construção da identidade também se dá dentro de uma sociedade e um momento histórico que, certamente, a influenciam.

A(s) teoria(s) feminista(s) tem um papel fundamental ao identificar as estruturas do poder patriarcal que estão sendo reafirmadas e/ou criadas e produzir estratégias para conceituar e questionar estes núcleos de domínio. Sendo assim, a abordagem feminista proporciona um enfoque desestabilizador sobre discursos institucionalizados, suscitando uma compreensão de mundo mais abrangente e uma formação humanística mais ampla, e assim, contribui para a formação acadêmica e cidadã das alunas e alunos envolvidos no projeto (Projeto de ensino “GEFEM - Grupo de Estudos Feministas”, Campus Bagé, 2022).

A sociedade mudou muito no último século, diversas foram as transformações, especialmente depois da internet, onde tudo parece ter se tornado mais fluido e veloz, identidades de gênero e práticas sexuais fazem parte deste processo (Louro, 2022). Isso reitera a importância do diálogo sobre tais questões no contexto educativo. É preciso conversar, compreender, se atualizar e atender à tais mudanças.

Nas últimas décadas pode se acompanhar algum desenvolvimento nas políticas sociais e direitos à população LGBTQIAPN+, alcançados através de muitas lutas travadas, especialmente, pelos movimentos sociais e ativistas. Porém, deve-se ter em mente que ainda são necessárias muitas mudanças, já que esse avanço pode ser notado na comparação com o tempo anterior, onde homossexualidade, bissexualidade e transexualidade eram absolutamente excluídas, considerados como crime, pecado ou doença. Jesus (2013) destaca que ainda há muito a evoluir, e que este deve ser um processo complexo e demorado, já que necessita muito mais que a imposição de novas leis, mas que carece, também, da mudança de entendimentos, comportamentos, atitudes, crenças e discursos.

A Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (2019) afirma que a participação dos estudantes em grupos e movimentos sociais é importante para o sucesso acadêmico e para qualidade de vida e bem-estar dos mesmos.

Dentre as iniciativas que geram mais engajamento estão o Movimento Feminista, com 6,4%, e Movimento LGBTQTT, com 4,2% da participação dos estudantes pesquisados. Há um grande número de coletivos que contribuem para o avanço dos movimentos identitários (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019, p. 139).

É importante salientar que tais movimentos, em grande parte das vezes, surgem, e existem, em resposta às inúmeras opressões, desigualdades e violências sofridas pelos grupos minoritários. bell hooks (2017) aponta que ainda é difícil para grande parte das pessoas, em especial os homens, pensar em feminismo e sexismo, mas que cada vez mais se têm buscado informações acerca da temática dentro das universidades. Ela ressalta que a participação

masculina é bastante importante para o processo de mudança social, nestes espaços eles tem a oportunidade de realizar um “exame crítico de suas posturas e transformação de sua consciência como um primeiro estágio no processo de politização feminista” (bell hooks, 2017, p. 149). É necessária a ampliação dos debates sobre gêneros e sexualidades na universidade para além dos grupos minoritários e que são vítimas das desigualdades. Esta deve ser uma luta coletiva e da instituição como um todo.

Alguns dos projetos analisados têm como tema principal a inclusão dos debates sobre gênero e sexualidade na formação docente, como é o caso dos dois projetos a seguir. Um deles, na extensão, tem

[...] o objetivo de promover diálogos entre os temas de estudos e pesquisas do grupo, que são os seguintes: Direitos Humanos, Educação para as Relações Étnico-raciais e Gênero e Sexualidades. Tais temas são considerados transversais no que tange à formação docente, os quais consideramos inerentes aos saberes construídos no percurso acadêmico (Projeto de extensão “Segundas do PET Pedagogia: Diálogos Interdisciplinares em Educação (2ª Edição), Campus Jaguarão, 2022).

Assim como outro, na pesquisa, que se “propõe investigar e compreender a política de formação inicial de professores em seu diálogo com a escola básica, na voz dos professores em formação, na perspectiva da democratização e da diversidade nos processos formativos” (projeto de pesquisa “Imaginários, Formação e Políticas de Democratização da Educação: práticas de professores em formação e o lugar da diversidade (2021-2022)”, campus São Borja, 2022).

Abordar tais questões é um ato de resiliência diante de todas as adversidades, estruturais, orçamentárias, políticas e ideológicas, mas é preciso esperar. A atuação do Grupo Tuna, que, desde 2017, desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão, engajadas e realizadas a partir de perspectivas feministas e de gênero na Unipampa, é um exemplo disso. O próprio nome do grupo faz referência a uma planta característica da região, que brota em ambientes insólitos, sendo um símbolo de resistência e força, sem perder a delicadeza e a beleza. Conforme relatam as coordenadoras, mesmo em tempos e ambientes difíceis, é preciso lutar por uma educação e por uma sociedade realmente justas, democráticas e que visem o bem estar social. Entre os principais temas debatidos estão as “questões de gênero e raça em suas interseccionalidades com outros marcadores sociais, tais como corpo, sexualidade, etnia, classe social, geração e regionalidade” (Bonetti; Silva; Jesus, 2022, p. 71). Ao longo dos anos o grupo se mantém em atividade, tendo desenvolvido diversas ações, contribuindo para a ampliação do diálogo sobre a temática na universidade e para a construção de uma sociedade mais diversa e equânime.

Sem dúvidas, a discussão sobre as questões de gênero e sexualidade ainda tem muito o que avançar em todas as esferas da sociedade, incluindo as universidades. Como visto, muitos projetos já estão contribuindo para inserir estas reflexões no cotidiano acadêmico, assim como, para aproximar este tema da comunidade local. Em se tratando de Unipampa, é preciso investir para que estes debates sejam ampliados e que consigam alcançar todas as unidades da instituição.

4.3.3.3 Mulheres nas STEM

O critério de inclusão nesta categoria tem a seguinte definição: o projeto objetiva refletir e incentivar a participação de meninas e mulheres nas STEM - áreas da Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2018), apontam que nas últimas décadas ocorreu um pequeno aumento nas taxas de matrículas de meninas e mulheres em todos os níveis de ensino, porém ainda persistem inúmeras disparidades de gênero na educação, entre elas está o baixo índice de mulheres matriculadas em cursos superiores de na chamada área de STEM - Ciência (*Science*), Tecnologia (*Technology*), Engenharia (*Engineering*) e Matemática (*Mathematics*). Estima-se que apenas cerca de 30% das estudantes no ensino superior estão nessa área. “Mesmo no Ocidente, as mulheres permaneceram excluídas do acesso à educação formal por muito tempo. Tempo suficiente para afetar a representatividade delas até os dias atuais” (Projeto de pesquisa “Mulheres nas Engenharias: Energia Verde”, Campus Bagé, 2023).

Além das disparidades no acesso, também é preciso considerar as dificuldades de permanência. As estatísticas apontam para uma quantidade muito grande de abandono de mulheres nestas disciplinas, assim como posteriormente, em suas carreiras (UNESCO, 2018).

Muitas vezes a academia e as ciências foram utilizadas como meio de exclusão, definindo atributos que seriam aceitáveis ou não neste meio, reforçando a desigualdade entre homens, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Portanto, é necessária a criação e desenvolvimento de estratégias, programas e projetos que visem dirimir este problema e promover a equidade (Rodrigues, 2025).

Esta pesquisa localizou 15 projetos nesta categoria, conforme o Quadro 24. Destes: 4 em Alegrete, 6 em Bagé, 2 em Caçapava do Sul, 1 em Itaqui e 2 em Uruguaiana. Tal distribuição se deve em grande parte pelas características dos cursos de cada um desses campi, conforme demonstrado no Quadro 4 “Cursos da Unipampa por Campus” desta dissertação. Alegrete tem

todos os seus cursos na engenharia e na tecnologia. Bagé tem a maioria dos cursos na área da ciência, engenharia e matemática. Caçapava do Sul tem todos os seus cursos nas ciências, engenharias e matemática. Itaqui oferece metade de seus cursos na área de ciência, engenharia, tecnologia e matemática. Já o campus Uruguaiana tem a maioria de seus cursos em outras áreas, mas mesmo assim dispõe de projetos que incentivam a participação de mulheres nas STEM. O campus de São Gabriel, apesar de oferecer cursos desta área, não possui projetos cadastrados. Os campi de Dom Pedrito, Jaguarão, Santana do Livramento e São Borja oferecem majoritariamente cursos ligados a outras áreas do conhecimento.

Quadro 24 - Projetos indiretamente relacionados - mulheres nas STEM

Ano	Nome do projeto indiretamente relacionados - mulheres nas STEM
2022	Cientistas do Pampa
2022	Curso de Formação Projeto Mulheres nas Engenharias: A Práxis Pedagógica em Energia e Meio Ambiente para Educação Básica - 2a. edição
2022	Egress@s: coleta, disponibilização e visualização de dados
2022	Faça Engenharia como uma Guria
2022	Gurias Digitais
2022	Gurias do pampa nas exatas: desenvolvendo atividades de pesquisa com meninas do ensino médio
2022	Mulheres na Bioquímica
2022	Mulheres nas Engenharias
2022	Programa C - Comunidade, Computação, Cultura, Comunicação, Ciência, Cidadania, Criatividade, Colaboração
2023	Egress@s: coleta, disponibilização e visualização de dados
2023	Meninas nas Ciências
2023	Mulheres nas Engenharias
2023	Mulheres nas Engenharias: Energia Verde
2024	Gurias na Computação
2024	Meninas nas Geociências

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Segundo Abby Irene Templer Rodrigues, socióloga, branca, estadunidense, é preciso compreender melhor e criar estratégias efetivas para combater as duas categorias de barreiras que impedem as mulheres nas STEM, que são as dificuldades de acesso e as de permanência nos cursos (Rodrigues, 2025).

É nessa perspectiva que os projetos listados visam incentivar o ingresso na área, tal como demonstrado no trecho: “O projeto ‘Meninas nas Geociências’ visa despertar o interesse de meninas para o estudo em Geologia e Engenharia e, assim, melhorar o equilíbrio de gênero

nestes cursos” (Projeto de extensão “Meninas nas Geociências”, Campus Caçapava do Sul, 2024).

De acordo com a UNESCO (2018, p. 15): “Garantir que meninas e mulheres tenham acesso igualitário à educação em STEM e, em última instância, a carreiras de STEM, é um imperativo de acordo com as perspectivas de direitos humanos, científica e desenvolvimentista”. É urgente que se realizem mudanças na educação, de forma a dirimir as desigualdades de gênero na educação, assegurando o acesso, permanência e sucesso de mulheres em todas as áreas, incluindo a STEM.

As mulheres comprovam a cada dia que são capazes de realizarem as suas pesquisas científicas e se destacarem em suas áreas de atuação mostrando a sua força de trabalho científica indicando que a igualdade de gênero é essencial para o aumento da produtividade e o estabelecimento de cooperações internacionais e o desenvolvimento científico de um país (Projeto de extensão “Meninas nas Ciências”, Campus Itaquí, 2023).

Portanto, é possível pensar que todos os campi da Unipampa poderiam realizar projetos incentivando a participação feminina nas STEM, ainda que esses não disponham de cursos nesta área. Desta forma estariam contribuindo com a comunidade local, proporcionando reflexão sobre a temática, possibilitando mudança de pensamento da população e, possivelmente, estimulando meninas a futuramente seguirem carreiras nestas áreas.

Rodrigues (2025) afirma que é preciso que este processo seja analisado e construído de forma ampla e levando em consideração a interseccionalidade, visto que a exclusão não se dá unicamente através dos marcadores de gênero, mas, também de raça, classe, deficiência, idade, entre outros. Desta forma, é preciso que as ações sempre tenham em vista os entrecruzamentos entre essas categorias, que costumam ser os mais prejudicados pelas hierarquias de segregação.

Os relatos das interseccionalidades apresentam com mais frequência

[...] clima hostil, incluindo assédio sexual, discriminação em relação à raça e ao gênero, síndromes de impostores/as, fardo financeiro de pagar a escola sem apoio familiar e a falta de experiência cultural e de capital social por parte dos/as alunos/ as de primeira geração e não tradicionais (Rodrigues, 2025, p. 11).

Garantir tal participação não beneficia “apenas” as mulheres, mas promove uma sociedade mais diversa, justa e igualitária para todos.

4.3.3.4 *Protagonismo feminino*

O critério de inclusão nesta categoria tem a seguinte definição: a descrição do projeto propõe o protagonismo feminino, buscando promover o empoderamento de mulheres através

de diversas metodologias.

No total foram encontrados 20 projetos nesta subcategoria, conforme demonstrado pelo Quadro 25, sendo 15 de extensão e 5 de pesquisa. O campus Caçapava do Sul foi responsável por 1 deles, Dom Pedrito por 2, Itaqui por 2, Santana do Livramento por 1, São Borja por 3, São Gabriel por 1, Uruguaiana por 2 e Jaguarão ganhou destaque nesta categoria, tendo executado 8 ações com essa temática.

Quadro 25 - Projetos indiretamente relacionados - protagonismo feminino

Ano	Nome do projeto indiretamente relacionados - protagonismo feminino
2021	A Intelectualidade Feminina na Idade Média (Séc. XI-XVI)
2021	VII Equus do Pampa - II Equus Mulher
2022	A Luta das Mulheres pela Efetivação de Direitos Trabalhistas na Primeira República: um apagamento histórico?
2022	Cultura Popular de Autoria Feminina: um estudo de caso
2022	AFROTELAS - Gênero e Raça na Produção Audiovisual
2022	Núcleo de Estudos Mulheres no Esporte
2022	AGROECOMULHER: Desenvolvendo o Protagonismo das Mulheres Rurais
2022	Conhecendo mulheres que inspiram
2022	Workshop Berta Lutz: discutindo a representatividade feminina
2023	“Atinuké” – Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Mulheres Negras
2023	Assistência Técnica e Extensão Rural - Polo Pampa Gaúcho
2023	Caminhos do mar: poesia e imaginário na obra de Sophia de Mello Breyner Andresen
2023	Arte, Artesanato e Moda: construindo práticas pedagógicas com artistas-artesãs
2023	Gestão de Marketing para Organizações de Fronteira: contribuições para o desenvolvimento e consolidação de negócios sob a gerência de mulheres empreendedoras
2023	Alinhavando saberes: tricotar, bordar, crocheter, costurar e outras artes na educação superior
2023	Conexão Mulher Rosário do Sul
2023	O projeto poético de Cecília Meireles em Solombra (1963)
2024	Agricultar: Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar de Itaqui na Transição Agroecológica
2024	Visões de uma mulher alada: notas de autopoética
2024	Habitar a poesia: mulheres de palavras (uma visão da autoria feminina na América Latina)

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Muitas vezes vê-se no cotidiano o termo feminismo sendo utilizado de formas distorcidas e pode ser utilizado por pessoas que não o compreendem e não o praticam. Ocasionalmente o desentendimento e a sua desqualificação. É preciso aprender sobre seu surgimento, movimentos e lutas (bell hooks, 2017). A universidade pode colaborar fortemente para que este conceito seja compreendido mais adequadamente e empregado para mudança da realidade social e empoderamento feminino, conforme narrado pelo projeto:

Falar em representatividade feminina é defender uma sociedade mais igualitária, humana e que garanta direitos independente de gênero. Para isso é importante a criação de modelos femininos diversificados que possam servir de inspiração para outras meninas e mulheres (Projeto de extensão “Workshop Berta Lutz: discutindo a representatividade feminina”, Campus Caçapava do Sul, 2022).

A luta pelos direitos das mulheres deve ser constante, por mais avanços que se tenha conseguido até o momento, eles não podem ser vistos como permanentes e imutáveis. É preciso resistir e persistir. Alguns discursos de resistência agem reativamente à repressão, com isso acabam se igualando a esta. É necessário estar atento e refletir sobre cada contexto específico, o local e o momento da ocorrência do fenômeno e as relações de poder estabelecidas. “Buscamos, todos, formas de resposta, de resistência, de transformação ou de subversão para as imposições e os investimentos disciplinares feitos sobre nossos corpos” (Louro, 2022, p. 28). Ainda há muito para que tenha uma sociedade realmente equânime.

Silenciadas por milênios, a historiografia tomou por costume apresentar as mulheres à sombra do gênio masculino. Esta situação agrava-se, principalmente, quando o tema refere-se à intelectualidade e à produção do conhecimento responsável pelos avanços da sociedade. A presente proposta de Extensão Universitária presta-se objetivamente para auxiliar na desmistificação do espaço coadjuvante das mulheres na produção do saber (Projeto de extensão “A Intelectualidade Feminina na Idade Média (Séc. XI-XVI)”, Campus Jaguarão, 2021).

Conforme abordado anteriormente, as desigualdades sociais que atingem as mulheres devem ser consideradas e tratadas juntamente com outros fatores, como o de classe e raça, pois eles interagem e se sobrepõem. “Juntos, racismo, capitalismo e heteropatriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica” (Akotirene, 2019, p. 24). Desta forma, vários dos projetos estudados se demonstram preocupados em realizar suas atividades considerando a interseccionalidade, tal como:

O presente projeto tem como objetivo investigar gênero e raça na produção audiovisual brasileira. Serão realizados encontros mensais para a discussão de textos importantes ao projeto, cujos temas tratam de desigualdade racial, feminismo negro, colorismo, autoestima, empoderamento, afroempreendedorismo e políticas públicas no contexto da produção audiovisual (Projeto de pesquisa “AFROTELAS - Gênero e Raça na Produção Audiovisual”, Campus São Borja, 2022).

Crenshaw foi bastante enfática sobre a necessidade do desenvolvimento de pesquisas éticas e engajadas, em diversas áreas do conhecimento, em analisar tais sobreposições de sistemas opressores, a qual nomeia de subordinação interseccional, de forma a conhecer e compreender melhor tais estruturas e as particularidades que ocorrem em cada um desses inter cruzamentos. Além disso, recomenda que as instituições “deveriam revisar seus documentos e práticas correntes - particularmente aquelas associadas à incorporação do gênero

- a fim de perceberem que eles próprios têm a ver com as vulnerabilidades específicas de mulheres racialmente subordinadas” (Crenshaw, 2002, p. 186).

É preciso desenvolver políticas e estratégias para que todas as mulheres estejam seguras, livres, fortalecidas e empoderadas. Conforme apresentado, em comparação com os demais projetos, esta subcategoria teve um número substancial de iniciativas realizadas. Outro ponto importante a destacar é a propagação por vários campi da instituição, ocorrendo em 8 das 11 unidades aqui estudadas. Depois de milênios de opressão, ainda há muito que ser feito para que as mulheres estejam na posição que lhes é de direito, é preciso ampliar ainda mais as ações que contribuem para este fim.

4.3.3.5 Saúde das mulheres

O critério de inclusão nesta categoria tem a seguinte definição: o projeto trata sobre saúde das mulheres ou alguma de suas especialidades e especificidades.

Considera-se que trabalhar com a saúde das mulheres colabora, também, para a construção de uma sociedade mais justa, equânime e segura, e, por consequência, combatendo a violência. Em primeira instância, pensa-se que tais ações promovem a conscientização e a propagação de informações importantes para que mulheres e meninas tenham mais saúde, bem-estar e acesso à serviços essenciais. Esse processo vai favorecer o fortalecimento e o empoderamento das mulheres, o que por si só já pode servir como fator de proteção.

Conforme a listagem do Quadro 26, foram 25 projetos executados, sendo 3 de ensino, 18 de pesquisa e 4 de extensão. Quase a totalidade, 24 deles, foram desenvolvidos no campus Uruguaiana, que abriga cursos da área da saúde como enfermagem, farmácia, fisioterapia, medicina, entre outros. Um projeto de pesquisa foi realizado no campus Santana do Livramento.

Quadro 26 - Projetos indiretamente relacionados - saúde das mulheres

(continua)

Ano	Nome do projeto indiretamente relacionados - saúde das mulheres
2021	Bikefit para mulheres ciclistas
2022	Influência do exercício de fortalecimento da musculatura pélvica em gestantes com disfunção sexual
2022	Conhecimentos e vivências de mulheres sobre contracepção
2022	Depressão pós-parto: prevalência, perfil e rede de apoio de mulheres da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
2022	Mamãe do Pampa: grupo de gestantes, puérperas, familiares e acompanhantes na Atenção Primária à Saúde

Quadro 26 - Projetos indiretamente relacionados - saúde das mulheres

(conclusão)

Ano	Nome do projeto indiretamente relacionados - saúde das mulheres
2022	Motivos que levam as mulheres a não buscarem o resultado do exame citopatológico
2022	Monitoria de enfermagem na área de saúde da mulher
2022	Sem filhos por opção: a perspectiva de casais
2022	Perfil, percepções e vivências de mulheres negras ligadas ao período gravídico-puerperal
2022	Itinerário Terapêutico das Mulheres com Câncer de Mama: Um estudo de caso de um município da fronteira oeste do Rio Grande do Sul
2022	Deficiência, Neurodiversidade e Interseccionalidade: os efeitos do capacitismo nas trajetórias educacionais de mulheres com deficiência
2022	Percepções de puérperas sobre o apoio social na vivência do aleitamento materno
2022	Percepções das usuárias da Atenção Primária à Saúde sobre a inserção do acadêmico de enfermagem ou enfermeiro do gênero masculino na assistência à saúde da mulher
2022	Simulação realística no âmbito da Saúde da Mulher
2023	Conhecimentos e vivências de mulheres sobre o plano de parto
2023	AmamentAÇÃO: a universidade no apoio, proteção e promoção ao aleitamento materno
2023	Violência obstétrica e os direitos das parturientes: grau de conhecimento de primigestas em uma cidade da fronteira oeste
2023	Cuidados ofertados por enfermeiros da Atenção Básica às mulheres com câncer de mama
2024	Percepção de mães sobre os fatores que interferem na saúde mental durante a maternidade.
2024	Boas práticas de atenção ao parto e nascimento: criação e validação de tecnologias educativas
2024	Saúde da Mulher: Ciência e Comunicação
2024	Saúde Feminina: Programa de Educação sobre Infecções Vaginais para Acadêmicos
2024	Percepções de enfermeiros(as) acerca do cuidado à saúde da mulher na Atenção Primária à Saúde.
2024	Cultura de segurança do paciente na área obstétrica
2024	Percepção das Puérperas Primíparas Acerca do Cuidado de Si

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Além disso, os serviços de saúde costumam ser um local de acolhimento e “porta de entrada” para que a população tenha acesso a outros serviços. Desta forma, ao buscar cuidados para sua saúde e ser acolhida por uma equipe multiprofissional, uma mulher pode se sentir segura para conversar sobre violência de gênero, seja sobre si ou sobre alguém de suas relações. Se isto acontecer, ela poderá ser amparada e encaminhada para os serviços especializados. “Os profissionais da APS (Atenção Primária à Saúde) encontram-se em situação privilegiada para atuar na prevenção, identificação, notificação, oferecer assistência e articular o atendimento das vítimas em pontos especializados da rede de assistência” (Conceição e Madeiro, 2022, p. 2).

“A violência afeta a saúde individual e coletiva, provoca mortes, lesões, traumas físicos e mentais; diminui a qualidade de vida das pessoas e das comunidades; coloca novos problemas para o atendimento médico e para os serviços; e evidencia a

necessidade de uma atuação de prevenção e tratamento de base interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e socialmente engajada” (Minayo *et al.*, 2018).

As unidades de saúde têm grande potencial para colaborar com o rompimento de ciclos de violência. Os profissionais frequentemente acolhem, oferecem um apoio inicial e então realizam os encaminhamentos pertinentes diante dos relatos de violação. A relação de confiança que é estabelecida entre o sujeito e os profissionais do serviço de saúde ao qual está vinculado tende a favorecer o desabafo e pedido de ajuda (Wanderbroocke, 2017).

Mulheres que sofreram violência costumam procurar os serviços de saúde com frequência, devido à diversas queixas como lesões corporais, dores, infecções sexualmente transmissíveis e problemas de saúde mental (Conceição; Madeiro, 2022). Sendo assim, é necessário que os serviços estejam preparados para receber e atender a esta demanda.

Nos últimos anos houve um aumento no número de registros de violência no sistema de notificações do Ministério da Saúde, o que demonstra, entre outras coisas, o aumento da capacidade dos profissionais para detectar os casos. Isso se deve às atividades de formação continuada das equipes das unidades de saúde. Mesmo assim, ainda está aquém do esperado e é preciso continuar investindo em qualificação profissional (Minayo *et al.*, 2018).

A ausência de informações sobre o tema, o preconceito e as atitudes sexistas por parte das equipes de saúde são apontados como pontos negativos e a serem superados (Conceição; Madeiro, 2022). O que evidencia a necessidade de sensibilizar e capacitar os profissionais de saúde acerca das temáticas relacionadas à violência, de forma a instrumentalizá-los e prepará-los sobre as melhores práticas de acolhimento, acompanhamento e encaminhamento dos casos. (Wanderbroocke, 2017). Assim, “o treinamento e conhecimento sobre violência de gênero, além do fortalecimento de vínculo entre a mulher e as profissionais de saúde, são fatores potenciais para que ocorra prevenção, identificação e assistência adequadas” (Conceição; Madeiro, 2022, p. 11).

A execução de muitos dos projetos citados visa colaborar com a qualificação e qualidade no atendimento por parte dos futuros profissionais da saúde, conforme demonstrado pelo trecho:

Espera-se, como resultados oriundos dessa proposta de monitoria: [...] contemplar as demandas dos discentes matriculados nos componentes curriculares com relação à resolução de dúvidas e ao acompanhamento de desempenho pertinentes às temáticas e propostas de atividades e; contribuir para a construção do conhecimento na área da Saúde da Mulher (Projeto de ensino “Simulação realística no âmbito da Saúde da Mulher”, Campus Uruguaiana, 2022).

Assim como neste outro: “Considera-se que o projeto produzirá impacto positivo na formação dos discentes, contribuindo para sua formação técnico-científica, pessoal e social, sob

orientação e avaliação dos docentes coordenadores” (Projeto de extensão “Mamãe do Pampa: grupo de gestantes, puérperas, familiares e acompanhantes na Atenção Primária à Saúde”, Campus Uruguaiana, 2022).

Além dos impactos diretos sobre a qualidade do ensino-aprendizado, os projetos também enfocam sobre os impactos sociais esperados, visando contribuir para a criação de estratégias que sejam mais eficazes no que diz respeito à saúde das mulheres.

A violência contra as mulheres foi uma das pautas tratadas pelos programas de capacitação nas últimas décadas, mas ainda há muito a tratar e avançar. Para isso, é preciso que este tema continue sendo abordado pela academia e pela população em geral, já que a sua “presença na agenda pública depende muito da pressão da sociedade civil e dos organismos internacionais que advogam essas causas” (Minayo *et. al*, 2018, p. 2014). Outra alternativa importante é a inclusão da temática nas bases curriculares da formação e da pós-graduação de profissionais da saúde (Conceição; Madeiro, 2022).

O estudo sobre itinerários terapêuticos justifica-se pela relevância visto que, conhecer e identificar as etapas percorridas durante o processo para atendimento, diagnóstico e tratamento de saúde das mulheres com câncer no município, são relevantes tanto para os gestores quanto para os usuários dos serviços de saúde e evidenciar o acesso ao atendimento, seus entraves e direções a serem seguidas para avaliação e tratamentos, buscando promover reflexões no que pode ser mantido e o que pode ser melhorado, nestas ações, que passam pela compreensão do Itinerário terapêutico das mulheres que vivenciam a doença (Projeto de pesquisa “Itinerário Terapêutico das Mulheres com Câncer de Mama: um estudo de caso de um município da fronteira oeste do rio grande do sul”, Campus Santana do Livramento, 2022).

Também é importante considerar que ao buscar um serviço de saúde a mulher estará entrando em contato e se relacionando com outras pessoas, o que também é um fator de proteção contra a violência. Muito desse processo pode ocorrer em grupo, o que pode favorecer seus vínculos interpessoais e evitar o isolamento que é considerado um forte fator de risco para a violência.

Ana Claudia Nunes De Souza Wanderbroocke, psicóloga brasileira, aponta que as relações interpessoais, em especial as de amizade, funcionam como fator de proteção da violência. A limitação destas amizades aumenta o risco à violência e agravam as consequências por uma violência sofrida (Wanderbroocke, 2017).

Uma rede de apoio pode ajudar as vítimas de violência a romper o silêncio, relatar sobre o ocorrido e buscar ajuda. O isolamento social é uma característica presente em muitas das pessoas que passam por algum tipo de agressão (Wanderbroocke, 2017). Desta forma, é importante favorecer a convivência social das mulheres de maneira geral, já que isso pode

protegê-las de passar por situações de violação, assim como pode ajudar a minimizar os prejuízos diante destas ocorrências.

Também é possível perceber que a maioria dos projetos fala sobre temas relacionados à ginecologia, puerpério, parto, maternidade e áreas afins. Esta é uma característica que não é exclusiva da Unipampa, mas que tem dominado o ideário das políticas e serviços no Brasil, assim como em outros países.

Hevelyn Rosa Machert da Conceição, psicóloga brasileira branca, e Cristiane da Silva Cabral, também psicóloga brasileira branca, debatem sobre as políticas públicas nacionais de saúde das mulheres, em como elas ainda são estabelecidas de acordo com uma matriz cisheteronormativa, onde a capacidade reprodutiva é o eixo central das ações governamentais, especialmente nos últimos anos com a retomada do conservadorismo, e com isso, também acaba prevalecendo na academia e nas pesquisas. “Assim, é principalmente a partir de sua função como potencial reprodutora que a mulher das políticas de saúde pode acessar seus direitos de cidadania” (Conceição; Cabral, 2023, p. 11).

Tal centralidade sobre a fertilidade feminina acaba por causar a invisibilidade e apagamento de outras pautas da agenda da saúde das mulheres, tais como questões raciais, de gênero, desigualdades e violência. A cidadania da fertilidade, como por Conceição e Cabral (2023), acaba excluindo grande parcela da população que não se encaixa nestas determinações, como travestis e transexuais, e reduzindo as mulheres apenas a um corpo dotado da capacidade de gerar filhos.

4.3.3.6 Violência geral

O critério de inclusão nesta categoria tem a seguinte definição: o projeto aborda o fenômeno da violência e o seu enfrentamento de forma ampliada e geral, não focando na violência de gênero, contra as mulheres ou população LGBTQIAPN+.

Através de uma rápida busca no Portal de Periódicos da CAPES pode-se perceber a escassez de publicações científicas acerca do papel das universidades, e do ensino superior como um todo, na prevenção e enfrentamento da violência. Nota-se que se tem produzido acerca da violência escolar no contexto do ensino básico, mas ainda pouco se debate sobre estas ações na educação superior, reiterando a importância de desenvolver ações e pesquisas sobre esta temática. Quase a totalidade das publicações encontradas falando sobre o enfrentamento/prevenção da violência no ensino superior se referem a violência de gênero, violência contra as mulheres e violência sexual. Considera-se muito positivo que a academia

esteja refletindo e buscando soluções para estas problemáticas. Mas é preciso ir além e pensar o seu papel diante da violência como um todo e, também, sobre outros tipos de violência. Segundo a própria Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior:

[...] espera-se que o ensino superior seja bem sucedido quando seu corpo discente participa ativamente da criação cultural, do pensamento reflexivo, do desenvolvimento da sociedade brasileira, da divulgação da ciência e da produção de conhecimento sobre sua realidade local e mundial. Esta missão pode ser desenvolvida, entre outras, por meio da participação política da vida social, em movimentos sociais e associações (Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019, p. 137).

A falta de publicações sobre o tema não significa que o ensino superior não está efetivando ações de enfrentamento à violência, elas ocorrem, como pode ser visto na Unipampa, conforme demonstrado pelo Quadro 27. No total foram realizados 8 projetos, sendo: 6 de pesquisa, 1 de ensino e 1 de extensão. Quanto à unidade: 6 foram realizados no campus São Borja, 1 em Santana do Livramento e em Jaguarão.

Quadro 27 - Projetos indiretamente relacionados - violência global

Ano	Nome do projeto indiretamente relacionados - violência global
2021	Direitos Humanos, conflitos sociais, violências, cidadania, no município de Jaguarão RS, zona de fronteira Brasil/Uruguai
2022	Espaço Urbano e Segurança Pública
2022	Introdução à criminologia crítica - grupo de estudos
2022	O crime e a arquitetura do medo na região de fronteira do Rio Grande do Sul: uma análise da criminalidade sob à luz das instâncias urbanas
2022	A pornografia infanto-juvenil na internet enquanto forma de manifestação da exploração sexual de crianças e adolescentes: desvendando suas particularidades
2022	Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: Uma análise das ações da sociedade civil
2023	18 de maio: Para proteger é preciso informar!
2023	Violência armada nas escolas: uma análise crítica do fenômeno

Fonte: Adaptado de Universidade Federal do Pampa (2025c).

Conforme a lista apresentada acima, os principais temas abordados nestes projetos são a violência sexual contra crianças e adolescentes e a segurança pública. Ambas temáticas importantíssimas e urgentes na atualidade. Sendo que projeto de extensão descreve como objetivo principal: “Realizar ações educativas de sensibilização e conscientização da população local sobre a violência sexual infanto-juvenil, com vistas ampliar a proteção de crianças e adolescentes no município de São Borja” (Projeto de extensão “18 de maio: Para proteger é

preciso informar!”, Campus São Borja, 2023). Promover a reflexão sobre um tema tão sensível pode ser difícil, mas é fundamental para garantir a segurança e bem-estar de todos e todas, em especial das crianças e adolescentes, que estão em situação de maior vulnerabilidade e, em geral, dispõe de poucos recursos para se manter a salvo de situações de risco. Este é um debate complexo, no qual o ensino superior pode ser fundamental, devido à sua expertise. “É importante ressaltar que a formação para a cidadania é o que importa na busca de superação da cultura da violência” (Minayo, 2013, p. 259).

Já um projeto de pesquisa tem como intuito principal conhecer a realidade local da violência contra jovens e das políticas de Direitos Humanos. “O esperado, é conhecer a multiplicidade das violências sofridas, sentidas, percebidas por estes jovens jaguarenses, e o seu respectivo impacto na sua interface com as políticas municipais de Direitos Humanos” (Projeto de pesquisa “Direitos Humanos, conflitos sociais, violências, cidadania, no município de Jaguarão RS, zona de fronteira Brasil / Uruguai”, Campus Jaguarão, 2021). Evidências apontam que a educação é uma política que pode contribuir para a diminuição da violência a médio e longo prazo, isso acontece através da inclusão social e do desenvolvimento da cidadania, ética, solidariedade e do diálogo entre as pessoas (Minayo, 2013).

Nos últimos anos, devido à reiterada ocorrência de casos de violência em instituições de ensino, foram criadas diversas legislações para combater esse fenômeno. Em 2015 houve a criação do Programa de Combate à Intimidação Sistemática, através da Lei nº 13.185/2015 (Brasil, 2015). Em 2018, através da Lei nº 13.663/2018, foram incluídas entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz (Brasil, 2018). Em 2021, a Lei nº 14.164/2021 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra as mulheres nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Brasil, 2021). Entre 2023 e 2024 houve a criação do Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), através da Lei 14.643/2023 e do Decretoº 12.006/2024 (Brasil, 2023; Brasil, 2024a). Tais regulamentações, entre outras que têm sido criadas, preveem, de alguma forma, o combate à violência na educação, muitas vezes não definindo especificamente em que nível, sendo focalizadas especialmente na educação básica. Não há normas nacionais específicas para o ensino superior, porém, entende-se que este não está isento das mesmas responsabilidades no enfrentamento a esta problemática social que o ensino básico.

Ao encontro destas afirmações, um dos projetos listados objetiva contribuir com o combate à violência escolar: “Espera-se que a pesquisa possa oferecer subsídios teórico-

práticos para que ações de prevenção e enfrentamento desta demanda sejam planejadas e possam contar, em sua execução, com o trabalho profissional de Assistentes Sociais” (projeto de pesquisa “Violência armada nas escolas: uma análise crítica do fenômeno”, campus São Borja, 2023).

Minayo (2013) afirma que ainda existe certa resistência por parte das instituições educativas em debater as questões relacionadas à violência, tentando justificar esta atitude pela necessidade de se ater aos conteúdos técnicos. Porém, a violência que perpassa a sociedade também adentra aos muros escolares e também atinge a comunidade acadêmica. Portanto é fundamental que tais instituições estejam engajadas no enfrentamento desta questão social.

É fundamental que as instituições educativas empreendam esforços para o combate à violência, dentro e fora de seus muros. “O que se espera é que, no limite, nenhum ser humano seja degradado no exercício do trabalho, seja oprimido em suas relações sociais ao exercer sua sociabilidade ou seja alienado no usufruto dos bens simbólicos, na vivência cultural” (Severino, 2016, p. 23), podendo a universidade servir ao propósito de formar cidadãos capazes de atuar através de uma justiça social.

Inúmeros outros autores e autoras poderiam ser referenciados, outras análises e discussões poderiam ser realizadas. Há muito que se pensar e produzir para que sejam possíveis uma universidade e uma sociedade mais segura e acolhedora. A próxima, e última, seção apresentará as considerações finais diante dos resultados apresentados nesta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu a partir da prática profissional de sua autora, que é psicóloga na assistência estudantil da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, onde percebeu a grande demanda relacionada à violência de gênero, assim como os impactos negativos para os sujeitos, tal como para toda a comunidade acadêmica, diante deste fenômeno.

Desde as explorações iniciais, pode se perceber que a violência de gênero ainda é um tema incipiente nos debates cotidianos da universidade, em especial no que se refere a violência contra a população LGBTQIAPN+, que ainda é, muitas vezes, invisibilizada no ambiente acadêmico. Tal cenário reforçou a importância e motivação para realização desta investigação.

Este estudo teve como objetivo geral compreender como os projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, no período compreendido entre 2020 a 2024, têm contribuído para a prevenção da violência de gênero. Em consonância com isto, os objetivos específicos: mapear as ações realizadas pela comunidade acadêmica da Unipampa no âmbito dos projetos de ensino, pesquisa e extensão entre os anos de 2020 e 2024, no que tange às questões de gênero e violência de gênero; verificar as características, particularidades e diferenças na execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão acerca das questões de gênero e violência de gênero nas 11 unidades, 10 campi e reitoria, da Unipampa; e analisar as ações realizadas pela comunidade acadêmica da Unipampa no que tange às questões de gênero e violência de gênero, no âmbito dos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Tratando-se de uma pesquisa quali-quantitativa, de caráter descritivo e documental, teve a coleta de dados realizada diretamente na plataforma institucional de Projetos Acadêmicos, que foram apreciados a partir da análise de conteúdo. Sendo todos os processos executados de acordo com os princípios éticos exigidos.

Foi realizado o mapeamento e análise dos projetos executados neste período, um total de 126 ações que, de forma direta ou indireta, contribuem para a prevenção da violência de gênero. As iniciativas foram analisadas a partir de critérios de execução como: ano de realização, coordenação, população abordada, população atendida, tipo e unidade de execução. Algumas das principais conclusões feitas a partir destes critérios são mencionadas a seguir.

Notou-se que ainda há um número pequeno de servidores responsáveis pela coordenação dos projetos. Além disso, a maioria era de coordenadoras mulheres, o que demonstra a necessidade de incluir os homens em tais debates, já que esta não é uma questão apenas para elas. Faz-se necessário incentivar que mais profissionais se engajem com a temática

para que o número de ações possa aumentar, ampliando o número de sujeitos atendidos pelas iniciativas e amplificando a sua potência.

Quanto à população atendida pelos projetos, pôde-se constatar que há equilíbrio entre o número de ações direcionadas à comunidade interna (estudantes, servidores e funcionários terceirizados) e a comunidade externa (público em geral, sem vínculo com a universidade), o que demonstra que a capacidade da universidade em exercer sua função acadêmica de promover uma educação de qualidade e, também, sua função social de se aproximar e contribuir com a população local.

Quanto à população abordada, verificou-se que a maioria dos projetos tratavam sobre as mulheres, a partir de diversas perspectivas, tais como direitos, saúde, empoderamento, entre muitas outras. E apenas 4, dos 126, deles tratavam diretamente da população LGBTQIAPN+. Isso demonstra a invisibilização e apagamento pelo qual passam esta população. É urgente que sejam criadas novas iniciativas, estratégias e políticas a fim de garantir a permanência, a dignidade e o sucesso dessas pessoas. A universidade não pode reproduzir e ser conivente com os processos históricos de opressão das dissidências.

Também considera-se atingido o objetivo de verificar as características, particularidades e diferenças na execução dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, nas 11 unidades, 10 campi e reitoria, da Unipampa, quanto às questões de gênero e violência de gênero, no referido período. Pôde-se constatar que cada unidade possui características e perspectivas diferenciadas de abordar esta temática, sendo que muitas vezes, elas vão ao encontro dos cursos oferecidos naquele campus, porém, esta não é uma regra para todas as unidades.

Proporcionalmente, a unidade Reitoria foi a que mais executou projetos que abordaram diretamente o combate à violência de gênero. Em números absolutos, os campi que mais desenvolveram projetos que abordam a temática de forma direta ou indireta foram, em ordem decrescente do número de ações: Uruguaiana, São Borja, Jaguarão e Santana do Livramento. Já os campi que apresentaram um menor número de foram, em ordem crescente do número de ações: São Gabriel, Dom Pedrito, Alegrete, Caçapava do Sul e Itaqui.

A pós-graduação surge como um fator positivo no que diz respeito à discussão da temática. Os campi que tiveram o maior número de projetos na área, Uruguaiana e São Borja, são os que têm maior quantidade de cursos de especializações, mestrados e doutorados. Com isso, ressalta-se a importância que as universidades invistam cada vez mais na pós-graduação, já que ela tem o potencial de colaborar com a resolução de problemáticas sociais, como é o caso do enfrentamento à violência de gênero.

Os campi que apresentaram um maior número de iniciativas foram os ligados às áreas de ciências da saúde, ciências humanas, ciências sociais aplicadas e educação. Os campi que mostraram um menor número são os ligados às áreas de ciências agrárias, ciências biológicas, ciências exatas e engenharias. Sendo assim, ainda é possível afirmar que as chamadas “ciências duras” são as que apresentam maior dificuldade de debater sobre questões relacionadas à violência de gênero, assim como outras questões consideradas mais abstratas como comportamentos, relacionamentos, sentimentos, entre outras, que de alguma forma estão incutidas nas desigualdades de gênero.

Quanto à temática dos projetos desenvolvidos, este estudo estabeleceu três categorias, de acordo com o nível de aproximação com a prevenção à violência de gênero: diretamente relacionados, para as iniciativas que especificaram em sua descrição a discussão da violência contra mulheres e/ou população LGBTQIAPN+; relacionados, para ações que abordavam as desigualdades de gênero; e indiretamente relacionados, para àqueles que não expressavam diretamente tais problemáticas em suas descrições, mas que de forma indireta promoviam a equidade de gênero e a prevenção da violência. As atividades que estavam indiretamente relacionadas foram subcategorizadas nos seguintes grupos: cultura de paz, gênero e sexualidade, mulheres nas STEM protagonismo feminino, saúde das mulheres e violência global.

O número de ações indiretamente relacionadas (82) foi bastante superior ao de relacionadas (16) e às que abordavam diretamente o enfrentamento à violência (28). Mas como visto, dentro do universo pesquisado, houve um número considerável de práticas que buscavam contribuir com o combate à violência de gênero. Entende-se a importância de que a universidade desenvolva estratégias para a superação destas questões. A universidade deve cumprir com seu papel diante da sociedade em que está inserida e desenvolver estratégias para superar este problema.

Porém, é quase inevitável contabilizar estes resultados. Foram 126 projetos desenvolvidos em 11 diferentes unidades, isso representaria que cada uma delas executou pouco mais de 11 iniciativas ao longo de 5 anos, o que corresponderia a pouco mais de 2 iniciativas por ano. Obviamente, este é um cálculo matemático simplista que não corresponde com exatidão à realidade, mas que aponta para a insuficiência de projetos efetuados para atender a uma demanda tão importante e urgente, conforme demonstrado pelos números oficiais já mencionados acerca da violência de gênero.

Destaca-se o papel dos sujeitos, servidores, estudantes e demais atores institucionais como protagonistas no processo de proposição e execução das ações de enfrentamento à

violência. Percebeu-se que, muitas vezes, as iniciativas para estudar e debater a questão, assim como de realizar atividades que buscam combater diretamente este fenômeno, são frutos de interesse e esforços de indivíduos, ou pequenos grupos, comprometidos com esta luta e que se propõe a somar esforços por uma sociedade mais justa e diversa. Sendo assim, é preciso reconhecer tais atores, valorizá-los e criar estratégias para que cada vez mais pessoas se engajem com esta temática.

Salienta-se que há um déficit de publicações científicas acerca das políticas institucionais de combate à violência de gênero nas universidades federais brasileiras, constatado a partir de uma revisão sistemática da literatura realizadas pela autora, com o objetivo de compreender o cenário nacional das ações de combate à violência de gênero nas universidades, tendo como questão de pesquisa: “O que se tem publicado em artigos científicos nos últimos cinco anos acerca das políticas e ações institucionais de enfrentamento à violência de gênero nas universidades públicas brasileiras?”. Onde constatou-se que há produções acerca de projetos realizados no ensino superior abordado a temática, mas em geral tratam-se de iniciativas pontuais, não de ações sistêmicas. Certamente, as atividades pontuais contribuem para o debate sobre o tema com a comunidade acadêmica e para a construção de uma sociedade mais diversa e igualitária, mas é preciso empreender esforços para a criação de estratégias integradas e políticas institucionais permanentes para tratar da questão.

Este estudo pode demonstrar que ainda é pequeno o número de ações que visam o enfrentamento à violência de gênero na Unipampa. Uma das principais limitações desta pesquisa diz respeito à restrição em sua amostra, já que trata dos projetos executados em apenas uma instituição de ensino superior. Mesmo assim, é possível inferir que este resultado também pode corresponder à realidade de outras instituições, conforme apontado por diversas pesquisas e autores renomados. Sendo assim, é preciso que o ensino superior invista cada vez mais em ações voltadas ao combate desta problemática social. Outros pesquisadores podem abordar estes e demais pontos importantes para o enfrentamento da violência de gênero, tal como: a importância das redes de acolhimento e acompanhamento de pessoas em situação de violência; a criação, manutenção e publicização de canais de denúncia; responsabilização dos agressores; estratégias para prevenir a revitimização, perseguição e retaliação; entre muitas outras perspectivas extremamente pertinentes sobre o fenômeno.

Esta pesquisa contribui para ampliar o conhecimento acerca do papel do ensino superior na prevenção e enfrentamento da violência de gênero. Os resultados indicam que existem muitas possibilidades e diferentes formas para que isso ocorra. Muitas abordagens podem ser utilizadas para debater as questões de gênero, conforme demonstrado pelas categorias

analisadas, é preciso investimento e atenção ao tema. Acredita-se que as contribuições se aplicam ao campo acadêmico e, também, à prática profissional. De acordo com o mencionado anteriormente, a produção acadêmica e científica sobre a temática ainda é escassa, então, esta dissertação deve colaborar para o entendimento acerca de como a violência de gênero pode ser abordada pelas instituições de educação. Além disso, espera-se auxiliar com a prática profissional de servidores das universidades de todo o país, incentivando para que pensem e empreendam ações de enfrentamento à tais violações em seus setores de trabalho e em suas realidades sociais.

De acordo com o que foi posto ao longo desta dissertação, nos últimos anos têm surgido novos programas e normativas que visam extinguir o assédio, a discriminação e a violência nas instituições de ensino. Cada uma das regulamentações é um grande avanço, mas ainda é preciso efetivá-las. Em termos de políticas públicas, é preciso destinar recursos (humanos, materiais e financeiros) para que elas possam se concretizar e se tornar atuantes.

Como descrito ao iniciar esta seção, esta pesquisa nasceu através do cotidiano profissional de sua autora. Com isso, esta dissertação se pretende um produto para ser utilizado por esta universidade, como fonte para diálogo, reflexão e ação. Pretende-se que, com os dados apontados e discussões efetuadas, os membros da comunidade acadêmica possam reconhecer as potencialidades dos projetos executados e perceber as lacunas existentes e que ainda podem e devem ser preenchidas, e que assim novos trabalhos possam ser iniciados e continuar contribuindo para que a Unipampa, assim como outras universidades e a sociedade como um todo, sejam mais seguras, diversas e livres da violência de gênero.

REFERÊNCIAS

- ARTE E POLÍTICA LGBTI+ (ACONTECE); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Florianópolis: Acontece; ANTRA; ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- AKOTIRENE, Carla. Cruzando o Atlântico em memória da interseccionalidade. *In*: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 13-33.
- ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://pergamum.unipampa.edu.br/acervo/5033879>. Acesso em: 13 jun 2024.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Andifes). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- AUGUSTI, Rudinei Barichello; DALCIN, Larissa. (2016). O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada. **Revista ELO – Diálogos Em Extensão**, 5(3). <https://doi.org/10.21284/elo.v5i3.226>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/1168>. Acesso em: 08 abr. 2025
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em 05 abr. 2024.
- BONETTI, Alinne de Lima; SILVA, Fabiane Ferreira da; JESUS, Suzana Cavalheiro de. A experiência do TUNA: produzindo saberes, provocando transformações na campanha e nos pampas gaúchos. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira da; COSTA, Patrícia Rosalba Moura (orgs.). **Tecendo redes em Antropologia feminista e estudos de gênero [recurso eletrônico on-line]: 30 anos do NIGS UFSC**. 1. ed. Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/238491/GROSSI%2C%20Miriam%20Pillar%20Tecendo%20redes%20em%20antropologia%20feminista%20e%20estudos%20de%20Genero.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 nov. 2025
- BONOW, Everton. **A expansão e interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul: a UFPEL e a implantação da Unipampa**. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6919>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário do Município da Corte e o superior em todo o Império. **Diário Oficial da União**. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 7 maio. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 out 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 abr 2025.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 14 jan. 2008. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.640-2008. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023. Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14540.htm. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a Resolução 196/1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino

superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 06 nov. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 14 maio 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jun. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14164.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023. Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2 ago. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14643.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023. Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 3 abr. 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=6459>. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.006, de 24 de abril de 2024. Institui o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas e regulamenta a Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2024a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-12006-24-abril-2024-795537-publicacaooriginal-171611-pe.html>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024. Dispõe sobre a instituição de planos de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e à discriminação na

administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União:** Brasília/DF, 2024b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.122-de-30-de-julho-de-2024-533739247>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. **Governo Federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais.** Brasília, 12 mar. 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 9 jun. 2024.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade.** 16 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Disponível em https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf. Acesso em 08 ago. 2024.

BUTLER, Judith. Violência, luto, política. In: **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** 1. ed. --Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 39 - 72. Disponível em <https://pergamum.unipampa.edu.br/acervo/5055659>. Acesso em 10 ago. 2024.

CARVALHO, Angelita Alves de; BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na pesquisa nacional de saúde 2019?. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 9, p. 4059-4064, set. 2021. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/1413-81232021269.1200202. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/rwDkNhDCdyY5xdfyXNxmmGH?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 jun. 2025.

CEDRAZ, Aroldo. **Relatório de Auditoria: Acórdão 505/2025 - Plenário.** Brasília/DF: TCU, 2025. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2689053/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0. Acesso em: 2 out. 2025.

CERQUEIRA, Daniel (org.); BUENO, Samira (org.). **Atlas da Violência 2023.** Brasília: IPEA, FBSP, 2023. 115 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12614/10/RI_Atlas_da_Violencia_2023.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

CHAVES, Giordana Rodrigues Chaves; KOGA, Yáscara Michele; GUINDANI, Evandro Ricardo. Ações e Políticas Institucionais de Enfrentamento a Violência de Gênero nas Universidades Públicas Brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1306–1330, 2025. DOI: 10.63595/de.v13i1.18554. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/18554>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CONCEIÇÃO, Hayla Nunes da; MADEIRO, Alberto Pereira. Profissionais de Saúde da Atenção Primária e Violência Contra a Mulher: revisão sistemática. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S.L.], v. 36, p. 1-13, jan. 2022. Revista Baiana de Enfermagem. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v36.37854>. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/37854>. Acesso em: 14 set. 2025.

CONCEIÇÃO, Hevelyn Rosa Machert da; CABRAL, Cristiane da Silva. Uma cidadania da fertilidade - as políticas de saúde da mulher como tecnologias de produção do sexo e do gênero. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 1-13, 2023. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0104-12902023220534pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dWXLVbghpQgQTzw6MJ77DjC/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Resolução nº 10, de 27 de agosto de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF, Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução nº 1**, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-1-2018-estabelece-normas-de-atuacao-para-as-psicologas-e-os-psicologos-em-relacao-as-pessoas-transexuais-e-travestis?origin=instituicao&q=1/2018#> Acesso em: 22 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução nº 8**, de 7 de julho de 2020. Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2020-estabelece-normas-de-exercicio-profissional-da-psicologia-em-relacao-as-violencias-de-genero?origin=instituicao&q=8/2020>. Acesso em: 22 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução nº 8**, de 17 de maio de 2022. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2022-estabelece-normas-de-atuacao-para-profissionais-da-psicologia-em-relacao-as-bissexualidades-e-demais-orientacoes-nao-monossexuais?origin=instituicao&q=8/2022>. Acesso em: 22 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução nº 23**, de 13 de outubro de 2022. Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da Psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007; nº 3, de 5 d. Brasília. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-23-2022-institui-condicoes-par>. Acesso em: 23 maio 2024.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo**,

quantitativo e misto. [recurso eletrônico]. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. E-Pub.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, ago. 2008. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0101-73302008000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nTn98Ch9xWZdqbcSFwXkykw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 28, p. 17-36, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCMlSPfp8r/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade1: A vontade de saber.** 7ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

FURLIN, N.; DELGADO, A. C. C. Enfrentamento da Violência de Gênero em Universidades Federais Brasileiras: Mapeamento dos mecanismos institucionais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, p. e024138, 2024. DOI: 10.21723/riaee.v19i00.19023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/19023>. Acesso em: 9 out. 2025.

GENTIL, Viviane Kanitz. **Expansão, Interiorização e Democratização de Acesso à Educação Superior Pública: o caso da Unipampa.** 2017. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7215>. Acesso em: 09 abr. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 1. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2021. Disponível em: <https://pergamum.unipampa.edu.br/acervo/5034564>. Acesso em: 07 maio 2024.

GUIMARÃES, Eduardo Barbosa de Menezes; SILVA, Iolete Ribeiro da; FERREIRA, Isabel Cristina Fernandes; ESPERANÇA, Angelo Cabral. PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO EM ANÁLISE: gênero e sexualidade na formação docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, n. 1, p. 1-22, 02 fev. 2023. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/0102-469841675. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/41675>. Acesso em: 1 maio 2024.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Uruguaiana (RS): panorama.** Rio de Janeiro: IBGE, [202-]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/uruguaiana/panorama>. Acesso em: 13 dez. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Mulheres representam 59% das matrículas na educação superior**. Brasília, 07 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior>. Acesso em: 7 out. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília: s.n., 2012. 42 p. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. **Psico-USf**, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 363-372, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-82712013000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/Zv5cMnfMKWS5k6xkLtBjjYH/> Acesso em: 10 set. 2024.

LOPES, Márcia. **Escolaridade maior, alterações na rotina pelo preconceito e relatos de violência**: conheça o perfil do LGBT+. Agência SEBRAE de Notícias, 07 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/dados/escolaridade-maior-alteracoes-na-rotina-pelo-preconceito-e-relatos-de-violencia-conheca-o-perfil-do-lgbt>. Acesso em: 7 out. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MAINARDES, Jefferson; CURY, Carlos Roberto Jamil. Ética na pesquisa: princípios gerais. In: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: Anped, 2019. p. 23-28.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e Educação: impactos e tendências. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 15, n. 31, p. 249–264, 2014. DOI: 10.22196/rp.v15i31.2338. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2338>. Acesso em: 24 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Marta Maria Alves da; ASSIS, Simone Gonçalves de. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 6, p. 2007-2016, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/1413-81232018236.04962018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Q3kCPCWfBzqh8mzBnMhxmYj/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2025.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 41 maio/ago. 2009 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgkz6qr/> Acesso em: 07 abr. 2025

MONTEIRO, Jaeder Araujo. Aspectos da Gestão Escolar e da Tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. **PGE – Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 52-67, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v25i1.13913> e-ISSN:1519-9029

OLIVEIRA, Lívio Luiz Soares de. A Interiorização do Ensino Superior no Rio Grande do Sul (The Internalization of Higher Education in Rio Grande do Sul). **SSRN Electronic Journal**, [S.L.], p. 81-96, 1 jul. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3340182>. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3340182. Acesso em: 5 abr. 2024.

OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo; MAIO, Eliane Rose. A educação enquanto promotora de uma cultura de paz: o foco nas questões de gênero e sexualidade. **Revista Amazônia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 27-39, 13 jan. 2019. Revista Amazonida. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29280/rappge.v3i2.4893>. Acesso em: 22 abr. 2024.

OLIVEN, Ruben George. A construção social da identidade gaúcha. In: OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o Todo: a diversidade cultural do brasil-nação**. Petrópolis: Petrópolis, 2006. p. 151-200.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres**. Resolução 48/104 da Assembleia Geral, de 20 de dezembro de 1993. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-elimination-violence-against-women>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 Para O Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf Acesso em 10 ago. 2024.

PISANI, Mariane da Silva *et al.* **Violências de gênero: como identificar, quando e onde pedir socorro: como identificar, quando e onde pedir socorro**. Teresina: Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2023. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/2024/CARTILHA_Viol%C3%AAs_de_g%C3%AAnero_4.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE. **Conheça a Cidade**. Alegrete RS: Prefeitura Municipal de Alegrete, [202-]. Disponível em: <https://www.alegrete.rs.gov.br/artigo/32322/conheca-a-cidade>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. **Dados estatísticos**. Bagé: Prefeitura Municipal de Bagé, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.bage.rs.gov.br/municipio/dados-estatisticos>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL. **Dados gerais**. Caçapava do Sul: Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, [202-]. Disponível em: <https://cacapavadosul.rs.gov.br/dados-gerais>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRITO. **Dados gerais**. Dom Pedrito: Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, [202-]. Disponível em: <https://www.dompedrito.rs.gov.br/pagina/dados-gerais>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI. **Dados gerais**. Itaquí: Prefeitura Municipal de Itaquí, [202-]. Disponível em: <https://www.itaqui.rs.gov.br/?action=estatico&eId=1>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Perfil da Cidade**. Jaguarão: Prefeitura Municipal de Jaguarão, [202-]. Disponível em: <https://www.jaguarao.rs.gov.br/perfil-da-cidade/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO. **Nossa cidade**. Santana do Livramento: Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, [202-]. Disponível em: <https://www.sdolivramento.com.br/pagina/view/1/nossa-cidade>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA. **Dados gerais**. São Borja: Prefeitura Municipal de São Borja, [202-]. Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/dados-gerais>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. **História**. São Gabriel: Prefeitura Municipal de São Gabriel, [202-]. Disponível em: <https://www.saogabriel.rs.gov.br/pagina/historia>. Acesso em: 13 dez. 2025.

RIBEIRO, Alexandra Ferreira Martins; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. 1-24, 26 out. 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.18047. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18047>. Acesso em: 14 jun. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP). **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. 1ª Ed. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/educacao-superior>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/educacao-superior>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RODRIGUES, Abby Irene Templer. Participação de mulheres em STEM: uma reflexão interseccional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 1-13, 2025. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/1806-9584-2025v33n193606. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wknQZ57mLdxGVRhWCHg5kgc/?lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2025.

ROMÃO, Eliana. A educação do educador na sociedade maquínica: a Ética e a Estética da docência e do desejo de docender. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 58-89, 2018. DOI: 10.20396/rfe.v10i1.8651999. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8651999>. Acesso em: 13 set. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALLES FILHO, Nei Alberto; SALLES, Virgínia Ostroski. Cultura de Paz como Componente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: dilemas e possibilidades. Publicatio UEPG: **Ciencias Sociais Aplicadas**, Ponta Grossa, v. 26, n. 2, p. 189-201, 2018. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). DOI: 10.5212/publicatioci.soc.v.26i2.0004. 2018.

SCOTT, Joan. **Gender on the Politics 01 History**. New York: Columbia University Press, 1988 (p.28-50).

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Miriam Ferreira da. MENDOZA, Cynthia Carolina González. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do Ensino Superior. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 08, pp. 119 133. Junho de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-e-extensao>. Acesso em: 03 abr 2025.

SOUZA, Marcelo Henrique de. **A Militância LGBT na Universidade**: um estudo de caso do coletivo kiu. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18172>. Acesso em: 17 jun. 2024.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Decifrar o código**: código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (stem). Brasília: Unesco, 2018. Disponível em: <http://pat.educacao.ba.gov.br/storage/conteudos/conteudos-digitais/download/9734.pdf>. Acesso em: 01 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010. **Regimento Geral da Universidade**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/regimento-geral-da-unipampa/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Resolução nº 254**, de 12 de setembro de 2019. Institui a Política de Promoção da Cultura de Paz na Universidade Federal do Pampa. Bagé, RS, Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2024/05/res--254_2019-politica-de-cultura-de-paz-apos-at. Acesso em: 09 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Relatório de Gestão da Ouvidoria 2023**. Bagé: Unipampa, 2024a. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/ouvidoria/files/2024/03/2023_relatorio_de_gestao_ouvidoria.pdf

. Acesso em: 09 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado do Exercício de 2023**. Bagé: Unipampa, 2024b. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/propladi/coordenadoria-de-planejamento/divisao_de_planejamento_estrategico/relatorios-de-gestao/. Acesso em: 15 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Relatório de Gestão Exercício de 2024**. Bagé: Unipampa, 2025a. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2025/03/relatorio-de-gestao-v4f.pdf/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. Portaria Nº 347, de 20 de fevereiro de 2025. **Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação da Universidade Federal do Pampa**. Bagé/RS, 2025b. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/ouvidoria/files/2025/02/portaria-no-347-2025.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). Sistema Acadêmico de Projetos (SAP) – GURI. Unipampa, 2025c. Disponível em: <https://guri.unipampa.edu.br/sap/publico/pesquisarProjetos/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Comitê Institucional Unipampa Gênero e Sexualidade**. Unipampa, [202-]a. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/generoesexualidade/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Galeria de Reitores**. Bagé/RS: Unipampa, [202-]b. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/portal/5653>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Pró-Reitorias**. Bagé/RS: Unipampa, [202-]c. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/portal/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Unipampa em Números**. Unipampa, [202-]d. Disponível: <https://sites.unipampa.edu.br/numeros/cursos-e-campus/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

VIDAL, Daiana Gonçalves; SILVA, José Cláudio Sooma. Questões éticas na pesquisa sobre a própria prática ou no ambiente de trabalho. In: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: Anped, 2019. p. 42-45.

WANDERBROOCKE, Ana Claudia Nunes de Souza. IDOSAS, REDE SOCIAL SIGNIFICATIVA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA FAMILIAR. **Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 99-116, 06 jun. 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. DOI: 10.22456/2316-2171.59846. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/59846>. Acesso em: 25 abr. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Autorização Institucional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), por meio deste documento, autoriza a realização da pesquisa intitulada “O ENSINO SUPERIOR NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA”, a ser desenvolvida pelos pesquisadores Giordana Rodrigues Chaves (mestranda), Yáscara Michele Neves Koga (orientadora) e Evandro Ricardo Guindani (coorientador).

O projeto de pesquisa está registrado na UNIPAMPA, vinculado ao Grupo de Pesquisa ESMER – Ensino, Cultura e Realidade Regional, com o Registro no SAP nº 2024.PE.BG.3330.

O projeto não exige apreciação ética, pois trata-se de uma pesquisa documental e que não envolve seres humanos. Sendo assim, conforme indicado, foi inserida neste processo a Declaração de Dispensa de Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (SEI nº 1715523).

Ao autorizar a realização da pesquisa, a UNIPAMPA declara ciência sobre a natureza do estudo e, ao mesmo tempo, passa a figurar como instituição participante da pesquisa, conforme previsto no projeto.

EDWARD FREDERICO CASTRO PESSANO

REITOR



Assinado eletronicamente por **EDWARD FREDERICO CASTRO PESSANO**, Reitor, em 15/04/2025, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1716060** e o código CRC **1AE0F2DF**.